

Os 170 Anos do Parlamento Gaúcho

Volume III

O Parlamento em Tempos Interessantes

**Breve perfil da Assembléia Legislativa
e de seus deputados – 1947-1982**

Flávio M. Heinz (organizador)

Jonas Moreira Vargas • Angela Flach • Daniel Roberto Milke

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Superintendente-Geral: Alvaro Alvares

Superintendência de Comunicação Social

Superintendente: Marcelo Villas-Bôas

Departamento de Relações Institucionais

Carlos Roberto Coelho

Organizador

Flavio M. Heinz

Editoração

Juçara Campagna – CORAG – Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas

Revisão dos originais:

Luís Marcos Sander

A pesquisa que embasou este livro foi realizada entre julho e novembro de 2004, no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho e na Biblioteca da AL/RS (Solar dos Câmara). Os autores agradecem a colaboração dos funcionários destas instituições, em especial a Maria Conceição Rocha Gonzalez, do Solar.

H472p Heinz, Flávio M.

O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da
Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982 /
Flávio M. Heinz; Jonas Moreira Vargas; Angela Flach; Daniel
Roberto Milke – Porto Alegre: CORAG, 2005.

108p. (Os 170 anos do Parlamento Gaúcho: v. 3)

1. Assembléia Legislativa – Rio Grande do Sul – His-
tória. 2. História política – Rio Grande do Sul. I. Vargas, Jonas Moreiar.
II. Flach, Angela. III. Milke, Daniel Roberto. IV. Título. V. Série.

CDU 342.533 (816.5) (091)



Assembléia Legislativa

Estado do Rio Grande do Sul

O Poder do Povo

MESA DIRETORA

Presidente
Deputado Vieira da Cunha

1º Vice-Presidente
Deputado João Fischer

2º Vice- Presidente
Deputado Manoel Maria

1º Secretário
Deputado Luis Fernando Schmidt

2º Secretário
Deputado Márcio Biolchi

3º Secretário
Deputado Heitor Schuch

4ª Secretária
Deputada Jussara Cony

Suplente
Fabiano Pereira

SUMÁRIO

Legislaturas	06
Siglas e abreviaturas	06
Listas de quadros.....	07
Prefácio	09
Sobre o título	11

1ª PARTE

A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em dez fragmentos

1. O reaprendizado da democracia: a Constituinte de 1947 e a 1ª Legislatura	15
2. A breve vida legal do PCB	24
3. O suicídio de Vargas	29
4. As encampações.....	37
5. A Legalidade	43
6. Crise política e golpe militar.....	48
7. O Parlamento sob tutela: a eleição de Peracchi Barcellos	54
8. Nos tempos duros do Regime	57
9. Das eleições de 1974 ao pacote de abril	62
10. Da anistia à reorganização partidária.....	68

2ª PARTE

Um Perfil Biográfico Coletivo dos Deputados Gaúchos

Apresentação	75
a) Reeleição	75
b) Idade	77
c) Origem.....	80
d) Formação universitária	83
e) Ocupação profissional.....	85

Legislaturas

1ª LEGISLATURA: de 03/03/1947 a janeiro de 1951

(Eleições realizadas em 19/1/1947).

2ª LEGISLATURA: de março de 1951 a janeiro de 1955

(Eleições realizadas em 03/10/1950)

3ª LEGISLATURA: de março de 1955 a janeiro de 1959

(Eleições realizadas em 03/10/1954)

4ª LEGISLATURA: de fevereiro de 1959 a 22/12/1962

(Eleições realizadas em 03/10/1958)

5ª LEGISLATURA: de março de 1963 a 16/01/1967

(Eleições realizadas em 07/10/1962)

6ª LEGISLATURA: de 31/01/1967 a 23/12/1970

(Eleições realizadas em 15/11/1966)

7ª LEGISLATURA: de 29/01/1971 a dezembro de 1974

(Eleições realizadas em 15/11/1970)

8ª – (44ª) LEGISLATURA: de 29/01/1975 a janeiro de 1979

Em janeiro de 1979, a Assembléia determinou a recontagem das legislaturas. Então, a oitava legislatura passou a ser denominada 44ª Legislatura.

(Eleições realizadas em 15/11/1974)

45ª LEGISLATURA: de 29/01/1979 a 22/12/1982

(Eleições realizadas em 15/11/1978)

Siglas e abreviaturas

ADP – Ação Democrática Popular

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

ARS – Aliança Republicana Socialista

LSN - Lei de Segurança Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PL - Partido Libertador

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR - Partido Republicano
PRP – Partido de Representação Popular
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSP - Partido Social Progressista
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
UDN - União Democrática Nacional

Abreviatura das fontes consultadas

AALRS – Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
CP – Correio do Povo
DN – Diário de Notícias

Lista de quadros

- 1.FAIXA ETÁRIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS NO DIA DA POSSE
- 2.MÉDIA DE IDADE DOS DEPUTADOS ESTADUAIS NO DIA DA POSSE (1947-1967)
- 3.MÉDIA DE IDADE DOS DEPUTADOS ESTADUAIS NO DIA DA POSSE (1967-1982)
- 4.DEPUTADOS ESTADUAIS SEGUNDO MESORREGIÃO DE ORIGEM
- 5.DEPUTADOS ESTADUAIS SEGUNDO MESORREGIÃO DE ORIGEM E PARTIDO (ARENA e MDB)
- 6.NÍVEL DE DIPLOMAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS TITULARES E SUPLENTE POR LEGISLATURA (%)

7.CURSO UNIVERSITÁRIO ENTRE OS DEPUTADOS ESTADUAIS COM EDUCAÇÃO SUPERIOR (%)

8.OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS TITULARES POR LEGISLATURA

9.OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DOS 5 PARTIDOS COM MAIOR REPRESENTAÇÃO ENTRE 1947 E 1967

10.NÍVEL DE DIPLOMAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DOS 5 PARTIDOS COM MAIOR REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (1947-1967)

11.OCUPAÇÃO PROFISSIONAL POR PARTIDO POLÍTICO (1967-1982)

12.NÍVEL DE DIPLOMAÇÃO POR PARTIDO POLÍTICO (1967-1982)

13.NÚMERO DE DEPUTADOS ESTADUAIS POR PARTIDO (1947-1967) – (%)

PREFÁCIO

Encerrado o período do Estado Novo, retomou-se no Rio Grande do Sul, como, de resto, no País, o funcionamento das instituições legislativas.

É essa caminhada democrática o tema deste livro, “O Parlamento em Tempos Interessantes”, voltado a resgatar para a História um estágio especialmente valioso de nossa evolução, e no qual pontificaram personalidades que viriam a influir decisivamente na História do Brasil.

Nele, o Professor Doutor Flávio Madureira Heinz retoma a crônica deste Poder, dando continuidade a iniciativa cultural que haverá de representar destacadíssima contribuição à sociedade, aos estudiosos e aos historiadores que se voltam ao exame de nossa trajetória política.

Sente-se, por isso mesmo, honrada a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, ao concorrer para que não se perca a memória de anos particularmente relevantes da jornada dos gaúchos que se estende de 1947 a 1982, parcela da qual lastimavelmente timbrada pela opressão do autoritarismo.

Este volume faz parte de uma série de quatro que contam a História do Parlamento gaúcho em comemoração aos seus 170 anos de relevantes serviços prestados à causa da Democracia.

Boa leitura!

Palácio Farroupilha, janeiro de 2005.



Deputado VIEIRA DA CUNHA
Presidente da Assembléia Legislativa
do Rio Grande do Sul.

SOBRE O TÍTULO

Imprecação chinesa cuja origem é milenar, desejar que alguém viva *tempos interessantes* é oferecer-lhe uma mensagem ambígua, pois os tempos interessantes são invariavelmente aqueles em que o indivíduo, cidadão ou sujeito qualquer da história se vê confrontado com uma situação de relação direta, e por vezes tumultuada, com as autoridades de governo. Tempos interessantes são, assim, tempos difíceis, turbulentos, época em que os caminhos da vida privada estão irresistivelmente associados aos movimentos da política e do Estado. Toda a ambigüidade desta situação se resume no fato de que estes períodos de turbulência e, provavelmente, de instabilidade e insegurança para homens e mulheres são, em geral, períodos ricos de atividade política, densos de experiências pessoais relacionadas à política, tal como o são as décadas aqui retratadas.

Os anos de 1947-1982 encerram um período fascinante da vida política brasileira. Primeiro, aquele da restauração democrática, da polarização e do engajamento partidário, das paixões ideológicas e da disputa pela opinião, enfim, da emergência política da rua na história política brasileira, que caracteriza o que alguns autores chamaram de “democracia populista” e que se conclui no golpe militar de 31 de março de 64. Segue-se uma fase de fechamento, de desarticulação e de reinvenção forçada das fidelidades político-partidárias que se haviam gestado no país desde 1945, momento de cerceamento e de controle sobre as iniciativas políticas, é certo, mas também de emergência de resistências, de tentativas primeiro isoladas, depois coletivas, movimentos irresistíveis a burlar as regras e a lógica da dominação do poder fardado. Nos primeiros anos da década de oitenta, a esmagadora pressão pela restauração de um jogo político aberto e sem cláusulas de exceção, disso que chamamos democracia, sinalizaria a volta da rua ao centro da política brasileira. São estes os *tempos interessantes* que, iniciados na euforia da redemocratização e do pós-guerra, se concluem com o prenúncio de um novo retorno à democracia.

Em virtude das restrições de tempo e da necessidade de adequação ao perfil desejado para a atual coleção, voltada para um público não-acadêmico, optamos pelo tratamento de apenas alguns dos temas mais relevantes – de fragmentos - que concernem à história da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, abandonando assim a ambição de cobrir todos os assuntos que três décadas e meia de presença da

instituição na vida política rio-grandense poderiam oferecer. Os autores deste pequeno livro esperam que os parlamentares, os historiadores, os cientistas políticos, os jornalistas e o público leitor em geral possam dele se servir como ponto de partida para novos estudos que recuperem a memória da política gaúcha.

Flavio M. Heinz (organizador)

1ª PARTE

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL EM DEZ FRAGMENTOS

1. O REAPRENDIZADO DA DEMOCRACIA: A CONSTITUINTE DE 1947 E A 1ª LEGISLATURA

Depois de longos anos relegada à inatividade, a Assembléia Legislativa retomou seus trabalhos no mês de março de 1947. O legislativo gaúcho teve seu curso normal de atribuições alterado pela implantação do Estado Novo em novembro de 1937, que impôs o fim dos partidos políticos e o fechamento das casas legislativas de todo o país. Desta forma, a Assembléia gaúcha teve suas portas lacradas durante os oito anos de duração do regime discricionário do Estado Novo e ainda mais um ano, já no governo do presidente Gal. Eurico Gaspar Dutra, até que se pudesse reorganizar e normalizar o sistema político e eleitoral.

Depois de acirrada eleição ocorrida em janeiro de 1947, da qual participaram os novos e também antigos partidos da paisagem política local, a composição da Assembléia ficou essencialmente dividida em dois blocos dominantes, liderados pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Desta composição inicial participaram também a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Libertador (PL), o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Das 55 cadeiras do parlamento gaúcho, 23 foram ocupadas pelo PTB, 16 pelo PSD, o PL ficou com 5, o PRP e a UDN com 4 cada um e o PCB com 3. O Partido Social Progressista (PSP) e a Esquerda Democrática (ED) não conseguiram eleger deputados.

Também em 1947, havia se realizado a eleição que escolheu o novo governador do Estado. A vitória ficou com Walter Jobim, eleito pelo PSD com o apoio do PRP e do PCB, derrotando Alberto Pasqualini, do PTB, e Décio Martins Costa, que concorria pela aliança PL - UDN. Jobim venceu o pleito por uma diferença pequena, em torno de 20 mil votos, sobre Pasqualini. Os dois maiores partidos, PTB e PSD, passaram a dominar o centro das discussões políticas do estado, embalados pela forte oposição promovida pelos trabalhistas ao governo pessedista de Jobim.

O retorno ao exercício parlamentar se deu com a elaboração de uma nova Constituição para o Estado. No início de 1947, os parlamentares gaúchos se reuniram em Assembléia Constituinte, ocupando a presidência da Comissão Constituinte o deputado Egydio Michaelson, do PTB. A primeira Mesa Diretora eleita ficou assim formada: presidente: Luiz Edgar Schneider (PL); 1º vice-presidente: Joaquim Duval (PSD); 2º vice-presidente: Victor Graeff (UDN); 1º secretário: Hermes Pereira de Souza (PSD); 2º secretário: Helmuth Closs (PRP); 3º secretário:

rio: Dionélio Machado (PCB) e Floriando Neves da Fontoura (PTB) em 1948; 4º secretário: Nestor Jost (PSD) e Moacir Dorneles (PSD) em 1948.¹

Logo no início das atividades dos deputados, no final de março, ainda antes da aprovação do Regime Interno da Assembléia, o representante comunista Otto Alcides Ohlweiller renunciou ao seu mandato, sem no entanto dar maiores explicações, sendo substituído pelo suplente, o advogado Júlio Teixeira (PCB). Em seguida estava pronto o Regimento Interno e, passados três meses do início das atividades, também o projeto de Constituição.

Uma das discussões mais importantes e polêmicas do período de elaboração da nova Constituição do Estado foi aquela sobre a instituição de um regime parlamentar de governo, que veio à tona através de proposta defendida pelo PL. Os libertadores eram historicamente parlamentaristas, defendiam tal tese desde a formação do partido, em 1928.

A idéia trazida à discussão suscitou longos debates e defesas de posição sobre como dirigir e administrar o Estado, tanto sob o regime em vigor, presidencialista, quanto sob o do parlamentarismo. O deputado Mem de Sá (PL) foi um dos grandes defensores do sistema parlamentarista, cujas virtudes expôs através de extensos discursos que, somados aos longos apartes dos deputados, tomaram o tempo de várias sessões da Assembléia.

No mês de abril, Mem de Sá definia os termos do debate em torno do parlamentarismo, apresentando extenso estudo teórico e histórico onde analisava constituições anteriores e discorria sobre a possibilidade de, legalmente, se instaurar tal regime em âmbito estadual. Concluía seu discurso afirmando:

E agora, com o precioso depoimento do eminente líder trabalhista, Sr. José Diogo Brochado da Rocha, não temos mais dúvidas de que a Constituição assim faculta, refletindo fielmente a vontade da Assembléia Constituinte, isto é, que não houve omissão involuntária do “governo presidencial”, entre os princípios constitucionais, mas omissão consciente, a fim de deixar liberdade aos Estados, quanto ao sistema de governo republicano.²

¹ José Bacchieri Duarte informa que no início do funcionamento ordinário da Assembléia, a mesa eleita tinha os nomes de João Nunes de Campos (1º secretário); Antônio Pinheiro Machado Neto (PCB) (3º secretário); e Assumpção Viana (PTB) (4º secretário). BACCHIERI DUARTE, José. **Os dez dias em que o Rio Grande do Sul foi parlamentarista**. Porto Alegre: ALERGS, 2003.

² Ibid., p. 98.

No início de maio, a imprensa noticiava que “a bancada trabalhista na Assembléia fora autorizada, pelo diretório do partido, a votar pela instituição de um regime parlamentar no Estado” (CP, 03/05/1947, p. 10). Diferentemente do PL, os trabalhistas não tinham o parlamentarismo como meta em seu programa partidário. Há algum tempo, no entanto, tendo no comando das discussões Alberto Pasqualini, candidato a governador derrotado por Walter Jobim, a direção regional do PTB discutia o posicionamento favorável a uma Constituição de caráter parlamentarista e determinava a postura que deveria acatar sua bancada na Assembléia. Mediante essa condição, as bancadas do PTB e do PL assinariam um convênio para votar pela instituição do governo parlamentar no Estado (CP, 14/05/1947, p. 10).

Se para o PL a luta pelo parlamentarismo era a posição natural a ser adotada, já que se tratava do modelo de regime que tantas vezes havia defendido, para os trabalhistas esse acordo representava a adoção de uma linha de combate ao governo do PSD, encabeçado por Walter Jobim. Não sendo parte de sua estratégia política, o apoio à tentativa de implantação do regime parlamentarista no Rio Grande do Sul servia também como uma forma de represália contra o PSD, seu maior adversário na política local. Na reunião que aprovaria o apoio à fórmula do PL, dos 21 deputados trabalhistas presentes, 12 votariam a favor e 9 contra o parlamentarismo, uma decisão que refletia a ausência de unanimidade em torno do tema (Bacchieri: 2003, p. 219).

O episódio, que muita discussão rendeu, foi, no entanto, marcado, no âmbito do bloco PTB-PL, pela conveniência e pelo oportunismo. Por um lado, os libertadores tentavam aprovar uma de suas maiores teses, símbolo de unidade partidária, em torno do qual uma aliança com o PTB poderia render outros benefícios; por outro, os trabalhistas aproveitavam-se da situação para tentar enfraquecer o governador Jobim e passar a dispor também do controle do governo, uma vez que detinham, com o PL, a maioria dos deputados na Assembléia, situação que os dispensava mesmo de contar com os votos da bancada do PCB. A costura da aliança entre os dois partidos se deu pelas mãos dos dois candidatos derrotados ao governo do Estado, Alberto Pasqualini (PTB), que no passado havia sido do PL, e Décio Martins Costa (PL).

O PSD, por seu lado, tentava encontrar uma saída conciliatória propondo às outras bancadas que a fórmula apresentada sofresse alteração em um ponto básico, a saber, que passasse a vigorar a partir do ano de 1951, na legislatura seguinte. Junto com o PSD, posicionando-se pela defesa do sistema presidencialista para o Estado, estavam a UDN e o PRP. Os comunistas, por sua vez, segundo a imprensa, resolveram, “no último instante, votar a favor”, o que assegurou a maioria para o parlamentarismo.

Em 14 de junho, por 30 votos contra 24, o plenário da Assembléia decidiu pela implantação do governo parlamentar no Estado. Naturalmente, o PSD e os partidos aliados tentaram todas as alternativas possíveis para impedir a aprovação do novo regime para o Rio Grande do Sul, principalmente pela alegação de que tal medida ia de encontro à Constituição Federal. A Assembléia aprovou, por iniciativa do deputado Mem de Sá (PL), que se ouvisse o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal

(STF) sobre a constitucionalidade da instauração do parlamentarismo. Também o governador Walter Jobim encaminhou ao STF pedido de suspensão da Carta por considerá-la inconstitucional.

Mas, apesar dos pedidos de revisão da nova Constituição e da ameaça do PSD e do governador de não assiná-la, a Carta Constitucional do Estado foi promulgada em 08 de julho de 1947. O presidente da Assembléia, Luiz Edgar Schneider (PL), discursou, destacando que “impunha-se ao Rio Grande do Sul uma liberdade sem preço, uma economia sem abusos, uma justiça sem partido, um bem-estar sem incertezas” (CP, 09/07/1947, p. 12).

Passados alguns dias da implantação da nova Carta, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucionais os dispositivos parlamentaristas da constituição gaúcha, dando um prazo para que a mesma fosse enquadrada de acordo com a Constituição Federal. Os deputados gaúchos foram obrigados, então, a promulgar a Emenda Constitucional nº 1, que reformulava as atribuições do Executivo, devolvendo o caráter presidencialista ao governo do Estado. Terminava, assim, a tentativa de se estabelecer, dentro de um regime federal de caráter presidencialista, o governo parlamentarista em um estado da federação.

Encerrada a fase de elaboração da nova Constituição para o Estado, instalou-se o funcionamento ordinário da Assembléia, sendo eleita a Mesa Diretora, que ficou assim formada: presidente: Luiz Edgar Schneider (PL); 1º vice-presidente: Joaquim Duval (PSD); 2º vice-presidente: Victor Graeff (UDN); 1º secretário: João Nunes de Campos (PTB); 2º secretário: Helmuth Closs (PRP); 3º secretário: Antônio Pinheiro Machado Neto (PCB); 4º secretário: Assumpção Viana (PTB) (Bacchieri: 2003, p. 545).

Durante o período constituinte e da cassação dos mandatos dos deputados comunistas (tema que trataremos na próxima seção), muitos outros assuntos também foram abordados e decididos, mas o funcionamento da Assembléia ficou, por assim dizer, normalizado após os acontecimentos, vindo à tona as mais diversas questões, como a crise brasileira daquele momento, não apenas social e econômica, mas também política, havendo repetidas acusações contra o governo Dutra.

Os deputados voltaram também suas preocupações para as cidades do interior do estado, que ainda não contavam com Câmaras Municipais estabelecidas. Foi criada uma Comissão de Estudo dos Negócios Municipais, composta de 11 deputados, escolhidos proporcionalmente entre as bancadas, e que tinha a intenção de desempenhar as atribuições das Câmaras Municipais até o momento da criação destas (CP, 16/07/1947, p. 4). Mais tarde, depois de estabelecidos os legislativos municipais, a Assembléia também se encarregou de analisar a constitucionalidade das leis por eles elaboradas.

Em setembro de 1947, a Assembléia foi tomada de surpresa com o falecimento do deputado Osvaldo Bastos (UDN) em um naufrágio na Lagoa Pinguela, próximo à cidade de Osório/RS. No desastre morreram 18 pessoas que se dirigiam a um comício

da UDN. Bastos era natural de Osório e foi substituído pelo suplente Manoel Rodrigues de Athayde, também da UDN.

Entre muitos assuntos que poderiam ser destacados daquele momento, alguns foram curiosos, outros graves e outros simplesmente recorrentes. Discutiu-se, por exemplo, sem no entanto alcançar êxito, sobre a necessidade de Porto Alegre eleger seu prefeito, que ainda era indicado por ser a cidade considerada área de segurança militar. Chegou-se a aprovar uma moção ao Congresso Federal, encaminhada por Leonel Brizola (PTB) mas assinada por todos partidos, em que Brizola afirmava que Porto Alegre “não é uma base militar e nem tem defesas militares” e que tirar dos porto-alegrenses seu direito de eleger seu prefeito seria “o mesmo que considerá-los quintacolumnas e traidores de sua pátria, incapazes de eleger o seu governador” (Correio do Povo, 01/10/1947, p. 22). O Senado Federal manteve Porto Alegre como base militar, garantindo que a cidade continuasse a ter um prefeito nomeado. Outra discussão de âmbito municipal foram as greves dos funcionários da empresa de transportes urbanos Carris, que ainda não era controlada pelo município. Na greve ocorrida no final de 1948 houve um acidente com um bonde manejado por um funcionário substituto e que resultou num saldo de cinco mortos e 21 feridos. A Assembléia acompanhou de perto as discussões, e o deputado Leonel Brizola (PTB) solicitou a criação de uma comissão para acompanhar as reivindicações dos trabalhadores da empresa (CP, 21/12/1948, p. 14 e 20).

Ainda em 1949, a Assembléia passou a autorizar várias realizações de plebiscitos para emancipação de municípios. A questão das emancipações gerou uma certa confusão na Casa. Havia um grande grupo que aprovava os pedidos de plebiscitos, dispensando com isso que a questão fosse analisada com maior profundidade pela Comissão de Constituição e Justiça, que, por sua vez, sentia-se desprestigiada, gerando desentendimentos entre os deputados. Com isso, a Comissão ameaçou renunciar coletivamente, instaurando-se uma situação de crise na Casa.

A solução para o problema da energia elétrica, que veio a ter seu desfecho durante o governo de Leonel Brizola, teve seus primeiros episódios em 1948 e envolveu deputados, vereadores e o governador. Ainda em abril, o deputado Fernando Ferrari (PTB) elaborou um requerimento pedindo a encampação da empresa fornecedora de energia elétrica (Cia. de Energia Elétrica Riograndense) em Porto Alegre, em função dos maus serviços prestados à capital e à cidade de Canoas (CP, 27/04/1948, p. 4). A questão também foi intensamente debatida na Câmara Municipal, mas foi legislativo estadual que autorizou o Estado a intervir no contrato de renovação do fornecimento de energia elétrica para Porto Alegre. O governador Walter Jobim também se viu envolvido no problema quando pediu auxílio ao governo federal, tendo a solução emergencial aprovada sido a compra de geradores diesel. A situação não obteve, contudo, uma solução final, vindo ainda a se arrastar por muito tempo.

Fernando Ferrari foi também um dos primeiros deputados a dar atenção a um dos grandes problemas sociais do Estado, o problema dos pequenos agricultores expulsos

de suas terras. Ferrari lembrou um fato ocorrido em 1947, quando várias famílias de agricultores foram expulsas de suas terras no município de Sobradinho, depois de terem-nas cultivado por mais de meio século. Três anos depois, dezenas de outras famílias estariam sendo expulsas da mesma forma, pela firma Lino Lazari & Irmãos, e de modo ainda mais violento, pois muitos teriam tido suas casas queimadas. Segundo o deputado, “travaram-se tiroteios na mata e foram praticadas as maiores arbitrariedades”. O parlamentar fez um apelo ao Executivo para que examinasse o caso com urgência (CP, 26/10/1950, p. 5).

Sem sombra de dúvida, as demandas mais recorrentes no plenário foram aquelas referentes à agricultura e pecuária, ponto forte da economia do Rio Grande do Sul. Muitos deputados, também eles plantadores e criadores, levavam continuamente suas teses a debate; dos problemas específicos do arroz àqueles do armazenamento de safra, todos eram discutidos. O deputado Celeste Gobato (PTB), agrônomo, foi um destes nomes. Seguidamente manifestava-se solicitando solução para questões como o preço mínimo do trigo, a proibição da importação de trigo para o Rio Grande do Sul, a aquisição da safra gaúcha ou a isenção de multas para pequenos agricultores gaúchos por sonegação involuntária de imposto e aí por diante.

Mas uma das mais importantes e recorrentes discussões de cada ano recaía sobre a questão orçamentária do Estado. Com efeito, a cada vez que o plenário discutia as propostas para o ano seguinte provenientes do Executivo, voltavam à tona as dificuldades financeiras do Rio Grande do Sul. Nestes primeiros anos de atividade da Assembléia não seria exagero dizer que o déficit orçamentário cresceu a cada ano e que o governo estadual alegava ter recebido tal situação como herança. No final de 1948, o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, José Diogo Brochado da Rocha (PTB), informava que havia previsão de déficit de 50 milhões para o exercício de 1948 e de 71 milhões para o ano seguinte. Fez críticas à proposta orçamentária para o ano de 1949 enviada pelo Executivo, apontando uma série de deficiências (CP, 26/10/1948, p. 3). O deputado acabou por renunciar à Comissão de Finanças e Orçamento, já que, após a segunda discussão da proposta orçamentária para 1949, o déficit previsto chegava a 100 milhões. Brochado da Rocha reclamou do fato de a responsabilidade pelo orçamento ter sido jogada sobre suas costas (Correio do Povo, 09/11/1948, p. 14). Os líderes das bancadas da Assembléia chegaram a se reunir fora das sessões e mesmo no Palácio Piratini para tentar chegar a um acordo que minimizasse a crise financeira do Estado, já que as perspectivas futuras eram desanimadoras. Houve proposições da bancada governista (PSD) no sentido de diminuir salários de deputados, governador, desembargadores, etc., mas não houve acordo (CP, 16/12/1948, p. 16). Nos anos seguintes, as preocupações não foram diferentes, e o Estado teve de recorrer a empréstimos para tentar estabilizar sua situação. O jornal Correio do Povo registrava, em novembro de 1950, a previsão do orçamento de 1951 como o maior déficit da história do Rio Grande do Sul, de mais de 400 milhões de cruzeiros (CP, 30/11/1950, p. 49).

Os temas de abrangência nacional e internacional também eram observados e debatidos no plenário. Logo após a cassação do registro do PCB³, acompanhavam-se as discussões na Câmara Federal sobre o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética. O rompimento se deu em 21 de outubro de 1947, e a íntegra da nota oficial foi publicada na imprensa local. O rompimento levou a que o deputado Luiz Compagnoni (PRP) requeresse o manifesto de aplauso da Assembléia gaúcha frente a tal medida. O requerimento foi aprovado por todas as bancadas, com exceção, naturalmente, da dos comunistas (CP, 23/10/1947, p. 4).

A criação do Estado de Israel também foi alvo da lembrança dos parlamentares. O deputado Odílio Martins Araújo (PTB) fez, do plenário gaúcho, um apelo para que o governo brasileiro reconhecesse imediatamente o Estado de Israel, recém instituído (CP, 20/05/1948, p. 4). No ano seguinte, a Assembléia receberia a visita de três parlamentares israelenses. Entre os presentes estava o então deputado Menachem Begin, que anos depois se tornaria primeiro-ministro de Israel, acompanhado do colega Chaim Landan, ambos do partido oposicionista Heruth (Partido da Liberdade) (CP, 16/09/1949, p. 14). Em 1950, a Assembléia recebeu também a visita do deputado francês Cel. Livry Level, “herói da resistência francesa durante a última guerra” (CP, 30/05/1950, p. 11).

As discussões de caráter eminentemente político eram, como não poderia deixar de ser, constantes. Neste período, em que o PSD detinha o poder no governo federal e estadual, o partido acabou sendo alvo de muitas críticas, e seus deputados ocupavam seguidamente o plenário para tentar fazer a defesa dos governos estadual e federal. Em certo momento, o deputado Luiz Edgar Schneider (PL) pronunciou forte discurso de ataque ao Executivo e colocou em pauta a questão da sucessão presidencial. A defesa ficou a cargo de Tarso Dutra (PSD), que respondeu com um longo discurso em que, primeiro, acusou o PL e Décio Martins Costa de terem sido solidários com o Estado Novo para, depois, fazer a defesa dos governos do Estado e do país (CP, 02/08/1949 p. 13).

As formações da Mesa Diretora também representavam uma disputa política importante. A mesa de 1949, com José Diogo Brochado da Rocha como presidente, foi pretexto para uma interessante “briga” que reuniu de um lado o PTB e o PRP, antecipando alianças futuras, e do outro o PL, a UDN e o PSD. Os membros deste último bloco, a quem couberam a segunda vice-presidência e secretarias, renunciaram aos cargos, sendo substituídos por membros do PTB e do PRP. O PL alegou que a votação complementar da Mesa fora um acordo entre o PTB e o PRP e que o partido não fora consultado. A UDN e o PSD teriam participado da Mesa se os libertadores o tivessem feito; como isso não aconteceu, nenhum dos três participou. No ano seguinte, Ataliba

³ Ver próxima seção.

Paz (PTB) foi eleito novo presidente da Assembléia, com 27 votos. A aliança entre o PTB e o PRP permaneceu e foi novamente bem-sucedida. O outro candidato foi Victor Graeff, que obteve 24 votos das bancadas do PSD, PL e UDN. Esses três partidos ficaram sem um cargo sequer, repetindo-se o ocorrido no ano anterior. Como não houve maioria, realizou-se uma segunda votação, que confirmou o resultado da primeira (CP, 25/04/1950, p. 4).

Nem só de discussões, na acepção pacífica do termo, vivia o plenário. Algumas vezes, os ânimos se acirravam para valer, não havendo conseqüências maiores devido à interferência de seguranças. Os deputados Nicanor da Luz (PSD) e Guido Giacomazzi (PTB) enfrentaram-se numa dessas situações. Giacomazzi havia denunciado violências por parte de elementos do PSD no pré-plebiscito de Sananduva. O primeiro entendeu-se atingido pelas acusações e reagiu violentamente, procurando seu revólver – que, naquelas alturas, já estava em poder do deputado Godoy Ilha (PSD) –, quando o segundo ameaçou expor fatos desabonadores sobre Nicanor da Luz. Não encontrando o revólver, o deputado do PSD jogou um cinzeiro no adversário. Em meio à confusão, o deputado Hermes Pereira (PSD) partiu para cima de Giacomazzi, mas foi contido por terceiros. Do fundo do plenário, ouviam-se os gritos de Leonel Brizola (PTB): “Atira! Atira!”. Giacomazzi, ainda no plenário, abriu os braços, mostrando estar desarmado, e exclamou: “Esses são os democratas!” Depois de acalmados os ânimos, a sessão prosseguiu (CP, 19/11/1949, p. 4).

Outra situação dessa natureza ocorreu por ocasião de acalorado debate no plenário, no contexto de agressivo discurso de Francisco Brochado da Rocha (na ocasião, da ala autonomista do PSD). A discussão girava em torno do PSD, de Getúlio Vargas e de supostas traições de ambos. Quando o deputado Hermes Pereira (PSD) acusou Vargas de trair o PSD e o governador Jobim, o deputado Oibrecy Verney (PTB) reagiu dizendo que “traidores são vv. Excias!”. Houve grande reação por parte da bancada do PSD, e o deputado Jacinto Rosa, segundo o jornal *Correio do Povo*, “saltou de sua cadeira, Tateando o revólver e mostrando a intenção de sacá-lo”. A segurança interveio, e o problema foi controlado (CP, 20/10/1950, p. 5). Durante outras legislaturas situações semelhantes se repetiram, sem maiores conseqüências.

Já no início de 1950, começaram a aparecer com maior intensidade na imprensa as alusões ao nome de Getúlio Vargas como candidato à Presidência da República. Na Assembléia, onde a questão da sucessão presidencial ainda não se tornara um tema central no plenário, observava-se já certa apreensão a esse respeito, sobretudo entre alguns deputados de oposição. O deputado Henrique Fonseca de Araújo (PL) chegou a chamar a atenção para notícias que circulavam e que estavam relacionadas a possíveis golpes contra a democracia e contra as eleições presidenciais programadas, classificando tais informações como boatos. (CP, 183, 09/05/1950, p. 3). Também o deputado Fernando Ferrari (PTB) alertou para a questão, analisando a situação nacional e falando dos boatos de que não haveria eleição ou de que o Exército não deixaria os eleitos serem empossados.

As eleições ocorreram em 3 de outubro de 1950 sem maiores problemas, elegendo Getúlio Vargas como novo presidente da República e Ernesto Dornelles como governador do Rio Grande do Sul, uma dupla vitória para o PTB.

As eleições para presidente haviam trazido para dentro do plenário uma intensa discussão, essencialmente partidária, quando alguns parlamentares do PSD enfrentaram-se em torno do lançamento da candidatura de Cristiano Machado à Presidência. Essa candidatura não agradou a alguns setores do partido, tanto em âmbito nacional quanto local, o que acabou levando à criação de uma ala autonomista, liderada por Francisco B. da Rocha. Este entrou na discussão da sucessão presidencial afirmando que o nome de Nereu Ramos (PSD) havia sido lançado em Porto Alegre, mas que sua candidatura não teria ido adiante por causa da intervenção do presidente Dutra (CP, 03/06/1950, p. 3). A resposta veio alguns dias depois, através de um discurso em que Tarso Dutra (PSD) procurou desmentir esta tese, negando a interferência do general Dutra no fracasso da pré-candidatura de Nereu Ramos. A intervenção no plenário tornou-se uma grande desavença partidária em torno da questão sucessória.

Em realidade, o período pré-eleitoral havia diminuído em muito as atividades na Assembléia, tendo sido observada seguidamente falta de quórum para se discutir a Ordem do Dia. Por outro lado, apesar dos desentendimentos do PSD, a campanha eleitoral parece não ter penetrado muito nas discussões do plenário.

Ao final dessa primeira legislatura, já com os resultados eleitorais definidos em favor do PTB, o deputado José Diogo Brochado da Rocha aproveitava para declarar que o PTB não iria cometer atos vingativos, porque durante quatro anos teria combatido violências, e que então “reinará um clima de tolerância, cooperação e liberdade”. Aproveitou ainda para fazer uma advertência: se aqueles que ainda estavam no governo perseguissem companheiros do PTB por suas posturas durante as eleições, estes, uma vez no poder, seriam implacáveis, cobrando “olho por olho e dente por dente” (CP, 17/10/1950, p. 5)

2. A BREVE VIDA LEGAL DO PCB

Além da elaboração da nova carta constitucional, uma das questões mais relevantes nesse primeiro período de atividades do legislativo gaúcho foi a do processo de extinção do PCB e da cassação dos deputados comunistas. As intervenções dos deputados comunistas acerca de sua situação já aconteciam em abril de 1947, quase um ano antes da perda efetiva dos mandatos. Em maio, o Tribunal Superior Eleitoral decidia pela cassação do registro do Partido Comunista, cabendo ainda recurso ao Supremo Tribunal Federal. Os debates gerados pela medida foram intensos no plenário da Assembléia.

O deputado Dionélio Machado manifestou-se contra o fechamento do seu partido afirmando que a democracia em construção ficaria abalada pela ação de “elementos fascistas” infiltrados no governo e que seriam responsáveis pela ordem de fechamento do PCB. Encerrou o seu discurso alertando que “o fechamento do Partido Comunista acarretar[ia] o começo da morte da democracia brasileira”, conclamando “todos os democratas com assento [na] Casa a uma resistência à luta que se processa contra a democracia” (CP, 09/05/1947, p. 4).

O problema do fechamento do PCB e da cassação dos mandatos foi insistentemente lembrado pelos deputados do partido, mas sem que conseguissem sensibilizar consistentemente os outros partidos a respeito. Algumas poucas vezes, como a do deputado Britto Velho (PL), se levantaram contra a arbitrariedade da cassação dos mandatos.

O PRP, herdeiro da Ação Integralista Brasileira (AIB), tradicional inimigo dos comunistas desde a década de 1930, procurou se esquivar de qualquer responsabilidade ou interferência no fechamento do PCB. Buscou demonstrar que não estava ligado a qualquer pressão realizada para o fim do partido, ignorando todos aqueles anos de combate do integralismo ao comunismo, quando colaborara na criação da paranóia anticomunista que permeou os anos trinta e quarenta. Para o PRP esses acontecimentos não tinham nada a ver com o contexto de então. O partido manifestou-se sobre o assunto afirmando que:

o Partido de Representação Popular – nitidamente contrário a todas as formas de materialismo, em conseqüência de sua concepção cristã do destino do homem e da sociedade – continua a sustentar, como tem feito desde a sua fundação, desassombrada luta contra a doutrina marxista-leninista, que é uma das expressões modernas da filosofia materialista. Logicamente é adversário leal e franco do Partido Comunista Internacional e portanto da sua seção do Brasil. Não teve, entretanto, o Partido de Representação Popular qualquer iniciativa, interferência ou influência, no fechamento do Partido Comunista, seção do Brasil, e absteve-se mesmo de se pronunciar muito de propósito, quer de público, quer em particular, sobre o assunto a fim de tornar

bem patente, perante a Nação e a História, que as acusações de fascista, atiradas contra o antigo integralismo e até bem pouco tempo contra o populismo, não passavam de interpretação que às palavras “fascismo” e “fascista” emprestam os dicionários da Terceira Internacional, aliás com perfeita lógica, dentro da concepção política de Moscou. (CP, 28/05/1947, p. 5).

Assim como o PRP, também o PSD não quis se comprometer com qualquer espécie de solidariedade aos parlamentares comunistas. O plenário votou uma moção contra a cassação de mandatos, tendo esta sido aprovada com o voto em contrário do PSD e a abstenção do PRP.

Também nesse período, ocorreu a discussão, na Câmara Federal, da nova Lei de Segurança Nacional. Na Assembléia a discussão iniciou sob a condenação óbvia do PCB, o principal atingido pela lei, e também de outros partidos. Deputados estaduais de diversos partidos chegaram a enviar telegramas aos líderes das bancadas gaúchas na Câmara, posicionando-se contrários à nova Lei de Segurança, chegando o PCB a elaborar um requerimento de repúdio à LSN para ser enviado à Câmara Federal.

O Partido Comunista Brasileiro acabou por ter seu registro cassado em maio de 1947, tendo os deputados permanecido atuantes no plenário até a cassação de seus mandatos. Em outubro, o Senado Federal aprovou o projeto que mandava cassar os mandatos parlamentares dos comunistas. Daí para a frente, por mais que a bancada do PCB na Assembléia protestasse, como fez o deputado Júlio Teixeira ao acusar de “reacionários e fascistas a serviço do grupo que deseja o retorno da ditadura em nossa pátria” aqueles que defendiam a cassação de mandatos (CP, 29/11/1947, p. 4), não houve reversão da situação. Logo em seguida, em janeiro de 1948, ocorreu também a aprovação da Câmara Federal e a sanção do presidente Dutra ao projeto de cassação.

Ao encerrar os trabalhos do primeiro ano legislativo, a Assembléia, em período de férias, passou a ser representada pela Comissão Representativa da Assembléia, composta por 11 deputados, e foi com essa composição que deu prosseguimento ao afastamento da bancada do ex-PCB, o qual executou após receber a comunicação do TSE, enviada ao presidente do legislativo gaúcho.

Apesar das tentativas dos deputados do ex-PCB de atrapalharem legalmente a execução da lei de cassação dos mandatos, a lei foi aprovada e a Assembléia extinguiu as cadeiras dos comunistas. A bancada do ex-PCB tentou, por meio de requerimentos, empurrar a decisão para o período legislativo ordinário, já que os deputados encontravam-se em férias e estavam representados pela Comissão Representativa. As manobras dos deputados comunistas não surtiram efeito, e o presidente da Mesa Diretora, Edgar Schneider (PL), da Comissão Executiva, deu cumprimento à comunicação do TSE.

A resolução da lei foi votada pela Comissão Executiva, e o resultado final foi de 3 votos contra 2, favorável ao cumprimento da comunicação. Votaram a favor: Helmuth Closs (PRP), Nunes de Campos (PTB) e Edgar Schneider (PL). Contra: Assunção

Viana (PTB) e Pinheiro Machado Neto (PCB). O deputado Assunção Viana se recusou a assinar o ato proclamatório e renunciou a seu posto de 4º secretário da Assembléia, protestando: “a minha assinatura jamais seria aposta em qualquer documento que visasse tornar efetivo o esbulho de um direito concedido pelo povo, em cujo nome se diz exercer todo o poder” (CP, 15/01/1947, p. 10).

Em meados de janeiro, encerrava-se a participação dos comunistas no legislativo gaúcho por um longo tempo, com o Ato Declaratório:

À vista do disposto no Art. 2º da lei nº 211 de 7 do mês em curso e tendo presente a comunicação telegráfica do colendo Superior Eleitoral nº 325, datada de 9 do corrente feita nos termos do parágrafo único do citado artigo, a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul declara extintos os mandatos dos Srs. Deputados, Antônio Ribas Pinheiro Machado Neto, Dionélio Machado e Júlio Teixeira e respectivos suplentes que são os Srs. Manoel Jover Teles, Antônio Ferreira Martins, Vespasiano Corrêa, Paulo Rocha Guimarães, Vicente Real, Julieta Batistioli, Arlindo de Souza, Marino Rodrigues dos Santos, Sergio Holmos, Deburgo de Deus Vieira, José Gay da Cunha, Vasco Prado da Silva, Percy Vargas de Abreu, Felix Maciel Gambôa, Eduardo José Barreiro, Brasil da Silva Ilha, Emilce Lima Aveline, Isac Ackxelrud, Amaro Gusmão, Fernando Gomes da Silveira, Francisco Ramalho, Antônio Teixeira e Silva, Lacy Osório, Eloy Martins da Silva, Manoel Bittencourt da Cruz, Ciro Alencastro, Enio Guimarães Campos, Ulisses Câmara Vilar, Edgar José Curvelo, Antônio José Duarte, Fabrício Crespo, Lúcio Soares Neto, Oneron Dorneles, Ernesto Bernardi, Walter Graeff, Herculano Rodrigues, Carlos Lima Aveline, Jorge Mothey, Marcelino Gonçalves Messias, Luiz Dorvalino Feijó, José Montserrat, Silas Cadorna de Moraes, Demétrio Ribeiro, Vivaldino Pereira Cesar, Adão Rosa Vilanova, Menoti Balila Barabaldi, Justino Souza Neto, Ita Ginia Machelini e Paulo Osório de Assis Brasil, constantes do relatório do TRE. Sala das Sessões, 14 de janeiro de 1948.

(a) Edgar Luiz Schneider – Presidente. João Nunes de Campos – 1º Secretário, com restrição ao exarado no voto em separado. Helmut Closs – 2º Secretário. (CP, 15/01/1948, p. 4).

A Mesa Diretora acabou sofrendo o desgaste e também a cobrança pelo episódio da cassação dos mandatos, previstos na Lei 211. O deputado Egidio Michaelsen (PTB) rebateu as acusações e defendeu a constitucionalidade do ato. Por outro lado, deputados como Britto Velho (PL) solicitaram a nulidade do dispositivo que afastara os colegas. Protestaram contra aquilo que consideravam uma perda de independência da Assembléia Legislativa do RS e contra a interferência federal presente na Lei 211. O deputado Leonel Brizola (PTB), relator de comissão, deu parecer favorável ao pedido

de Britto Velho. Apesar de se dizer anticomunista, Brizola entendia não ser um ato cristão a cassação dos colegas, que se deveria respeitar a vontade do povo que escolheira seus representantes e, ainda, que se estaria defendendo a integridade da Assembléia com essa iniciativa (CP, 06/02/1948, p. 3). Porém, ficou decidido que a Comissão Representativa não atenderia o pedido do deputado Brito Velho, que pretendia recorrer ao STF contra a Lei n. 211, derrotando a proposta por 6 votos contra 3.

O debate em torno da cassação dos deputados comunistas teve grande repercussão dentro da Assembléia, afetando diretamente seu funcionamento, uma vez que três deputados haviam sido privados de seus mandatos. As cadeiras que ocupavam ficariam simplesmente vagas até o fim da legislatura. Não obstante a posição favorável da Comissão Representativa à lei que cassou os deputados, o parlamento gaúcho sentiu-se afetado por entender ter havido interferência federal em suas atribuições. Contudo, a grande maioria dos deputados não tomou nenhuma postura de defesa efetiva dos mandatos de seus colegas. Para muitos, o afastamento do PCB foi vantajoso, fosse pela distância ideológica ou pela conveniência do não enfrentamento com deputados que sempre representavam interesses diferentes dos seus. Alguns poucos deputados, além dos próprios deputados comunistas, se colocaram abertamente contra o fim dos mandatos, mas não passaram de exceções. Nenhuma outra bancada se empenhou ou teve interesse em defender a permanência dos comunistas, e o fato da decisão final sobre o assunto ter acontecido em pleno período de férias, enquanto os trabalhos se concentravam sobre a Comissão Representativa, tornou mais fácil que a maioria dos deputados não carregasse o ônus de tal responsabilidade.

Ao mesmo tempo em que se discutia a extinção do PCB, a cassação de mandatos e a criação da LSN, estava em prática uma política repressiva aos comunistas, herança do Estado Novo. O governador Jobim sofreu diversas cobranças pelas arbitrariedades policiais ocorridas ao longo de seu mandato, não só contra os partidários do PCB, mas até mesmo contra a imprensa. Enquanto o deputado Leonel Brizola (PTB) acusava a Polícia de ter armado o “plano subversivo” responsável pela prisão de inúmeros comunistas (entre eles o suplente de deputado Jover Teles, do PCB) e criticava também o fechamento do jornal comunista Tribuna Gaúcha, fazendo um apelo à liberdade de imprensa (CP, 19/06/1948, p. 5), a bancada do PSD, através de discurso do Dep. Américo Godoy Ilha, rebatia as acusações e defendia a legalidade da repressão aos comunistas e do fechamento de seu jornal.

Nessa onda também foi preso outro suplente de deputado do PCB, o vereador mais votado de Porto Alegre pela legenda do PSP, Marino Rodrigues dos Santos, por suposta propaganda subversiva. O parlamentar passou seis meses preso sem ser interrogado ou julgado, tendo sido finalmente libertado no sétimo mês. Outros supostos “agitadores” também foram presos no período ao participarem de manifestações ou comícios. A repercussão também ocorreu dentro da Assembléia, com o deputado Luiz Compagnoni (PRP) manifestando seu apoio à prisão do colega (CP, 11/03/1948, p. 4).

Mais adiante, ao reprimir um comício da campanha a vereador do PCB, a Polícia acabou por atingir um repórter do jornal Diário de Notícias, o que levou os deputados a convocarem o secretário do Interior, Otacílio Moraes, a prestar explicações ao plenário sobre a violência policial (CP, 12/11/1947, p. 5). Essas agressões tiveram ampla repercussão, levando a que todas as bancadas se manifestassem contrárias e assinassem a convocação do secretário Moraes.

Os desmandos da Polícia, que percorreram quase todo o período dos governos Dutra e Jobim, chegaram a tal ponto que o deputado Leonel Brizola (PTB) reagiu a uma nota oficial da Chefia de Polícia que dizia ser o movimento do funcionalismo público, em prol de um abono de emergência, um ato que “obedece a planos pré-estabelecidos pelos agentes soviéticos que operam subterraneamente”. Disse o deputado que a Polícia encarava todo e qualquer ato como manifestação comunista e que as arbitrariedades cometidas caracterizavam o Rio Grande do Sul como um “estado policial” (CP, 16/09/1948, p. 3).

3. O SUICÍDIO DE VARGAS

O ano de 1954 foi de extrema agitação política no país, e a longa crise política pela qual passava o governo de Getúlio Vargas, eleito em 1950, resultou no desfecho trágico da madrugada de 24 de agosto. Enfrentando dura oposição de diferentes setores da sociedade, inclusive o militar, e envolto em permanentes acusações de corrupção, o governo Vargas deu seus passos finais depois do atentado sofrido pelo jornalista Carlos Lacerda em que morreu o major da Aeronáutica Rubem Vaz. O crime, cuja inspiração e articulação localizavam-se nas dependências do Palácio do Catete, precisamente na guarda pessoal de Vargas e na figura de seu segurança pessoal, Gregório Fortunato, precipitou a crise política, fazendo com que Vargas perdesse o pouco apoio que ainda tinha. A solução para o impasse criado foi o seu suicídio.

A tensão do momento político era muito forte, e a notícia do atentado a Carlos Lacerda atingiu com intensidade o parlamento gaúcho. Houve manifestações de todas as correntes partidárias condenando o ocorrido. Os deputados situacionistas, do PTB, reagiram com extrema cautela, pedindo para que não se fizessem julgamentos apressados sobre o caso. Já a oposição não tinha necessidade de ser tão cuidadosa, até porque atacava o governo Vargas há longo tempo. O deputado Flores Soares (UDN) proferiu um inflamado discurso manifestando indignação e cobrando responsabilidades pelo crime:

Procurava-se calar, e de que maneira! Procuravam estrangular, e de que modo! Um atentado à vida e à liberdade da imprensa, uma das vozes mais bravas, mais intrépidas, mais corajosas da imprensa brasileira. Pode-se divergir e não concordar com as críticas e até julgá-las excessivas e caluniosas, mas não é este o processo, num país civilizado e na capital da República, o de tentar, e covardemente, pôr fim à vida de um cidadão e de um jornalista candidato da UDN à deputação federal. [...] Hoje, também, eu direi a este governo federal, que já tem as mãos tintas do sangue dos seus concidadãos, no longo consulado Vargas, pelos crimes praticados no Estado Novo, eu pergunto como a polícia do Distrito Federal permitiu que se atentasse contra a vida de um jornalista na Capital da República, como permitiu que fosse assassinado à traição, covardemente, o Major da Aeronáutica Rubem Vaz, saindo gravemente ferido do atentado o Sr. Jornalista Carlos Lacerda?

A resposta ao áspero discurso veio pela voz do deputado João Caruso (PTB), falando em nome da bancada do seu partido, em aparte a Flores Soares:

Eu queria dizer a V. Excia. que atos dessa natureza, de violência, de sangue, só podem merecer a desaprovação total, terminante,

de minha bancada e de todo o Rio Grande do Sul, indistintamente de cores políticas. Agora, queremos deixar bem saliente e sublinhado que não concordamos com os métodos de imprensa do Sr. Carlos Lacerda, que, a nosso ver, é dentro do país o maior dos caluniadores que já tivemos. (DN, 06/08/54, p. 2).

Os deputados petebistas tiveram dificuldade para defender Vargas, já que as repercussões ao “atentado da Rua Toneleros” se estenderam por vários dias no plenário da Casa. A indignação foi generalizada e tornou-se muito difícil tentar encobrir o lado sórdido do governo. Até a morte de Vargas, seus opositores na Assembléia foram persistentes nas denúncias contra os desmandos de seu governo e respaldaram os insistentes pedidos de renúncia.

Para muitos não havia dúvidas de que o intuito do atentado fora o de calar a voz crítica de Lacerda na imprensa, mesmo que nem sempre as desconfianças sobre as responsabilidades do atentado tenham recaído sobre Vargas. O deputado Peracchi Barcellos (PSD) foi um desses. Afirmava que

nem de leve pode me passar pela mente que o Sr. Presidente da República tenha tido conhecimento anterior das intenções daqueles que se lançaram nesse bárbaro atentado. Mas o que não deixa dúvida é que elementos ligados ao governo e até mesmo à sua própria guarda pessoal estão envolvidos nesse atentado, e está ele reptado pelo povo brasileiro a envidar todos os esforços, a praticar todas as medidas cabíveis para responsabilizar esses assaltantes e pô-los na cadeia, para decoro da honra e da dignidade brasileira.

Novamente ficou ao encargo de João Caruso (PTB) fazer a defesa do governo. O deputado reiterou sua repulsa ao ato violento e disse que lamentava que se quisesse fazer exploração política em torno do assunto, que se antecipassem julgamentos e decisões sem que houvesse provas acerca das responsabilidades. Entendia que a intenção era somente agitar a opinião pública e colher vantagens eleitorais:

É fácil dizer que tudo o que ocorre no país é da responsabilidade do Presidente da República, é fácil dizer que ele tem as mãos tintas de sangue. Mas o povo deve saber, e o povo do Rio Grande sabe, que S. Excia. é incapaz de atos desta natureza e há de julgar acima de tudo os deputados que assim procedem, usando das regalias de sua tribuna para imputar faltas sem a necessária comprovação. Creio que não é este o momento de se fazer acusações. Todos aqueles que amam os princípios de justiça devem deixar que seja levado a efeito o inquérito e que se faça a prova para que depois concluam, decidam e condenem os responsáveis. (DN, 07/08/54, p. 2).

A cobertura do atentado a Lacerda foi intensa na imprensa e, em alguns casos, como no jornal Diário de Notícias, beirava o sensacionalismo. Na Assembléia, a repercussão se restringiu a alguns dias. É importante lembrar ainda que estes fatos ocorreram em meio a uma campanha eleitoral – para governador, deputados estaduais e federais e também senadores –, e muitos deputados não tinham presença constante na Casa.

Em meio ao agravamento da crise política, as discussões e avaliações da grave situação sucediam-se com intensidade na Assembléia. Para o deputado Cândido Norberto (PSB), desenhava-se um novo golpe. Cândido Norberto acusou a UDN de liderar o “golpismo”, tendo o deputado Flores Soares (UDN) afirmado que “se os direitos do povo não estão assegurados”, quem tem o dever constitucional de defendê-los são as classes armadas (DN, 13/08/54, p. 16).

Daí para diante a situação do governo Vargas foi se deteriorando progressivamente. Houve a dissolução da guarda pessoal do presidente e a prisão de suspeitos, as investigações avançaram, e os desdobramentos da crise pareciam afetar cada vez mais o governo. O deputado Wilson Vargas (PTB) alertou sobre a atuação das Forças Armadas naquele momento, criticando as reuniões que os generais vinham fazendo. Segundo ele, tais reuniões se sobrepunham aos poderes constituídos para resolver o problema (DN, 18/08/54, p. 2). Em meados de agosto, generais do Exército lançaram um manifesto exigindo a renúncia de Vargas, acelerando a perda do apoio que lhe restava. Em 24 de agosto, Getúlio Vargas, duas vezes presidente da República, se suicidaria com um tiro no peito. Este gesto extremo acabaria revertendo completamente expectativas e posições dos diferentes atores quanto à crise em curso.

Com a morte do presidente da República, a sessão do dia 24 não aconteceu, tendo os trabalhos da Assembléia sido suspensos por três dias. No retorno, todos os partidos fizeram discursos sobre o suicídio de Vargas. Os pronunciamentos em nome das bancadas de cada partido foram praticamente um reflexo das relações políticas do momento. Ficou combinado, no entanto, em reunião prévia, que estes primeiros discursos não entrariam em debates ou no exame dos acontecimentos.

Os pronunciamentos ficaram todos registrados nos Anais da Assembléia, na sessão de 27 de agosto de 1954. O mais longo e dramático deles, como não poderia deixar de ser, foi o de Unírio Machado, em nome da bancada do PTB, que entendia ter o episódio se constituído, na verdade, em golpe de Estado:

Vítima de um novo golpe de força, produto da trama urdida por alguns detratores e recalçados inimigos, em defesa do poder constituído e para não derramar o sangue de seus patrícios o inolvidável Getúlio Vargas viu-se compelido ao supremo sacrifício de sua própria vida.

Mais adiante, acusava “certa imprensa”, que teria tido como propósito depor o presidente e não apurar os fatos referentes ao atentado da Rua Toneleros. Citando uma entrevista de Oswaldo Aranha, destacou que se procurara responsabilizar o presidente

sem que os fatos tivessem sido apurados e que dentro do próprio governo não se procurara punir os criminosos, mas sim substituir o presidente. Disse ainda que Vargas preferira o sacrifício pessoal à resistência armada, onde muitas vidas poderiam ser perdidas. Em seguida, leu a Carta Testamento de Vargas.

Para o representante do PTB, os seguidores responderiam com muita luta e sem esmorecimento à morte de seu líder:

Verdadeiro mártir das classes trabalhadoras e dos infortunados, Getúlio Vargas será sempre um farol que do alto iluminará os destinos da Pátria. Mais uma vez se constatará, que, efetivamente, “os vivos são cada vez mais governados pelos mortos”. Getúlio Vargas, após o legado de sua morte, será para sempre uma força inspiradora dos homens públicos, responsáveis pelos destinos da Nação. [...] Que o sacrifício supremo de Getúlio Vargas sirva como um marco de união entre os brasileiros que efetivamente desejam melhores dias para a sua Pátria. (AALRS, sessão de 27/8/1954)

Em seguida, discursou, em nome do PSD, o deputado Hélio Carlomagno, alertando que suas palavras não eram proferidas no intuito de suscitar discussões, mas eram palavras de pesar e de perplexidade e que aquele momento exigia “maduras reflexões e palavras de concórdia”. “E nesta oportunidade, em que todos somos compelidos a evocar o passado, registramos, na evolução do nosso povo, as conquistas humanas que este século deu ao Brasil, e que de tantos pró-homens, o Presidente desaparecido terá, também, o julgamento sereno da história.” Foi um discurso curto onde ficaram claras as diferenças que o PSD local tinha com Vargas, mas que procurava adiar para mais tarde as discussões em torno das responsabilidades pela crise e pelo gesto extremo do presidente.

O discurso de Mem de Sá procurou ressaltar que o PL e os outros partidos de oposição a Vargas foram seus obstinados adversários políticos, mas nunca teriam sido seus inimigos pessoais. “Jamais partiu de nós, nem dos partidos de oposição, nem de seus mais eminentes líderes qualquer pensamento contra a vida do homem que ocupava a Presidência da República. Reclamamos, é certo, com o calor que nossas convicções exigiam, que ele renunciasse ao cargo, como forma constitucional para a superação da crise.” Para ele, a renúncia de um governante, como já havia acontecido tantas vezes, não poderia ter sido “motivo de um ato irremediável e trágico como o que tomou o Sr. Getúlio Vargas”. Procurou ainda eximir os partidos opositores de responsabilidade pelas pressões que agravaram a crise política:

Seus inimigos foram os que lhe quiseram ou procederam de modo a lhe causar males e desgraças, não os que, movendo-lhe oposição, concorriam para a tarefa de governar denunciando

abusos, irregularidades e desmandos, denunciando e criticando tudo o que podia contribuir para o deslustre de sua missão, para o bom nome de seu governo e para o desassossego da nação brasileira.

A manifestação de Guido Mondim (PRP), a mais curta de todas e a que menos acrescentou, limitou-se a dizer que o PRP “pranteava junto com a Nação” o desaparecimento de Getúlio Vargas. De forma não muito diferente, a UDN, através de Victor Graeff, evitou discutir qualquer ponto que se referisse aos fatos políticos e sociais que levaram ao suicídio, apenas apresentando as condolências em nome do partido. Ressaltou que “do berço ao túmulo, o homem é aquilo que suas ações deixam para a meditação e o exame dos pósteros. Ele é, na posteridade, aquilo que pensou, que realizou e que sentiu, no espaço percorrido desde os primeiros passos, na vida, até o último suspiro, na morte.” Já o deputado Derly Chaves, do PSP, pronunciou-se de forma mais emotiva, destacando sua longa amizade com Vargas e afirmando ser-lhe difícil acreditar no acontecido, e acrescentou: “Não importa quais sejam os nossos conceitos filosóficos, religiosos ou políticos, não há como negar que o Presidente Getúlio Vargas foi um obreiro da nacionalidade e a obra que edificou jamais será esquecida. A história lhe fará justiça.”

A única manifestação que, naquele momento, fugiu ao combinado de não se analisar causas e responsabilidades pelo acontecimento foi a do representante do PSB, Cândido Norberto. O deputado lembrou de um discurso que havia há pouco proferido, no qual alertara e se opusera às manobras que vinham se desenrolando no centro do país e que, julgava, terminariam em golpe. A interpretação do deputado remetia a responsabilidade pelo trágico desfecho às forças internas e externas e classificava o fato como um golpe:

As forças que se conjugaram em nossa terra [...] forças internas e externas, conseguiram finalmente aquilo que vinham tramando há muito tempo. Golpearam a democracia, golpearam a Constituição, levando um homem ao gesto desesperado que nós adivinhávamos mesmo à distância e que descrevemos aqui mesmo nesta tribuna, lamentando que naqueles dias até seus amigos se fizessem ausentes, ou pelo menos silenciosos. [...] Não reconhecemos no atual governo um governo legalmente constituído. Não reconhecemos no governo do Sr. Café Filho senão um governo saído das manobras golpistas.

Adiante, o deputado demonstrou apreensão, afirmando não saber por quantas vezes ainda lhe seria permitido usar a tribuna para falar livremente, se seria ou não preso, e que não ficaria surpreso se o Congresso e a Assembléia fossem fechados. Vaticinou: “O gesto trágico do Sr. Getúlio Vargas foi apenas uma etapa dura, dolorosa etapa de uma crise política que não terminou, mas que se agrava e que se há de agravar daqui por

diante.” Por fim, além de solicitar à bancada do PTB que não usasse a morte de Vargas como argumento eleitoral, pediu a união nacional em torno da “luta antiimperialista em nossa terra”. O deputado conclamou a todos a “cerrar fileiras” em torno da transformação da Carta Testamento “numa bandeira a ser conduzida pelo povo nas grandes lutas que temos de realizar mais hoje, mais amanhã, sob pena de permitirmos que o nosso país continue, como até agora, uma subcolônia do imperialismo norte americano!”

A morte de Vargas teve uma repercussão popular imediata em várias grandes cidades do país, onde se registraram diversas depredações daqueles órgãos considerados inimigos do regime varguista. Em Porto Alegre não foi diferente. Vários prédios foram atacados, como jornais, sedes de partidos e empresas privadas. A confusão – de grandes proporções – que tomou conta das ruas centrais da cidade não foi contida de imediato. Nos dias que se seguiram, os deputados debateram com veemência estes novos acontecimentos. A oposição entendia que o governo de Ernesto Dornelles, do PTB, teria se omitido em prover a segurança adequada para a cidade face a tão grave situação. Os governistas se defendiam dizendo ter sido impossível prever uma reação popular de tal amplitude e atender todas as ocorrências simultâneas. Para eles, a previsão de policiamento fora adequada ao problema. A oposição, porém, encaminhou pedido de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que se apurassem as causas que motivaram a ausência de medidas policiais efetivas face aos fatos ocorridos na capital. A CPI chegou a ouvir o depoimento de algumas pessoas, como delegados de polícia e proprietários de alguns estabelecimentos depredados. Mem de Sá (PL) entendia que os tumultos que haviam ocorrido eram de responsabilidade de uma pequena minoria e não “um movimento espontâneo e incontrolável de massas populares”, o que aumentaria a responsabilidade do governo que não teria tomado atitude para controlar a situação. Para ele, as autoridades públicas não evitaram as confusões porque não o haviam desejado (AALRS, sessão de 31/08/1954, p. 358). O deputado Victor Graeff (UDN) também protestou contra as depredações do dia 24, acusando a polícia, sob as ordens de um chefe de Polícia indicado pelo PTB, de se ter omitido de intervir nos tumultos (CP, 01/09/54, p. 4).

Peracchi Barcellos (PSD) também se manifestou, justificando a criação da CPI e acusando o governo de ausência e omissão na preservação da ordem pública durante os tumultos que se seguiram ao anúncio da morte de Vargas. Barcellos apresentou também uma nota publicada na imprensa, um “A PEDIDO” de vários partidos, além de uma carta do secretário do Interior, Nei Brito. A nota em questão fora assinada pelo PSD, PL, UDN e PRP. Nela os partidos protestavam publicamente, “com a maior veemência, contra a atitude de indiferença e de inércia do governo do Estado” no episódio, sobretudo por este supostamente não ter tomado providências em relação aos ataques sofridos por jornais (como o Diário de Notícias, O Estado do Rio Grande, o Jornal do Dia e a Tribuna Gaúcha), sedes partidárias (segundo eles, apenas a do PTB escapou das depredações), emissoras de rádio (Farroupilha e Difusora) e empresas e propriedades privadas. Em sentido oposto, a carta do secretário do Interior tentava de-

monstrar que o governo do Estado havia tomado todas as providências possíveis para manter a ordem na capital (AALRS, sessão de 02/09/1954, p. 3-7).

A amplitude da repercussão da morte de Getúlio Vargas na Assembléia pode ser medida também pelo emocionado e desesperado discurso do deputado Wilson Vargas (PTB). O parlamentar, de início, comparou Vargas a Cristo e a Ghandi, “dois seres que não se sabe se foram homens ou se são deuses”. Em seguida, argumentou contra o atentado a Lacerda, entendendo que havia sido um crime banal e simples, sem investigação perfeita, e que havia sido transformado em caso político-militar. Segundo ele, Lacerda era “um dos tipos mais... imundos da imprensa” e um defensor do capitalismo internacional. Entendia que Lacerda e os militares, a quem indiretamente chamou de covardes, haviam criado um “clima de coerção moral sobre o Presidente da República”, levando-o, para que fosse evitado um derramamento de sangue no país, ao suicídio. Vargas disparou acusações em todas as direções, acusando inclusive o presidente da Assembléia Legislativa gaúcha, o deputado Flores Soares (UDN). Ele teria estado no Rio de Janeiro pleiteando o adiamento do pleito estadual e mesmo a intervenção no Rio Grande do Sul, mas o próprio denunciante reconhecia não saber se estas afirmações eram verdadeiras ou simples boatos. Aproveitou ainda para atacar o brigadeiro Eduardo Gomes, tachado de “golpista mor”, e a oposição, que, segundo ele, ao mesmo tempo que cobrava serenidade do governo, estaria conspirando e ameaçando a ordem. Também a proposta de criação da CPI foi alvo de sua ira, negando que o objetivo da comissão constituísse tarefa da Assembléia e afirmando que os prejuízos ocasionados com os tumultos deveriam ser cobrados judicialmente.

Dizem que os danos causados podem causar ao Estado prejuízos de 100 milhões. Mas o que as oposições devem dizer então é que desejavam que o governo poupasse os 100 milhões e sacrificasse a vida de muitos trabalhadores que estavam à frente das depredações em Porto Alegre. O que as oposições desejam dizer e não dizem claramente é que se elas estivessem no poder, se galgassem o poder, usariam desse poder para metralhar o povo e não permitir as depredações. O Estado pode arcar com as despesas desses danos, mas o que o governo trabalhista do Rio Grande não quer é arcar com a responsabilidade moral de ter assassinado os rio-grandenses. (AALRS, sessão de 31/08/1954, p. 354-357).

Outro dos mais interessantes pronunciamentos proferidos naquele momento, por sua avaliação – depois disseminada e retomada por diferentes analistas políticos e historiadores – de que a tomada de poder pelos militares havia sido adiada pelo suicídio de Vargas, foi a do deputado socialista Cândido Norberto, na mesma sessão em que leu a nota oficial do PSB nacional sobre o tema. O discurso do parlamentar sofreu vários apartes de seus colegas e afirmou que as Forças Armadas só não haviam tomado o

poder porque o suicídio de Getúlio Vargas “consegui[ra] arregimentar o povo e colocá-lo em posição de sentido contra o golpe!”. Continuou fazendo pesadas críticas aos deputados e à postura geral da Assembléia, afirmando que se envergonhava porque seus colegas “silenciaram ante um golpe que estava sendo tramado”. Encerrou prosseguindo a leitura da nota do PSB que fazia fortes críticas à situação da política nacional e ao novo governo, condenava um possível adiamento das eleições e a decretação do Estado de Sítio e defendia os direitos constitucionais (liberdade, autonomia sindical, direito de greve) (AALRS, sessão de 03/09/1954, p. 24-35).

Esse momento de instabilidade na política nacional evidenciou um comportamento ambíguo da Assembléia do Rio Grande do Sul num período de extrema apreensão quanto aos rumos que o país tomaria. A partir do momento em que o plenário teve conhecimento da morte do presidente, as especulações a respeito de como se resolveria o impasse criado – que não se limitavam ao instante imediato, mas revelavam preocupações futuras como garantir as eleições ou a liberdade de imprensa –, foram divergentes e refletiram, naturalmente, o posicionamento de cada partido no espectro político nacional e regional. Para a maioria dos petebistas, o que havia acontecido era um golpe, assim como o mesmo era evidente para o socialista Cândido Norberto, que, no entanto, avançou sua interpretação no sentido de perceber que o suicídio havia sido um ato político de grande significância e impedira que os militares se instalassem no poder. Já a UDN, partido de Carlos Lacerda, pivô dos acontecimentos, manteve-se, através de sua liderança, o deputado Flores Soares, na sua postura de pressão sobre o governo federal, antes e depois do atentado da Rua Toneleros. Contudo, a crise de agosto de 1954 não inaugurou o confronto entre as bancadas em torno da avaliação do governo Vargas. Este já ocorria com intensidade bem antes do mês de agosto. As pressões realizadas pelos deputados de oposição demonstram que a Assembléia gaúcha não se manteve fora do quadro de radicalização que marcou o período, uma vez que o governo getulista sofreu duros e reiterados questionamentos no plenário da Casa. No caso do Rio Grande do Sul, houve ainda o agravamento da situação pelo fato do PTB estar à frente do executivo estadual e de, no quadro de uma polarização política histórica, sofrer muitas cobranças de uma oposição capitaneada pelo PSD.

Com a amplitude das depredações ocorridas após a morte de Getúlio Vargas, especialmente em Porto Alegre, pode-se afirmar que houve uma transferência ainda maior da crise para o Estado. Para a oposição, ficou claro que o governo Dornelles se omitira de providenciar segurança adequada para a cidade, e este, por seu lado, alegou ser impossível controlar as massas que haviam saído às ruas. A instalação de uma CPI, de resultado incerto, sobre o caso serviu apenas para que se acirrassem ainda mais os ânimos da política estadual. As conseqüências do suicídio foram aproveitadas na campanha eleitoral que se aproximava, tanto pelos trabalhistas, que publicavam seguidamente a Carta Testamento de Vargas, como pelos seus opositores, que aproveitaram todas as acusações de corrupção que tinham vindo à tona contra o governo para atacar o Partido Trabalhista Brasileiro.

4. AS ENCAMPAÇÕES

Logo no começo da 4ª Legislatura, deu-se início a um processo de cassação de mandato. Ainda em fevereiro de 1959, o TSE havia anulado a diplomação do deputado Pedro Alvarez (PR). Alvarez procurou explicar no plenário que o caso se referia à cassação dos votos dados a outro candidato do PR que, por erro do partido, não havia sido devidamente registrado no TRE. Affonso Anschau (PRP), em aparte, disse que a presença do deputado Alvarez não era legítima uma vez que, sem os votos do outro candidato, o PR não teria alcançado o quociente eleitoral, sendo, portanto, ilegal sua presença na Assembléia. O parlamentar do PR rebateu atacando o PRP, o qual chamou de fascista, por este ser o responsável pelo encaminhamento do recurso contra sua diplomação junto ao TRE.

Em junho, o TRE, que ainda estudava o caso da eleição de Pedro Alvarez, declarou vaga sua cadeira, entendendo que haviam faltado 186 votos para o PR atingir o quociente eleitoral. Foi determinada nova eleição, somente para legenda partidária, em uma urna de São Luiz Gonzaga que havia sido anulada e tinha 226 eleitores. Enquanto não houvesse a eleição, a cadeira ficaria vaga (CP, 26/06/1959, p. 16).

O deputado Alvarez praticamente não recebeu apoio dos outros deputados para que permanecesse na Casa; uma das poucas exceções foi Cândido Norberto (PL), que questionou os procedimentos para a cassação do mandato, disse que se deveria dar ao parlamentar a oportunidade de defender seus direitos até a última instância da justiça brasileira e pediu que a Assembléia não fosse precipitada e afoita para decidir sobre o assunto.

Em julho de 1959, o presidente da Assembléia declarou vaga a cadeira de Alvarez, acatando uma decisão da Justiça Eleitoral (CP, 07/07/1959, p. 22). Porém o ministro relator do STF concedeu uma liminar permitindo sua volta à Assembléia. Enquanto o processo corria, havia a desconfiança de que o mesmo tinha problemas. A pedido da Mesa, o deputado Ney Ortiz Borges (PTB) apresentou um relatório em que examinava os autos contra o recurso da diplomação de Pedro Alvarez, junto ao TSE. A conclusão de seu relatório foi a de que houvera irregularidades no procedimento do TSE, havendo no meio do processo uma rasura que poderia estar modificando completamente o sentido do pronunciamento do tribunal (AALRS, sessão de 18/01/1960, p. 55). Para o parlamentar acusado, as irregularidades do processo do TSE eram de responsabilidade de um funcionário do tribunal e do advogado do PRP, que teriam praticado a rasura que inverteu a decisão dos ministros (AALRS, sessão de 21/1/1960, p. 120). A Comissão Executiva da Assembléia, por sua vez, deu parecer favorável ao ofício do TRE aprovando a cassação do mandato, declarando que “em face dessa decisão que lhe tornou insubsistente o mandato, deixa de fazer parte dessa Assembléia o Sr. Major Pedro Alvarez” (AALRS, sessão de 29/01/1960, p. 55). Apesar da Mesa da Assembléia enviar um telegrama ao procurador geral da República, solicitando que fossem apuradas as irregularidades encontradas por Ney Ortiz Borges (PTB) no

processo de invalidação do mandato, não houve como manter o deputado na Casa, e depois de praticamente um ano este foi definitivamente afastado.

Ao mesmo tempo em que o deputados assumiam nessa nova Legislatura, no início de 1959, definia-se o processo conhecido como Revolução Cubana, com a chegada de Fidel Castro ao poder. Fato relevante na política latino-americana no âmbito da Guerra Fria, acabou tendo pouca repercussão na Assembléia gaúcha. Alguns deputados manifestaram suas impressões, mas em geral as manifestações revelavam o que se sabia a respeito do novo regime cubano. O deputado Poty Medeiros (UDN) ocupou o plenário para criticar o novo regime e condenar a série de execuções que aconteciam no país. Sentia-se frustrado com os rumos da revolução: “Fui dos que acompanharam com simpatia o movimento de rebeldia de Fidel Castro, lutando bravamente pela reimplantação da democracia em sua pátria, vítima de sanguinária e truculenta ditadura.” Porém, entendia que estava acontecendo um ajuste de contas com os vencidos, aos quais não se poderia negar um julgamento legal, e pediu o fim dos julgamentos e fuzilamentos (CP, 16/01/1959, p. 7).

Em fevereiro, Fidel Castro esteve em visita ao Brasil, mas não houve qualquer manifestação dos parlamentares a respeito. No ano seguinte, Guilherme Valle (PTB) elaborou um requerimento fazendo um voto de saudação ao povo cubano pelo primeiro aniversário de sua revolução. Alguns deputados manifestaram-se a respeito. Sereno Chaise (PTB), dizendo-se anticomunista e contra a formação de focos bolchevistas no continente, votou contra o requerimento. Athayde Pacheco (PTB) também foi contrário, dizendo ser prematura uma avaliação sobre Cuba. Já Ariosto Jaeger (PSD) se disse sem elementos suficientes para avaliar com segurança até onde se podia aplaudir a orientação do ministro Fidel Castro. O requerimento foi rejeitado, e o assunto não veio mais à tona (AALRS, sessão de 25/07/1960, p. 238).

Uma das mais importantes discussões do período inicial dessa Legislatura foi o procedimento para a encampação da filial da empresa multinacional que explorava os serviços públicos de energia elétrica na região de Porto Alegre e Canoas, a CEERG (Cia. de Energia Elétrica Rio-Grandense, filial da Bond & Share). Os primeiros procedimentos adotados nesse sentido remontavam ainda ao governo de Walter Jobim, chegando ao atual ainda sem solução definida. Os serviços prestados pela empresa já eram vistos como de má qualidade há vários anos e esbarravam em dificuldades jurídicas e políticas. Esse assunto talvez tenha sido um dos poucos em que houve alguma unanimidade dos deputados, já que todas as bancadas aprovavam a encampação, divergindo apenas quanto aos procedimentos.

No início de 1959, o ainda deputado Pedro Alvarez (PR) levou ao plenário a questão da encampação, que, segundo ele, tinha dado os primeiros passos no governo anterior quando este solicitara a instalação de uma comissão a fim de conceder o tombamento físico e contábil da concessionária; no entanto, faltava a assinatura do presidente da República em relatório preparado pelo Ministério da Agricultura, para que se pudesse dar prosseguimento ao processo. No relatório ficara comprovado que

a CEERG havia fraudado a escrita, levando milhões de cruzeiros para o exterior, além de ser devedora do Estado. Alvarez fez um apelo ao plenário pela encampação da empresa, no que obteve o apoio de Cândido Norberto (PL), que ressaltou que esse era um compromisso assumido pelo então deputado Wilson Vargas, agora secretário de Energia e Comunicações (CP, 06/02/1959, p. 7)

Em maio de 1959, o deputado Domingos Spolidoro (PTB) comunicou à Assembléia o ato do governador Leonel Brizola decretando a encampação da CEERG. Justino Quintana (PTB), falando em nome do governo do Estado, destacou que a encampação fora resultado de grande esforço de diversos órgãos do governo estadual, federal e também da Assembléia Legislativa. Já o deputado Cândido Norberto (PL) lembrou que o ato decretado já estava pronto no governo anterior, de Ildo Meneghetti, e que ele tinha méritos no procedimento, desde o tempo em que havia sido prefeito de Porto Alegre, por ter tomado as medidas iniciais do processo, assim como o ex-governador Walter Jobim e o engenheiro Noé Freitas, que, segundo ele, seriam os primeiros responsáveis por dar encaminhamento ao problema, e também Getúlio Vargas, por assinar decreto, em 1945, que estabelecia normas para os procedimentos de encampação. Homenageou a Câmara Municipal de Porto Alegre e lembrou que a própria Assembléia tinha seu mérito por ter lutado durante duas Legislaturas e dado o respaldo legal ao Executivo nessa tarefa (CP, 12/05/1959, p. 7).

Em seguida, o governo comunicou um ato tomando posse dos bens pertencentes à CEERG. Para que se explicassem melhor os procedimentos adotados pelo governo do Estado, o secretário de Energia, Wilson Vargas, foi convocado pela Assembléia para dar esclarecimentos sobre os problemas da encampação. A empresa havia apelado para a via judicial e teve uma primeira vitória, sobre a qual os deputados queriam explicações. O deputado Braga Gastal (PL) se apressou em repassar, em nome da oposição, toda a responsabilidade para o governador Brizola, uma vez que este teria obtido vantagens políticas do ato encampatório (CP, 16/05/1959, p. 18). A luta pela encampação estava, na verdade, recém começando, e em diferentes momentos parlamentares do PTB acusaram a UDN, através do vereador Adel Carvalho e do ex-deputado Flores Soares, de não estar do lado da encampação. Coube ao deputado Synval Guazzelli (UDN) definir a posição de seu partido, ratificando o apoio ao procedimento, dizendo que o diretório partidário apenas discordava da maneira como o governo estadual estava encaminhando o processo.

A questão também se arrastou pelos tribunais, onde a CEERG tentou todos os recursos possíveis de protelação, e se estendeu à pressão política. Cândido Norberto (PL) foi ao plenário manifestar suas preocupações com os rumos que o processo tomava.

A efetivação de um juízo arbitral para decidir a pendenga da encampação da Cia. Energia Elétrica significa pura e simplesmente fazer-se o jogo do trustee, de maneira indisfarçada

e inconveniente. A Cia. já está perdida. Ela sabe disso. As suas precárias instalações da Volta do Gasômetro já estão encampadas pelo Estado e, então, manobra junto ao governo entreguista – este sim – do Sr. Juscelino Kubitschek, para obter do primeiro mandatário da Nação a interferência que tudo indica tenha sido feita junto ao tímido, ao vacilante Sr. Leonel Brizola para obter uma mudança de rumo do problema da encampação. (CP, 26/05/1959, p. 21).

Cada novo *round* do processo foi levado a plenário e discutido com intensidade. O governador Brizola foi duramente atacado pela oposição por ter começado a conduzir um entendimento arbitral, a pedido de Juscelino Kubitschek, que levaria o estado a pagar indenização à empresa, o que mais tarde não teve prosseguimento. Também a interferência do presidente Juscelino Kubitschek foi severamente criticada, e o jornal *Correio do Povo* publicou manchete nos seguintes termos: “pedirá o presidente da Bond and Share a intervenção pessoal de Juscelino”. O presidente da empresa estava no Brasil para acompanhar o ato de encampação de sua filial no Rio Grande do Sul e pressionava diretamente o presidente da República para obter uma indenização (CP, 03/06/1959, p. 16). Segundo Cândido Norberto (PL), Juscelino teria enviado um telegrama a Mr. Sargent, presidente da Bond and Share, no qual lhe prometia indenização total dos prejuízos sofridos pela empresa, possibilidade classificada pelo deputado como “o começo do fim”. Para ele, “é a capitulação do governo que envergonha [...] além de trair todo um povo é um governo que em cena aberta, sob a luz dos holofotes, perante a opinião pública, recua, capitula.” (CP, 04/06/1959, p. 12). Por fim, a Assembléia enviou telegrama a Juscelino manifestando a desconformidade com o tratamento dado por ele ao problema.

Enquanto Cândido Norberto (PL) apresentava um projeto de lei que condicionava a aprovação da Assembléia à desapropriação dos bens da CEERG, houve grande debate a respeito de toda a situação da encampação, envolvendo troca de acusações entre oposição e os trabalhistas. O deputado Euclides Kliemann (PSD) questionou e levantou dúvidas quanto aos procedimentos usados na encampação, defendendo que deveria se pagar indenização à empresa (CP, 05/06/1959, p. 160). A CEERG, por sua parte, tentou sem sucesso manobrar para afastar a discussão do Tribunal de Justiça gaúcho, já que este havia decidido em contrário ao mandado de segurança impetrado pela companhia que questionava o ato do poder Executivo (CP, 17/06/59, p. 7). A empresa apelou ao Tribunal Federal de Recursos (TFR), o que resultou em uma medida improdutiva, tendo se firmado a competência do Tribunal de Justiça do RS como instância de recurso, podendo então prosseguir o andamento do processo (CP, 01/10/1959, p. 20).

O resultado de todos esses questionamentos foi favorável ao governo do Estado, que acabou encampando definitivamente a empresa, passando seu controle à CEEE. Para a Assembléia, isso significou uma mobilização e um esforço muito grande, e ain-

da um raro momento de unanimidade. Naturalmente, essa unanimidade foi permeada por incansáveis debates entre as bancadas dos partidos e teve rendimentos políticos tanto para o PTB, que, através do governador Leonel Brizola, ficou com o mérito da encampação, como para o PSD, que se esforçou em lembrar que tudo era mérito maior de seus ex-governadores, Ildo Meneghetti e Walter Jobim. Também, naquele momento, a estatização da empresa foi percebida como uma grande necessidade em torno de um bem maior para o estado, o que acabou por superar algumas diferenças ideológicas. O fornecimento de energia para a capital havia se tornado tão precário e a encampação demorou tanto tempo que o processo acabou transcorrendo com certa naturalidade dentro da Assembléia, porém também abriu caminho para a encampação da prestadora de serviços de telefonia.

Os problemas com a rede de telefonia do Estado nesse período eram críticos e também já se arrastavam há longo tempo. Havia registros do transtorno que era efetuar uma ligação do interior do estado para a capital, às vezes era necessário esperar horas sem obter resultados. O deputado Euclides Kliemann (PSD), lembrando o assunto, criticou a Legislatura anterior, dizendo que esta havia se comprometido com projetos de melhorias para as linhas telefônicas, e esses não haviam ido adiante (CP, 28/01/1959, p. 7). Já se cogitava de dar a esta questão o mesmo tratamento que havia sido dado ao problema da energia elétrica.

Houve uma série de discussões e acusações a respeito do assunto, como por parte do deputado Paulo Brossard (PL), que denunciou que o governo do estado estaria negociando às escondidas com a Cia. Telefônica Nacional (filial da norte-americana ITT) e estaria se encaminhando para lhe outorgar a concessão dos serviços em caráter permanente para atender interesses particulares (CP, 13/08/1959, p. 7). Alguns entendiam que se deveria dar à Cia. Telefônica Nacional o mesmo que se dera à CEERG. Cândido Norberto (PL) era um deles, e acrescentava que o governo havia se comprometido a fazer algo, mas até agora nada havia feito senão conversar à “meia-luz, de portas fechadas com os dirigentes da empresa norte-americana” (AALRS, sessão de 26/01/1960, p. 237-238). O líder do governo, Sereno Chaise, afirmou que o caso vinha sendo estudado, e não se concederiam vantagens no tratamento da questão, como não se fizera com a CEERG. Com efeito, três anos depois, em 16 de fevereiro de 1962, o decreto 13.186, assinado pelo governador Leonel Brizola, expropriaria à ITT os serviços de telefonia no Rio Grande do Sul.

Dezessete anos depois, em 1979, o deputado Carlos Augusto de Souza (MDB), em nome do Bloco parlamentar trabalhista, discursaria na Assembléia lembrando o que chamou de “atitude nacionalista e de enfático anti-imperialismo do governo trabalhista do Rio Grande do Sul”. Para o deputado, os processos expropriatórios levados a cabo no Rio Grande do Sul e, particularmente, o caso da ITT, deveriam ilustrar a perspectiva nacionalista a ser adotada pelo novo Partido Trabalhista Brasileiro que se gestava naqueles dias de reorganização do sistema partidário brasileiro (AALRS, sessão de 12/10/1979, p.241-243)

Também pode-se registrar como debates importantes daquele período a controvérsia sobre a situação jurídica da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, que acabou devolvida à União pelo Estado; a decisão do governo de criar a Caixa Econômica Estadual; o esforço, reunindo o governador, deputados e secretários, para reivindicar a instalação de uma refinaria da Petrobrás no Rio Grande do Sul; e as discussões em torno do aumento de impostos estaduais, que rendeu intenso debate, em novembro de 1959. O projeto que aumentava o Imposto de Vendas e Consignações foi rejeitado, depois de muita discussão. Funcionários públicos concentraram-se para acompanhar a votação, que estava vinculada diretamente ao aumento de seus salários, já que, segundo o jornal *Correio do Povo*, o governador havia dito que sem aumento de imposto não haveria aumento de salários. Uma vez que o projeto foi rejeitado, houve grande indignação daqueles que protestavam. Instalou-se uma grande discussão entre deputados e manifestantes na frente da Casa, situação que só se resolveu com a intervenção da Brigada Militar. Um funcionário da Assembléia foi ferido ao receber uma pedrada, e vários deputados tiveram de deixar o prédio com a escolta dos seguranças da Assembléia (CP, 26/11/1959, p. 22).

5. A LEGALIDADE

No primeiro ano da 4ª Legislatura, a Mesa Diretora, que tinha como presidente o deputado Domingos Spolidoro (PTB), sofreu uma baixa com a renúncia do primeiro vice-presidente, Onil Xavier (PRP), descontente com o trabalho da Mesa. Milton Dutra, do PTB, foi o substituto escolhido e permaneceu durante o resto do tempo (CP, 03/06/1959, p. 7 e 16). Nessa Legislatura, uma maioria (24 deputados) de deputados pertencentes aos quadros do PTB não foi capaz de conter as críticas de uma dura oposição ao governo de Leonel Brizola. Da mesma forma, o governo do presidente Jânio Quadros, eleito em 1960, também enfrentou críticas de parte dos deputados, especialmente os petebistas. Ney Ortiz Borges (PTB) foi um dos parlamentares que via problemas no novo governo, que estaria governando de forma irresponsável e pavimentando o caminho para uma ditadura.

Mais grave ainda é o fato de o Sr. Jânio Quadros não cumprir nem mesmo as liminares que a justiça concede contra os seus desmandos. [...] Nunca se viu, creio, neste país, maior desrespeito às liberdades, maior desrespeito à Constituição e às leis. [...] Em realidade, tudo quanto está fazendo é no sentido de armar-se para impor ao povo brasileiro uma nefasta ditadura. (AALRS, sessão de 03/08/1961, p. 81-82).

Mas se o comportamento por vezes pouco convencional de Jânio Quadros vinha causando estranheza e até protestos, em agosto de 1961 causou grande surpresa sua renúncia ao cargo de presidente da República. Poucos anos depois do suicídio de Vargas, o país e a Assembléia viam-se mergulhados novamente em uma situação de crise, de instabilidade e de incertezas acerca dos rumos que o Brasil tomaria. Alguns viram na renúncia de Jânio a execução de um golpe, tese que se reforçou quando o vice-presidente, João Goulart, se viu ameaçado de não poder assumir a Presidência por pressão dos setores militares. Face a essa situação, os partidários de Jango, com a liderança do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, organizaram uma rede de defesa e apoio para que ele pudesse assumir o cargo que lhe era de direito. O movimento da Legalidade, como ficou conhecido, garantiu por meio de forte mobilização que Jango chegasse ao poder e alterou profundamente a história do país, atingindo em cheio a Assembléia Legislativa gaúcha.

Durante o período em que se desenvolveu a grave crise, a Assembléia se estabeleceu em sessão permanente, porém sem desenvolver as sessões normais. Os Anais registram um intervalo nas atividades entre os dias 26 de agosto e 10 de setembro, quando, depois de estabelecida a solução do parlamentarismo, as sessões foram retomadas no ritmo anterior. Enquanto ocorriam as mobilizações junto ao Palácio Piratini, a requisição das rádios e os constantes pronunciamentos, muitos deputados acompanhavam de perto os acontecimentos. Naturalmente, os parlamentares do PTB foram

aqueles que mais se mobilizaram para garantir a posse do presidente, embora também se tenha registrado o apoio, com variado grau de entusiasmo e efetividade, de outras correntes partidárias.

Na sessão de 25 de agosto, dia da renúncia de Jânio Quadros, as primeiras reações dos parlamentares foram de muita surpresa. O ambiente ficou permeado por dúvidas e expectativas, e a maior parte dos deputados sentiu-se incapacitada, por falta de informações, a avaliar o que estaria acontecendo. Também foram ouvidas primeiras manifestações de solidariedade ao ex-presidente, bem como apelos pela manutenção das instituições e do regime democrático. Tão logo foram retomadas as sessões, após solucionado o impasse político e instituído o regime parlamentarista pelo Congresso, os debates assumiram grandes proporções, registrando-se acusações e defesas de todo tipo. A instituição do sistema parlamentarista levantou grande controvérsia, bem como o posicionamento do governador Leonel Brizola, que recebeu severas críticas de seus adversários, especialmente de alguns deputados do PSD e do PL.

Uma das primeiras manifestações foi do deputado Luciano Machado (PSD), que, evocando os tumultuados primeiros dias de setembro, se colocou totalmente contrário aos procedimentos adotados pelo governador Leonel Brizola, afirmando que sua “posição frente ao problema, tendo em vista a crise desencadeada no país, era aquela que adot[ara] desde o começo, de aguardar e apoiar a solução que partisse do Congresso Nacional”. Candido Norberto (PL) também não poupou o governo do estado, mas destacou sua posição em defesa da “legalidade e da ordem constitucional vigente” e alertou que o fundamental era garantir o respeito pela Constituição e pelos direitos individuais. Assinalou ainda que, apesar das divergências que tinha com o governador, este tinha cumprido com seu dever e lutado em defesa da Constituição e da legalidade. O deputado Sereno Chaise (PTB) rebatia as acusações ao governo estadual e procurava ressaltar a importância que o movimento legalista promovido por seu partido havia tido para que se mantivesse o regime democrático. Atacava ainda o Congresso, que, segundo ele, “pensou primeiro em salvar a própria pele e, numa segunda fase, em galgar o poder, valendo-se do espólio dos poderes presidenciais, usurpados pela emenda parlamentarista” (AALRS, sessão de 11/09/1961, p. 7).

O procedimento adotado pela Câmara dos Deputados foi alvo de intensos questionamentos dos deputados. Alguns entendiam que a Câmara federal tinha alterado indevidamente a Constituição ao elaborar a emenda do parlamentarismo, ao passo que outros avaliavam que o procedimento fora desenvolvido de forma correta. Alguns trabalhistas eram de opinião que o Congresso havia alterado a lei “em uma noite”, pressionado pelas Forças Armadas e, portanto, sem as condições para fazê-lo de forma justa e serena. Sereno Chaise (PTB) entendia que João Goulart havia preferido a usurpação dos seus poderes a uma guerra fratricida e afirmava toda a sua desconfiança em relação ao desfecho dos acontecimentos:

Aí está o novo Gabinete do Brasil, com expressões superadas da política nacional e aí está, no meu modo de entender, a grande crise social que se acentua no dia a dia e que vai, nestes próximos seis meses, atingir níveis imprevisíveis e, infelizmente, não tenho visão melhor para povo brasileiro. Não vislumbro, Sr. Presidente, uma possibilidade de valorização da nossa moeda e diminuição do custo de vida. (AALRS, sessão de 11/09/1961, p. 8).

O deputado Paulo Brossard (PL), parlamentarista de longa data, entendia que a emenda parlamentarista já vinha sendo estudada há um bom tempo e que o procedimento adotado pelo Congresso era legal e estava previsto na Constituição. Segundo ele, havia um artigo que previa a possibilidade de reforma constitucional “pelo voto de dois terços nas duas casas do Congresso” (AALRS, sessão de 11/09/1961, p. 10).

O prosseguimento destes debates levou vários deputados oposicionistas ao plenário para defender a solução do Congresso, condenar as palavras de Sereno Chaise (PTB), defender o parlamentarismo e até se colocar contra a proposta de realização de um plebiscito para definir o sistema de governo. Até mesmo o deputado Mariano Beck, do PTB, defendeu os rumos apontados pelo Congresso, manifestando que aqueles que defenderam a legalidade tinham obrigação de acatar as decisões tomadas e não realizar o plebiscito (AALRS, sessão de 11/09/1961, p. 26). No mesmo sentido de acatamento do que estava estabelecido falaram os deputados da UDN Synval Guazzelli, do PL Armando Hippólyto e Paulo Brossard e do PSD Porcínio Pinto, Ary Delgado e, finalmente, Lauro Leitão, que frisou que “o Congresso Nacional, em tal emergência, agiu sob a inspiração do mais alto patriotismo, adotando uma solução jurídica, legal e constitucional, uma solução honrosa que, inclusive, evitou que fosse deflagrada uma guerra civil em nossa Pátria.” (AALRS, sessão de 11/09/1961, p. 32).

Contrariamente, vários deputados petebistas, entre eles Henrique Henkin e Milton Dutra, procuravam demonstrar aquilo que lhes havia ficado claro, que a saída parlamentarista era uma estratégia de diminuição do poder de João Goulart. Dutra registrou bem o fato:

E esta reforma constitucional, Sr. Presidente, foi condicionada [...] à retirada de poderes executivos conferidos anteriormente ao Presidente da República, e o sistema parlamentarista adotado foi ajustado a este objetivo de desarmamento do Presidente da República para satisfazer as exigências dos grupos militares que ameaçavam, inclusive, a própria estabilidade do Regime. O Gabinete, Sr. Presidente, resultou com a soma de poderes e atribuições que tranquilizaram as forças que se opunham à posse do Vice-Presidente João Goulart. (AALRS, sessão de 11/09/1961, p. 32).

Também não faltaram aqueles que viram no movimento da Legalidade ou na posse de Jango uma ameaça de implantação de um regime comunista. Ary Delgado (PSD) e Synval Guazzelli defenderam a idéia de que o “perigo” estava presente (AALRS, sessão de 19/09/1961, p. 164 e 165). O deputado Porcínio Pinto (PSD) também fez pronunciamento nesse sentido:

Não posso aquilatar mais os verdadeiros propósitos de um governo genuinamente democrático como é o do Rio Grande do Sul, em estendendo a mão aos tradicionais representantes do bolchevismo internacional em nossa terra que, infiltrados, inclusive, nas hostes palacianas, poderão, mais cedo do que se pode prever, fomentar uma tremenda convulsão social ardentemente preparada, encarcerando a liberdade que todos nós almejamos e pela qual nos debatemos. Quem poderá confiar na sinceridade desses pretensos defensores da legalidade se em nome dela estão ampliando seus planos, visando liquidá-la? (AALRS, sessão de 18/09/1961, p. 132)

Durante o período em que as discussões permaneceram mais candentes, foram repassados nos discursos no plenário quase todos acontecimentos do período, passando pela ameaça de bombardeio do palácio, pela distribuição de armas, pela postura de Leonel Brizola, bem como pelas razões que teriam levado Jânio a renunciar. A oposição esforçou-se em apontar as supostas incoerências do PTB e a postura inadequada do governador. As acusações contra Brizola alcançaram inclusive o âmbito pessoal. Ary Delgado (PSD) entendia que convinha ao governador ser legalista para aumentar seu prestígio próprio e também para encobrir o que considerava um governo fracassado. O deputado Lauro Leitão (PSD) também procurava apontar o que dizia serem contradições dos trabalhistas do Rio Grande do Sul, afirmando que os mesmos apoiavam Jango e tinham restrições ao Conselho de Ministros, que fora organizado sob a influência do próprio Jango. Ainda segundo ele, o próprio presidente estaria satisfeito com o novo regime, então não entendia por que deveria se realizar um plebiscito para a escolha de regime (AALRS, sessão de 19/09/1961, p. 164 e 162). Da mesma maneira pensava Ariosto Jaeger (PSD), para quem o próprio PTB, sem considerar a proporção dos votantes, seria responsável pela aprovação da emenda parlamentarista, já que vários de seus deputados teriam votado a favor dela (AALRS, sessão de 21/09/1961, p. 187).

Passado um mês da renúncia de Jânio Quadros, os deputados ainda a discutiam, e também todas as suas conseqüências. Apesar de várias manifestações favoráveis ao governo Jânio, o ato do ex-presidente ainda causava reações indignadas, como a do deputado Gudbem Castanheira (PL), que havia participado da campanha para elegê-lo:

Tínhamos realmente uma grande esperança naquele cidadão, mas, nesta altura dos acontecimentos, com o respeito e a vênica que V. Exa. merece, o Dr. Jânio Quadros não foi apeado nem

despojado do poder: foi, sim, um grande covarde e demonstrou que não reunia as condições para assumir a mais alta magistratura desta Nação. (AALRS, sessão de 25/09/1961, p. 233).

As avaliações sobre a atitude de Jânio Quadros continuaram alimentando os debates do plenário por um bom tempo, e apesar de não se chegar a um juízo definitivo sobre a renúncia, diferentes caminhos foram apontados. O curto governo de Jânio parece, contudo, ter sido bem recebido na Assembléia – até mesmo por deputados do PTB –, percebendo-se poucas avaliações negativas sobre seu governo, em sua maioria relacionadas à sua política exterior, para muitos o fio condutor para se compreender a renúncia. Guilherme do Valle (PTB) avaliou que por praticar uma política corajosa, voltada para os interesses nacionais e a soberania do país, “foi que desgostou aqueles grupos econômicos internacionais que, segundo S. Exa. em sua carta, pressionaram seu governo a ponto de chegar o Sr. Jânio Quadros à renúncia” (AALRS, sessão de 25/09/1961, p. 243).

O movimento legalista desencadeado no Rio Grande do Sul, que teve os trabalhistas no comando, rendeu uma enxurrada de críticas e questionamentos na Assembléia. Brizola e o PTB, que tinham méritos, haviam sabido capitalizar bem os dividendos da campanha e, apesar dos ataques, se mantiveram firmes nos seus propósitos. A maior parte dos ataques dirigiam-se à figura do governador. Mário Mondino (PDC) entendia que a opinião pública havia sido arrastada em defesa de uma legalidade que defendia somente interesses de pessoas e de determinados grupos políticos (AALRS, sessão de 25/09/1961, p. 234). Paulo Brossard (PL) também contribuiu para as acusações, alguns dias antes, quando denunciou que Leonel Brizola estaria empenhado em promover uma generalizada “subversão da ordem”, que os propósitos do governador, “neste momento e daqui para o futuro, estão em conflito com a ordem pública, com a legalidade constitucional e com o sistema democrático” (AALRS, sessão de 22/09/1961, p. 215). Mas, apesar das constantes acusações que Brizola e o PTB enfrentaram, estes saíram fortalecidos do período de crise.

As repercussões que se seguiram ao fim do governo de Quadros continuaram a ser debatidas no plenário ao longo dos meses de setembro e outubro de 1961. A implementação do parlamentarismo suscitou questionamentos acerca das circunstâncias de sua introdução, mas pouco se discutiu sobre a essência do regime, sobre qual sistema, presidencialista ou parlamentarista, seria o melhor para o país. Mesmo os antigos defensores do regime parlamentarista não insistiram no assunto, percebendo que este fora instituído como saída para crise política. Já o posicionamento político do governador Brizola e do PTB rendeu inúmeras acusações e contra-acusações. A enorme tensão política gerada pela renúncia e capitalizada pelo movimento legalista não agradou parcelas das oposições, que julgavam haver em tudo aquilo um grande excesso e o atendimento de interesses pessoais de lideranças políticas trabalhistas. Por outro lado, o resultado de toda a mobilização e a amplitude da adesão popular ofereciam subsídios para os trabalhistas se defenderem no plenário.

6. CRISE POLÍTICA E GOLPE MILITAR

Um dos episódios marcantes da vida política do Rio Grande do Sul e do país do ano de 1962 foi a campanha para a realização do plebiscito que decidiria pela volta ao presidencialismo ou pela manutenção do regime parlamentarista. Na ocasião, diversos deputados manifestaram-se em relação a essa consulta. Os deputados do PTB apoiaram a realização do plebiscito, afirmando que o povo decidiria pela volta ao regime presidencialista. Os outros partidos políticos adotaram posições diversas. Alguns declararam a realização do plebiscito como questão aberta, enquanto outros afirmavam-se contrários. Estes últimos reclamavam do fato de não ter havido um amplo debate com a sociedade em que fossem expostas as questões essenciais que caracterizam os dois sistemas, de modo que, a partir desse debate, a população pudesse optar pela forma de governo mais conveniente. Além do mais, como fica perceptível na fala de Cândido Norberto dos Santos, a propaganda do governo propondo a volta do presidencialismo levava a crer que a adoção do presidencialismo traria a solução para os problemas do Brasil, fazendo “com que a fome do Nordeste chegue a seu final, que o arroz não suba mais de preço, que o feijão volte à mesa do povo com preço acessível e coisas da mesma ordem” (AALRS, dezembro de 1962, p. 112).

O plebiscito foi realizado no dia 6 de janeiro de 1963 e marcou a volta do presidencialismo como sistema de governo vigente no País. Com essa mudança, acirraram-se as disputas entre os grupos que apoiavam João Goulart e os que eram contrários ao seu governo. As reformas de base propostas por Goulart foram duramente criticadas pela oposição, e configurou-se um cenário de crise nacional, onde, por um lado, havia setores que denunciavam a infiltração de comunistas nos altos escalões do governo e a crescente “esquerdização” do país e, por outro, grupos sindicais, estudantis e políticos pressionando Goulart a implementar efetivamente as reformas que consideravam necessárias.

Na esfera política gaúcha, o início dos anos 1960 foi marcado pela formação da Ação Democrática Popular, bloco que reunia as bancadas do PSD, PL, PDC, PRP e UDN, para a disputa das eleições de 1962. Neste bloco reuniam-se diversos opositores do governo de Goulart. O outro grupo político era formado pelo PTB, MTR e ARS. Havia uma grande disputa de forças entre esses dois blocos políticos antagônicos e, mais tarde, quando os partidos políticos foram extintos, a reorganização partidária compreendendo somente dois partidos políticos seria relativamente facilitada, uma vez que já existia essa aproximação prévia dos partidos no período multipartidário.

O cenário que antecedeu a tomada do poder pelos militares, em 1964, teve ampla repercussão na Assembléia. As questões essenciais que geraram a crise nacional cujo desfecho foi a deposição de João Goulart foram debatidas pelos deputados estaduais, que se posicionavam de acordo com a orientação dos diferentes partidos, seja apoiando as medidas implementadas por Goulart, seja assumindo uma postura crítica em

relação à chamada “onda de comunização” que o País estaria vivenciando. A polêmica envolvendo o Congresso Nacional em março de 1964, quando muitos deputados federais manifestavam que Jango, se governasse por decretos, fecharia o Congresso, recebeu manifestação de apoio da Assembléia gaúcha. Foi aprovada em plenário, apesar dos votos contrários das bancadas do PTB, MTR e ARS, manifestação de solidariedade da Assembléia ao Congresso Nacional “no instante em que totalitários recrudescem a campanha contra o Parlamento e contra a Democracia”. (DN, 19/03/1964, capa). Junto a isso, os partidos políticos que compunham a ADP também lançaram um manifesto ao povo do Rio Grande, afirmando confiar na capacidade de reação do Congresso frente às ameaças que vinha enfrentando.

A organização das chamadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que eram grandes manifestações públicas contra o governo Goulart, foram uma importante estratégia para a consolidação do golpe militar. A idéia de que estas marchas representavam um apelo popular por mudanças conseguiu mobilizar diversos setores que se opunham ainda à tomada do poder pelos militares. Em termos nacionais, a marcha envolvendo o maior número de participantes ocorreu em São Paulo. No Rio Grande do Sul, esta manifestação estava marcada para o dia 7 de abril de 1964, como vinha sendo noticiado na imprensa já nos últimos dias de março, e sua organização tinha grande participação de grupos femininos, como por exemplo a Ação Democrática Feminina Gaúcha, bem como de grupos políticos. Porém, devido à intervenção militar, ela foi adiada e acabou ocorrendo mais adiante, com um caráter já diferenciado. Em Porto Alegre, essa manifestação foi feita em 22 de maio de 1964, coincidindo com uma visita do presidente Castelo Branco ao Estado. Dessa forma, acabou sendo não mais uma manifestação que visava a deposição de Goulart, mas sim uma manifestação de apoio ao novo presidente militar. Mas ainda antes da intervenção militar houve concentrações públicas, como a realizada em São Francisco de Paula em março de 1964, que teria reunido em torno de 5 mil pessoas, oriundas de diversos municípios da região. Esta manifestação teve a presença de quatro secretários de Estado, bem como de alguns deputados estaduais da ADP.

No Rio Grande do Sul, cabe destacar ainda um episódio ocorrido nos últimos dias de dezembro de 1963, que gerou acirrados debates: a denúncia por parte do governo do Estado de um suposto golpe contra o regime democrático, organizado por elementos subversivos do governo Goulart, e que já teria inclusive uma data marcada para ocorrer. Esta denúncia foi divulgada pelo jornalista Plínio Cabral, chefe da Casa Civil. Na Assembléia Legislativa, os deputados da oposição mobilizaram-se para solicitar a convocação dos secretários do Interior e Justiça (Fernando Gay da Fonseca) e da Segurança (Gal. Amaro da Silveira) para prestar esclarecimentos referentes a essa denúncia. No entanto, devido a problemas que culminaram com a renúncia desses dois secretários, o então secretário da Administração, Antônio Pires, foi o indicado do governador Ildo Meneghetti para comparecer à Assembléia e prestar esclarecimentos sobre a questão. Em uma sessão muito tumultuada, realizada no início de janeiro

de 1964, Pires prestou declarações sobre as atitudes e possibilidades de ação de elementos subversivos, bem como as medidas que o governo do estado vinha tomando no sentido de coibir tais ações. Diversos deputados, especialmente do PTB, teceram severas críticas ao seu pronunciamento, afirmando que havia insuficiência de provas para declarações de tal gravidade.

Após a tomada do poder pelos militares, episódio que foi denominado na época como “Revolução de 1964”, as reações na Assembléia foram diversas: um grande número de deputados que faziam parte do bloco da ADP ocuparam a tribuna para fazer pronunciamentos de apoio às Forças Armadas, congratulando-se com o sucesso dos militares, destacando a sua ação efetiva no sentido de combater o que descreviam como o processo de comunização do País. A bancada do PSD aplaudiu a decisão dos militares de tomar uma atitude enérgica “em defesa da liberdade”. Alfredo Hoffmeister (PSD) revelou que “a Revolução teve por objetivo preservar as instituições ameaçadas pelo plano de traição traçado pelos inimigos do regime, que agiam em todos os setores da administração federal” (DN, 10/04/1964, p. 7). Paulo Brossard (PL), por sua vez, entendeu que “tudo ocorreu como uma conseqüência lógica da pregação golpista do próprio governo da República” (DN, 03/04/1964, p. 5).

Já os deputados do PTB (entre eles os deputados Pedro Simon, Aldo Fagundes e Lamaison Porto) fizeram duras críticas à atitude das Forças Armadas, pois um presidente constitucionalmente eleito havia sido deposto. Flávio Ramos (MTR) destacou que “o presidente fo[ra] deposto pela força das armas, pelo fato de ter dado início efetivo às reformas há muito reclamadas pelo povo” (DN, 03/04/1964, p. 5).

Os deputados da oposição ocuparam inúmeras vezes a tribuna para protestar contra o que entendiam ser medidas arbitrárias que vinham sendo cometidas, entre elas a prisão de pessoas dos mais diferentes segmentos da sociedade. A prisão do deputado Wilson Vargas e do então prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise (que estava afastado do cargo de deputado estadual pelo PTB), bem como a revista feita pela Polícia na casa de Leonel Brizola, geraram revolta entre os deputados. Justino Quintana (PTB) declarou que os invasores da casa de Brizola “não só violaram o lar de um deputado, mas também praticaram depredações contra aquela propriedade” (DN, 04/04/1964, p. 5). Da mesma forma, outros deputados do PTB, além dos deputados Cândido Norberto (MTR) e Marino dos Santos (ARS), criticaram essas medidas tomadas pela Polícia. Ary Delgado (PSD), que na ocasião era o líder do governo na Assembléia, enfatizou que esses acontecimentos foram fruto do estado emocional criado pelo deputado Leonel Brizola, que teria vindo da Guanabara para “instigar a massa”. Justificou ainda a prisão de Sereno Chaise como uma medida de segurança preventiva, justificável porque se estava vivendo num “estado de revolução”.

Com a edição do Ato Institucional número 1, em 9 de abril, abriu-se a possibilidade de cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos. A partir de então, começaram a ser elaboradas, em todo o País, diversas listas de funcionários a serem expurgados do serviço público. Nesse período, houve manifestações de todo tipo na

Assembléia. Alguns deputados se manifestaram no sentido de que ao menos fosse dado o direito de defesa aos funcionários expurgados, uma vez que, em diversos casos, não havia acusações consistentes para o afastamento do funcionário. Por outro lado, havia comentários de deputados que justificavam essas medidas como uma necessidade do momento, em virtude da gravidade da situação nacional. Falava-se ainda na necessidade de conceder uma pensão aos dependentes dos funcionários expurgados, e que o Estado não poderia fugir dessa obrigação, visto não ser justo deixar desamparados os filhos de funcionários que haviam sofrido perseguições políticas. A isso somavam-se as reclamações pelo fato de terem sido cortadas as linhas telefônicas nas residências dos deputados do PTB, o que seria uma medida preventiva de segurança, bem como os apelos da deputada Suely de Oliveira no sentido de que fosse concedido um passaporte para que Neuza Goulart Brizola pudesse viajar ao exterior, o que ocorreu dias após, quando Dona Neuza finalmente conseguiu embarcar para o Uruguai.

A Assembléia passou a viver um clima de tensão, pois se cogitava a cassação de diversos deputados. O médico Marino dos Santos, da ARS, foi o primeiro deputado que teve o mandato cassado, em 14 de abril de 1964. A partir daí, diversos deputados já tinham como certa a possibilidade de também virem a perder seu mandato. No dia 7 de maio de 1964, uma nova lista de cassações encerrou o mandato dos deputados Antônio Simão Visintainer, Beno Orlando Burmann, João Caruso Scuderi, José Lamaison Porto, Justino da Costa Quintana, Rubens Dario Porciuncula, Sereno Chaise e Wilson Vargas da Silveira, todos do PTB. Na ocasião, Francisco Solano Borges declarou que “coube a mim, como Presidente dessa Assembléia, esta desagradável missão de comunicar ao Plenário desta Assembléia a cassação do mandato destes ilustres deputados e a suspensão dos direitos políticos”. Em seguida, foram convocados os suplentes desses políticos que estavam deixando a Assembléia. João Caruso ocupou a tribuna e falou em nome dos deputados cassados, dizendo que não se arrependia do que fizera, das atitudes que tomara, porque sempre defendera as idéias do programa do PTB.

No mesmo dia em que o anúncio oficial da cassação foi feito na Assembléia Legislativa, esses deputados receberam ordem de prisão. Dessa forma, todos os deputados (com exceção de Beno Burmann, que não havia comparecido à sessão da Assembléia e estava sendo procurado) foram detidos no Quartel da Brigada Militar e, inicialmente, mantidos incomunicáveis. Mais adiante, puderam receber visitas, sendo que um grupo de deputados da UDN (Sinval Guazzelli, Júlio Brunelli e Arthur Bachini) e do PL (Honório Severo e Paulo Brossard) compareceu à prisão para prestar solidariedade aos deputados que lá estavam.

O episódio envolvendo as primeiras cassações de mandatos acabou configurando uma situação difícil, nunca realmente aceita por diversos deputados que continuaram protestando contra a medida. Porém, passado esse acontecimento, novas mudanças surgiriam no cenário político nacional. O ano de 1965 foi marcado pelo debate envolvendo a reformulação partidária. Nesse momento, foi levantada uma

série de questões a respeito do papel dos partidos políticos e de suas atribuições. Diversos deputados entendiam que os partidos políticos em geral possuíam vícios que deveriam ser superados, que não mais estariam representando os verdadeiros interesses do povo, entre outras questões. Ao longo do ano de 1965, esteve em debate no Congresso Nacional uma reforma eleitoral propondo novas regras para a atuação dos partidos políticos. Essa reforma propunha a continuidade dos partidos que satisfizessem às seguintes condições: a) possuir 11 diretórios estaduais, contando com diretórios municipais em pelo menos um quarto dos municípios de cada Estado; b) eleger 12 deputados federais, oriundos de pelo menos sete Estados diferentes; c) possuir votação na legenda federal correspondente a pelo menos 3 por cento do eleitorado inscrito no País. Caso aprovada, os diversos partidos considerados pequenos seriam extintos, uma vez que não cumpriam as exigências acima citadas.

No ano de 1965, deveriam ser realizadas eleições para o governo de 11 estados da Federação, e o grande desafio dos dirigentes militares era fazer com que seus candidatos fossem vitoriosos nessas eleições. Porém, os resultados eleitorais não foram satisfatórios ao regime militar, uma vez que os grandes vitoriosos foram o PTB e o PSD, que venceram em estados importantes como a Guanabara e Minas Gerais. Essa derrota eleitoral também contribuiu para a edição do AI-2, em 27 de outubro de 1965, que cancelou o registro de todos os partidos políticos então existentes. Frente a essa nova imposição, os deputados reagiram de maneiras diversas. Osmar Lautenschleiger, falando em nome da bancada do MTR, afirmou não aceitar o novo ato já que não o considerava legítimo. Siegfried Heuser, em nome da bancada do PTB, considerou que para os trabalhistas não havia sentido em continuar mantendo a representação popular “se tivermos que desempenhar o mandato que recebemos do povo sob o condicionamento unilateral de uma vontade que acima da força do direito se impõe pelo direito da força”. Darcy von Hoonholtz (ARS), igualmente, opôs-se às medidas tomadas pelo governo federal. Alberto Hoffmann (PRP) destacou que, com a extinção dos partidos, seria necessário começar tudo de novo em termos de organização partidária. Darcy Conceição (PSD) reafirmou sua confiança no governo de Castelo Branco, manifestando-se favorável ao novo Ato Institucional, pois este seria uma complementação do Ato número 1. Anildo Sarturi “manifestou-se a favor da extinção dos partidos políticos para que se reorganizem em novas bases” (CP, 28/10/1965, p. 7).

Na Assembléia Legislativa, o clima reinante logo após o AI-2 era de pouco interesse em relação à apresentação de projetos e até mesmo para ocupar a tribuna. Aparentemente os deputados estavam ainda desorientados, sem uma noção clara das medidas futuras a serem tomadas em relação à política. Esse período de indefinição política também trouxe problemas para alguns municípios recém emancipados. Reinaldo Cherubini (PSD) mencionou as dificuldades de alguns municípios nessa situação, que não podiam realizar eleições pelo fato de ainda não possuírem partidos políticos formados, mas que também já não recebiam mais os investimentos do município do qual haviam se desvinculado.

A reorganização partidária dali para a frente ocorreria segundo a orientação dos Atos Complementares, que traziam as últimas diretrizes a serem seguidas para a formação dos novos partidos políticos. Legalmente seria permitida a criação de até três partidos. No entanto, uma série de articulações políticas acabou agrupando um grande número de políticos no partido de apoio ao regime militar, sendo que, numericamente, só seria possível a criação de mais um partido, reunindo o bloco da oposição. Este foi um período em que os políticos enfrentaram diversas dificuldades para poder formar um partido que congregasse membros de correntes partidárias diversas.

7. O PARLAMENTO SOB TUTELA: A ELEIÇÃO DE PERACCHI BARCELLOS

A organização da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os dois partidos políticos que atuaram durante o regime militar, ocorreu entre o final de 1965 e os primeiros meses de 1966. Em termos gerais, a organização do MDB foi relativamente mais fácil do que a da ARENA. Inclusive o governo lançou, no início de janeiro de 1966, um Ato Complementar que ampliava o período para a formação desses novos partidos. Esse ato, que estendeu até o dia 15 de março de 1966 o período para a organização dos dois partidos, foi avaliado de maneira diversa. Conforme noticiou o *Correio do Povo*, o deputado Vieira de Melo, uma liderança nacional do MDB, declarou que essa medida não era necessária para o MDB, pois este já estaria praticamente estruturado. A ARENA, no entanto, necessitava dessa ampliação de prazo, pois estaria enfrentando grandes dificuldades, especialmente em relação à formação dos diretórios regionais (CP, 05/01/1966, capa). No Rio Grande do Sul, a formação do Diretório Regional da ARENA teve a presidência do deputado Francisco Solano Borges, mas às vésperas da escolha do presidente havia quatro nomes cotados para ocupar o cargo: Solano Borges, José Sperb Sanseverino, Alberto Hoffmann e Sinval Guazzelli, todos oriundos de diferentes partidos políticos, o que retrata, em parte, a disputa política que havia em relação à configuração desse novo partido. Finalmente, no final de março de 1966, o Tribunal Superior Eleitoral concedeu o registro à ARENA e ao MDB, que passaram a atuar na esfera nacional como os partidos que representavam, respectivamente, a situação e a oposição.

Com os novos partidos políticos já organizados, a Assembléia se dividiu em dois grandes blocos, que assumiam posições distintas no plenário, o que não significa, no entanto, que sempre houvesse consenso nas decisões de cada uma das duas bancadas. Um exemplo importante em que se manifestaram essas divergências refere-se à sucessão do governo estadual, pois, conforme determinava o AI-3, a escolha dos governadores deveria ser feita pelos deputados estaduais. Um grupo que reunia 31 deputados, a maioria deles do MDB, articulou a candidatura do professor Ruy Cirne Lima para o governo do Estado. A ARENA, por sua vez, dividia-se entre os nomes do coronel Walter Peracchi Barcellos e de Tarso Dutra. Após muitas negociações, a convenção realizada pela ARENA no início de julho de 1966 deu um total de 252 votos para Peracchi Barcellos, 236 votos para Tarso Dutra e 15 votos para Cirne Lima. A convenção que optou pelo nome de Peracchi Barcellos como candidato ao governo do Estado foi entendida por Reinaldo Cherubini (ARENA) como “um verdadeiro espetáculo de civismo”. Antônio Setembrino de Mesquita (ARENA), igualmente, entendeu que a convenção foi um “marco decisivo na politização do Rio Grande do Sul”. Cândido Norberto dos Santos (MDB), no entanto, comentou que “as ameaças teriam sido a tônica da convenção”, sendo que a maioria da ARENA era favorável ao nome de Tarso

Dutra, mas Peracchi Barcellos é que acabou sendo o escolhido. De qualquer forma, Cândido Norberto garantiu que, na Assembléia, Cirne Lima faria 31 votos, a não ser que ocorresse algum fato novo (CP, 05/07/1966, p. 7).

Este “fato novo” destacado por Cândido Norberto não tardou a ocorrer. Além dos deputados Álvaro Petracco da Cunha, Darcy von Hoonholtz⁴ e Hélio Ricardo Carneiro da Fontoura, cassados em 4 de julho de 1966, logo em seguida, no dia 19 de julho, para desânimo e indignação do MDB, foram cassados mais quatro deputados: Cândido Norberto dos Santos, Osmar Lautenschleiger, Seno Frederico Ludwig e Wilmar Corrêa Taborda. Com essa mudança, a oposição não reunia mais a maioria dos votos na Assembléia, uma vez que não era mais permitido que os suplentes de deputado assumissem a vaga daquele que havia sido cassado. Portanto, o MDB não teria mais condições de eleger o seu candidato ao governo do Estado. Junto com isso, havia membros da ARENA que também não eram favoráveis ao nome de Peracchi Barcellos, e sua escolha como governador, em 3 de setembro de 1966, acabou ocorrendo com os votos concedidos por 23 deputados da ARENA. Houve ainda três deputados que votaram em branco (Dario Beltrão, José Sperb Sanseverino e Nelson Marchezan) e dois deputados que não compareceram à sessão (Honório Severo e Paulo Brossard de Souza Pinto). A bancada do MDB (22 deputados) também não compareceu à sessão de escolha do governador e publicou, na ocasião, uma nota de protesto em relação a essa eleição, pois o governador eleito possuía pouco mais de um terço da representação popular legitimamente eleita.

A realização dessa eleição foi muito polêmica. Enquanto que os deputados do MDB denunciavam que aquela não era uma eleição legítima, alguns membros da ARENA justificavam o pleito como totalmente legal, uma vez que ele estava amparado em um Ato Institucional que permitia a tomada de tais medidas dentro do contexto de “revolução” que o País estava vivendo. Da mesma forma, a escolha do marechal Costa e Silva à Presidência, em 3 de outubro de 1966, também teve manifestações semelhantes na Assembléia. Enquanto que alguns deputados ocupavam a tribuna para manifestar seu apoio e confiança no novo governo, outros denunciavam essa eleição, ressaltando que a opção do MDB de se retirar do plenário e não participar do pleito seria a única forma de resistência possível.

A eleição de Peracchi Barcellos se deu em um ambiente de grande tensão política. Com as cassações de mandato, as cadeiras da Assembléia Legislativa que estavam vazias permaneceriam assim até as próximas eleições. A oposição, de forma alguma, aceitou esse pleito, pois considerava ilegítimo promover uma eleição à base de cassações de mandatos. Nesse sentido, alguns deputados fizeram pronunciamentos que

⁴ Darcy von Hoonholtz pertencia aos quadros da Aliança Republicana Socialista e estava ocupando a vaga de Marino Rodrigues dos Santos, cassado ainda em 1964. Ele se elegeu como novo suplente pela ARS e era um dos poucos políticos desse partido que ainda não havia tido os seus direitos cassados.

denunciavam a atitude do governo, que estava transformando a maioria da Assembléia em minoria, para assim poder eleger o seu candidato. Afora isso, como destacou Pedro Simon, não havia acusações concretas contra os deputados cassados. Tratava-se “apenas de uma atitude política do governo federal, para resolver um problema político, já que deseja a vitória do seu candidato”. Paulo Brossard também ponderou que “deformando-se este parlamento, como poderá ele eleger o novo governador, atribuição que ele não reivindicou, mas que lhe foi atribuída?” (CP, 06/07/1966, p. 7).

8. NOS TEMPOS DUROS DO REGIME

Os deputados que tiveram seus mandatos cassados receberam o apoio de seus colegas de bancada, bem como dos membros da ARENA. Nesse sentido, foram feitos diversos pronunciamentos de solidariedade aos que estavam saindo, lamentando a ocorrência de tais fatos, que afetavam a autonomia do Poder Legislativo. No início de 1967, após o ingresso dos novos deputados eleitos, a Assembléia Legislativa passou a ter novamente ocupadas as 55 cadeiras de sua composição original. Ainda neste ano, mais precisamente no dia 19 de setembro, tinha lugar a última sessão do Legislativo rio-grandense no prédio histórico da Rua Duque de Caxias. No dia seguinte, o cenário principal da política regional se deslocaria alguns metros em direção à Praça da Matriz, e se instalaria no recém erguido Palácio Farroupilha. A Assembléia se dotava de uma estrutura nova, em um prédio moderno que sinalizava a importância do Parlamento e a centralidade da política na vida dos gaúchos.

Os trabalhos funcionaram normalmente até março de 1969, quando o AI-5, lançado em dezembro de 1968, refletiu-se diretamente na Assembléia. Nesse momento, foram cassados os mandatos de sete deputados do MDB: Darcilo Ivo Giacomazzi, João Brusa Netto, Lauro Hagemann, Mozart Bianchi Rocha, Pedro Gomes Nunes, Rubem Machado Lang e Terezinha Gisela Irigaray Chaise. No final de abril do mesmo ano, novas cassações atingiram os deputados Flávio Antônio Lopes Ramos, Índio Vargas, Moab Caldas, Renato Souza e Walter Bertolucci. Essas medidas arbitrárias trouxeram uma grande desolação aos deputados do MDB, e inclusive foi cogitada a possibilidade de renúncia coletiva aos mandatos, pois a atuação da oposição estava sendo constantemente prejudicada. A fala dos deputados desse período enfatiza que as cassações não se justificavam, sendo apenas fruto de perseguições políticas, uma vez que não havia quaisquer acusações de corrupção aos punidos.

Os debates envolvendo as cassações estenderam-se por diversos dias. Enquanto a oposição criticava a idéia de simplesmente terminar com mandatos que haviam sido legitimados pelo povo, alguns membros da ARENA rebatiam as acusações feitas em relação ao regime militar, pois para a oposição, naquele momento, estaria sendo muito fácil criticar medidas arbitrárias, mas ela estaria esquecendo as medidas de caráter autoritário implementadas por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Esse tema foi muito debatido em plenário, e os deputados ponderavam que a oposição, pelo fato de possuir muitos seguidores dos ideais pregados por Vargas, não poderia estar protestando pela perda de mandatos, pelo fechamento do Congresso Nacional, nem mesmo pelos excessos cometidos em relação a presos políticos, uma vez que todas essas medidas haviam sido aplicadas com muito mais rigor durante o Estado Novo.

Nesse sentido, Ariosto Jaeger justificou as medidas aplicadas pelo AI-5, pois elas seriam “indispensáveis para corrigir os males da nossa estrutura sócio-econômica” (CP, 19/3/1969). Para Antônio Mesquita, a oposição estava carente de princípios a

serem defendidos e nem estaria sabendo conduzir-se de acordo com o novo momento histórico que se estava vivendo (CP, 21/3/1969). Alfredo Hoffmeister, por sua vez, destacou que a “oposição esqueceu-se completamente da prepotência exercida por ocasião do regime de Getúlio Vargas” (CP, 28/3/1969).

Por outro lado, a oposição não poupava críticas em relação às medidas tomadas pelo governo, especialmente no que se referia aos ditames do AI-5. A sua decretação foi influenciada em grande medida pela crise no Congresso Nacional decorrente do episódio Márcio Moreira Alves. A negativa do Congresso em conceder uma licença para que este deputado pudesse ser processado por declarações feitas em plenário representou uma grande derrota para o governo e foi o estopim para o lançamento do Ato Adicional que continha as medidas mais repressivas do regime militar. Logo após o início de vigência do AI-5, a imprensa divulgou o expressivo número de prisões efetuadas em vários Estados, sendo que, em alguns locais, havia inclusive superlotação e não era mais possível receber novos presos. O fechamento do Congresso Nacional também teve ampla repercussão. Na Assembléia Legislativa, Nolly Joner (MDB) destacou que essa medida trouxe como consequência uma diminuição ainda maior do interesse do povo em relação à atuação dos seus deputados. Ao mesmo tempo, também ampliava o desencanto, o desestímulo da oposição para continuar seu trabalho (AALRS, sessão de 11/04/1969, p. 70). Pedro Simon manifestou a sua surpresa em relação à edição de um novo Ato Institucional, pois acreditava que, com a entrada em vigor da nova Constituição, este capítulo da vida política brasileira deveria ter sido encerrado. Getúlio Marcantônio, no entanto, defendeu a necessidade do governo de tomar essa atitude drástica, devido à gravidade dos acontecimentos que vinham ocorrendo. Assegurou ainda a posição do seu partido em relação àquele momento político: “A bancada da ARENA, que sempre defendeu a revolução de 31 de março, continuará a defendê-la.” (AALRS, sessão de 14/12/1968, p. 226).

Ao longo do período de vigência do AI-5, por inúmeras vezes foram feitos discursos que enfatizavam a necessidade de extinção desse Ato, que impedia o retorno do Brasil ao processo democrático. Em setembro de 1970, Moisés Velasquez discursou pedindo a revogação do AI-5, para a “normalização das instituições democráticas”. O deputado Rodolfo Rospide Netto (MDB) destacou que os políticos que defendiam a incorporação do AI-5 à Constituição não estariam se apercebendo da gravidade que tal medida representava. Para ele, “enquanto persisti[ss]em os atos de exceção, não [se] chegari[a] ao modelo de democracia capaz de fascinar o povo às arrancadas cívicas que embasam a sobrevivência dos políticos no quadro nacional” (AALRS, sessão de 12/10/1971, p. 97-98). Durante este tempo, a ARENA do Rio Grande do Sul teve cassado o deputado federal Alcides Flores Soares, da UDN, em janeiro de 1969, em virtude de seu envolvimento com a Frente Ampla, a articulação envolvendo João Goulart, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda.

A QUESTÃO SOCIAL

Na Assembléia Legislativa, os anos 1960 foram marcados por amplas discussões políticas, fruto das grandes mudanças trazidas com a instalação de um regime autoritário na esfera nacional. A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em substituição à lei anterior que assegurava a estabilidade do trabalhador, entrou em pauta em 1966. Para muitos deputados, era clara a noção de que o fim da estabilidade só traria prejuízos aos trabalhadores. Darcy von Hoonholtz comentou que o seguro-desemprego, que surgiria com a nova lei, era uma reivindicação justa dos trabalhadores, mas que este não deveria ser obtido às custas da perda da estabilidade (CP, 25/03/1966, p. 7). Posteriormente, Flávio Ramos avaliou de forma negativa a criação do FGTS, pois já estava se manifestando de forma visível o problema social gerado com essa nova lei (CP, 05/10/1967, p. 7). Junto com isso, ocorriam diversas manifestações no sentido de apresentar as perdas que o salário mínimo vinha sofrendo ao longo dos anos, cobrando a necessidade de medidas efetivas para minimizar essa defasagem.

A Constituição de 1967 foi outro tema que suscitou acirrados debates. Quando entrou em vigor a nova Constituição estadual, a representação do MDB ainda possuía a maioria das cadeiras no Legislativo, o que permitiu, apesar das limitações impostas pela Constituição federal a esta carta, que alguns pontos fossem aprovados de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo MDB. Um exemplo interessante nesse sentido refere-se a uma emenda que previa a criação do cargo de vice-governador no Estado do Rio Grande do Sul. Na ocasião, o deputado Pedro Simon apresentou a proposta de retirada da emenda que criava esse cargo, medida esta que foi aprovada em plenário, apesar da não-concordância da bancada da ARENA, que votou contra essa questão. Ficava valendo, portanto, a regra de que, em caso de ausência do governador do estado, o presidente da Assembléia é que deveria assumir tal função. O lançamento da nova Constituição foi feito no dia 14 de maio de 1967, e quem assumiu o comando dos trabalhos foi Carlos Santos, deputado do MDB que estava ocupando o cargo de presidente da Assembléia. Cabe ressaltar ainda que a imprensa noticiou alguns aspectos da eleição desse deputado, que foi escolhido para ocupar, ao longo do ano de 1967, o cargo mais importante do Legislativo. Carlos Santos era negro, e esse aspecto foi ressaltado pela imprensa, pois tratava-se do primeiro “homem de cor” a assumir a Presidência daquela Casa. Dias depois, devido a uma viagem de Peracchi Barcellos, assumiu o governo do Estado, quando novamente foi destacado nos noticiários que aquela era a primeira vez que o Executivo era chefiado por um homem negro.

A REPRESSÃO POLÍTICA

Como não poderia deixar de ser, as perseguições políticas, manifestações estudantis, denúncias de torturas, questões vinculadas diretamente aos anos 1960 e início dos anos 1970, ecoaram na Assembléia de forma intensa. Em 1965, uma ação de guerrilheiros, chefiados pelo Cel. Jefferson Cardim de Alencar Osório, na cidade de Três Passos, gerou grande alarde e foi amplamente noticiada pela imprensa. Arlindo Kunzler declarou que a ação foi perpetrada por “um grupo de maus brasileiros, com o intuito de prejudicar os festejos do primeiro ano da revolução”. Alberto Hoffmann enfatizou a necessidade de melhorar o policiamento, especialmente nas regiões de fronteira, para que episódios como esse não se repetissem (CP, 03/04/1965, p. 7).

As perseguições políticas foram um tema bem recorrente nos debates políticos. Os deputados da oposição traziam exemplos de pessoas, oriundas dos mais diversos municípios, denunciando medidas arbitrárias que estavam sendo tomadas. Na campanha para as eleições municipais de 1968, foram muito comentadas as perseguições feitas a candidatos, bem como as cassações de candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores. José Sanfelice Neto (MDB) apresentou na Assembléia uma denúncia de que os candidatos do MDB estavam sendo obrigados a comparecer às delegacias para deixar os seus dados lá registrados, numa demonstração de coação por parte da força policial. Ary Delgado (ARENA), no entanto, ponderou que essa exigência de registro nas delegacias estava sendo feita a todos os candidatos, e não somente aos elementos do MDB (CP, 08/08/1968, p. 7).

A repressão policial às diversas manifestações estudantis e sindicais desse período, bem como os maus-tratos praticados em presos políticos, foram abordados pelos deputados em diferentes momentos. Uma manifestação de estudantes ocorrida em 11 de maio de 1967, que teve uma violenta repressão policial, com estudantes fugindo até mesmo para dentro da Catedral Metropolitana de Porto Alegre, gerou muita tensão nos meios políticos. Os deputados do MDB Flávio Ramos e Terezinha Chaise interromperam a sessão da Assembléia, que estava ocorrendo no momento da manifestação, para protestar pela forma como a polícia estava agindo. Ariosto Jaeger, Ary Delgado (ARENA) e Pedro Simon (MDB) também ajudaram nas negociações para resolver essa situação, e à noite o largo da Catedral foi evacuado. Na ocasião o secretário de Segurança, Gal. Ibá Ilha Moreira, disse que a polícia agiu “dentro da diretriz governamental, não praticando violências ou agressões, mas procurando, com os meios a seu dispor, fazer vingar a ordem e a tranquilidade” (CP, 12/05/1967, contracapa). Após esse episódio, bem como outros que se seguiram, a oposição formulou veementes protestos contra o governo, pois não era possível tratar a questão estudantil como um caso de polícia. Os deputados da situação manifestaram seu descontentamento em relação aos fatos ocorridos, ressaltando, no entanto, que “o entusiasmo da classe estudantil, às vezes, é desvirtuado e explorado com fins políticos” (Ariosto Jaeger), sendo necessário, por-

tanto, conforme destacou Alfredo Hoffmeister, averiguar “quem estava por trás desses movimentos que procuram envolver os estudantes” (CP, 13/05/1967).

A repressão do governo às diversas formas de manifestação pública, bem como aos seus inimigos políticos e grupos que se organizaram para combater o regime militar, gerou um número muito grande de prisões, que foram efetuadas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Nesse período, foram muitos os casos de pessoas que eram mantidas incomunicáveis por longa data, muitas vezes sofrendo torturas. No Rio Grande do Sul, a morte do sargento Manoel Raymundo Soares, em condições não explicadas, levou inclusive à instauração de uma CPI na Assembléia para esclarecer esses episódios. Junto com isso, em diversos momentos os deputados solicitavam informações referentes a estudantes presos, faziam denúncias de maus-tratos nas prisões e exigiam providências no sentido de resolver essas questões. Cabe ressaltar que, nesse período, a censura aos meios de comunicação impedia a divulgação de muitas informações. Dessa forma, a intervenção de um deputado às vezes poderia surtir algum efeito, já que a imprensa sofria restrições quanto à divulgação de informações.

Os anos 1960 foram marcados também pelo ingresso de um número maior de mulheres na Assembléia Legislativa. A primeira a ocupar uma vaga como deputada estadual foi Suely de Oliveira, eleita pelo PTB nas eleições de 1950. Em 1964, Iris Pothoff Correa Lopes, que era suplente pelo PDC, ocupou durante um período a vaga na Assembléia e foi a segunda mulher a exercer o mandato como deputada. Estas duas mulheres pertenciam aos quadros do magistério, porém atuavam em correntes políticas antagônicas. Mais adiante, nas eleições de 1966, Terezinha Chaise foi eleita deputada pelo MDB, mas em março de 1969 teve o seu mandato cassado, por força do Ato Institucional número 5.

9. DAS ELEIÇÕES DE 1974 AO PACOTE DE ABRIL

Os anos 1970 iniciaram com a promessa de grandes mudanças para o Brasil. No governo do general Emílio Garrastazu Médici, o país viveu o período do chamado “milagre econômico”, o que se refletiu na criação de um ambiente de otimismo em relação ao futuro do Brasil, que deveria ser realmente promissor. Ao mesmo tempo, o governo Médici também foi o mais repressivo do regime militar. Na esfera política, caracterizou-se como um período de tensão, uma vez que o AI-5 estava em plena vigência, com a supressão de direitos e perseguição implacável àqueles que eram considerados “inimigos da Nação”.

A Assembléia Legislativa ainda se encontrava relativamente abalada pelo drama das cassações de mandatos. Essa característica era mais perceptível na fala dos deputados do MDB. Além do mais, havia um certo desinteresse em relação às perspectivas de continuidade do MDB. Alcides Costa comentou que, em outras épocas, a presença do povo nas galerias da Assembléia era visível, e, naquele momento, não estava mais havendo interesse do povo em participar das sessões. Ele explicou essa questão dizendo que “naquela época nós discutíamos e tínhamos o poder de decidir e, por isso, interessavam ao povo nossas discussões. Hoje, a Casa se esvazia não apenas de assistência, mas se esvazia de atribuições, e nós, os deputados, também estamos restringidos nas nossas atribuições” (AALRS, sessão do dia 30/09/1971, p. 378).

Ao longo dos anos 1970, se repetiu o hábito das comemorações pelo “aniversário da Revolução”. A cada ano, no dia 31 de março e dias seguintes, eram feitos pronunciamentos que lembravam o início da instauração do regime militar. Alguns deputados viam nessa data motivo de comemoração, fazendo discursos que abordavam as grandes vitórias que o Brasil havia obtido a partir da “Revolução de 1964”. Outros aproveitavam essa ocasião para formular protestos contra as cassações de mandatos, as perseguições políticas, a repressão, enfim, contra muitas das medidas implementadas durante o regime militar.

AS ELEIÇÕES DE 1970, 1974, 1978

As eleições para o governo do Estado realizadas ao longo dos anos 1970 seguiram a mesma característica daquela que foi realizada em 1966. A Assembléia Legislativa tinha em suas mãos a importante tarefa de escolher o novo representante do Executivo gaúcho. O MDB, no entanto, como forma de protesto, não participou da eleição de 1970, na qual foi escolhido o governador Euclides Triches, nem da eleição de 1974, quando Sinval Guazzelli foi eleito. Essa ausência era justificada como uma forma de protesto, já que o MDB sempre manifestou-se contrário à realização de eleições indiretas. Um fato curioso dessas eleições é

que o governador acabava sendo eleito sem votos contrários. Pelo fato de os membros do MDB não estarem presentes no plenário no dia da votação, o governador era eleito com todos os votos dos deputados presentes. É importante destacar aí a questão da fidelidade partidária. É importante destacar aí a questão da fidelidade partidária. Esta norma, assinada em julho de 1966, não permitia que os filiados do partido desobedecessem as decisões tomadas em convenção. Dessa forma, apesar da não-concordância de muitos deputados, todos eram obrigados a votar de acordo com a orientação traçada pelo Partido.

A atitude do MDB foi muito criticada pela bancada da ARENA. Alfredo Hoffmeister (ARENA), deputado que encaminharia a eleição de Euclides Triches (governador) e de Edmar Fetter (vice-governador), reclamou que a oposição não estaria comparecendo “para o exercício de uma das tarefas mais nobres, mais importantes e mais destacadas do poder político no Rio Grande do Sul, que é a escolha do seu futuro dirigente” (AALRS, outubro de 1970, p. 34).

Em 1974, da mesma forma, após a aprovação dos nomes de Sinval Guazzelli e Amaral de Souza, para governador e vice, respectivamente, o deputado Getúlio Marcantônio criticou o não-comparecimento do MDB à votação, destacando que, com essa medida, o MDB estaria inclusive desrespeitando a Constituição. O processo sucessório teria sido modificado, mas estava ocorrendo dentro das normas democráticas. Marcantônio salientou ainda que a eleição para governador “reveste-se de uma importância extraordinária, porque, talvez mais do que em todas as outras ocasiões, decidimos, efetivamente, em nome do povo” (AALRS, outubro de 1974, p. 18).

Alguns dias após a realização das eleições, Pedro Simon (MDB) ocupou a tribuna para protestar contra a realização delas. Ele ressaltou que a eleição tinha se realizado dentro de todos os parâmetros legais em vigor no País naquele momento, mas acrescentou que “nem tudo que é legal é justo”. O grande ponto de discordância de Simon em relação à eleição do governador foi que na Constituição estaria previsto o pleito direto para governador em 1970. Um dispositivo posterior, ou seja, a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, é que teria feito essa alteração na legislação eleitoral, passando às Assembléias Legislativas a atribuição de eleger os governadores.

Além do mais, a eleição havia sido realizada com a representação de deputados eleita em 1970, que, portanto, estava deixando a Assembléia no início de 1971. Para Simon, era inconcebível que o governador fosse eleito por deputados que estavam encerrando seu mandato, e essa questão foi explicada pelo fato de que o governo, temendo que o resultado da eleição de deputados estaduais em 1974 pudesse dar um número maior de cadeiras ao MDB, havia aproveitado a bancada da ARENA, que ainda representava a maioria, para garantir a eleição de seu candidato (AALRS, outubro de 1974, p. 32).

As eleições de 1974 trouxeram, em termos gerais, um significativo crescimento do MDB na esfera nacional. Ao contrário das eleições de 1970, quando a grande

vitoriosa foi a ARENA (na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a ARENA obteve 27 cadeiras e o MDB, 23), em 1974 esse quadro se inverteu: o MDB obteve 33 cadeiras e a ARENA somente 23. Para Amarílio Moreira (MDB), essa vitória mostrava o descontentamento do povo em relação ao governo, o que fortalecia a oposição: “Por certo, nós do MDB, vitoriosos nas urnas, voltamos aqui neste plenário mais fortalecidos, porque encontramos no respaldo popular o eco de nossa doutrinação política e, por que não dizer, do nosso trabalho e da atuação da Oposição neste Estado como no Brasil.” (AALRS, vol. 271, outubro a dezembro de 1974, p. 7).

Em 15 de novembro de 1978 se realizaram as eleições para o Senado, deputados estaduais e federais. Para a ALERGS, o MDB obteve 31 cadeiras e a ARENA, 25. Para o Senado, Pedro Simon foi o grande vitorioso - fez 55, 96% dos votos, mais de 600 mil votos de diferença sobre os três candidatos da ARENA ao Senado: Mário Bernardino Ramos, José Mariano da Rocha Filho e Fernando Gay da Fonseca. Paulo Brossard, ao comentar essa vitória de Simon, mencionou que ele seria o “governador moral do Rio Grande”. (CPOVO, 21/11/1978, p. 10)

PÓLO PETROQUÍMICO

A implantação do III Pólo Petroquímico foi um tema que gerou intensos debates nos anos 1970. A escolha do Rio Grande do Sul para sediar esse grande empreendimento resultou de uma grande articulação política. Na Assembléia Legislativa, foi formada uma Comissão Especial para estudar a viabilidade da implantação do Pólo no Estado, bem como elaborar um relatório que tivesse o embasamento necessário para convencer o governo federal a optar pelo Rio Grande do Sul, e não pelo Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo ou Bahia, estados que também estavam disputando a instalação do III Pólo. Essa comissão foi formada por membros da ARENA e do MDB, e reunia os seguintes deputados: Pedro Simon (presidente); Valdir Lopes (vice-presidente); Celestino Goulart (relator); Romeu Martinelli; Adolpho Puggina; Jorge Bandarra e Eligio Meneghetti. No relatório, apresentado em setembro de 1975, explicou-se que um dos motivos que contribuíram para a instalação do Pólo no Rio Grande do Sul foi a política de descentralização industrial prevista no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do governo federal. Os recursos para a instalação do Pólo estavam assim divididos: um terço caberia ao governo federal – Petrobrás e Petroquisa; um terço à iniciativa privada nacional e um terço a empresas estrangeiras, que, além do capital, forneceriam *know-how* ou patentes.

O relatório mencionava ainda o aspecto do aumento do número de empregos que a instalação do Pólo previa. Estimava-se que deveriam ser gerados em torno de 5 a 9 mil empregos na construção civil, cerca de 45 mil empregos nas indústrias de transformação e 135 mil empregos no setor de prestação de serviços. Destacou-se ainda que “a implantação de um complexo petroquímico no Rio Grande do Sul permitirá atenuar

o desequilíbrio produção/consumo final ao nível regional, harmonizar os fluxos de transporte de produtos petroquímicos e reduzir seus custos globais a nível nacional” (Relatório da Comissão de Economia e Desenvolvimento referente ao estudo da Comissão Especial do III Pólo Petroquímico).

A Comissão apontou três locais nos quais seria possível sua instalação: em Rio Grande, no litoral norte ou na região de Triunfo e Montenegro. Na Assembléia, houve debates em relação a esses possíveis locais. Adolpho Puggina ocupou por diversas vezes a tribuna para protestar contra a instalação do pólo na região de Triunfo. Sustentava ele que o Pólo nesse local contaminaria as águas e, por isso, seria melhor que ficasse em Rio Grande, pois assim os resíduos poderiam ser lançados no Oceano Atlântico. Jair Soares, então secretário da Saúde, fez declarações na imprensa argumentando que não se poderia simplesmente “jogar tudo no Oceano”. Puggina, por sua vez, defendeu sua idéia apontando que “não se pode comparar a capacidade de absorção do Oceano Atlântico com a da Lagoa dos Patos” (AALRS, julho de 1976).

A questão ambiental envolvida no processo de instalação do Pólo foi amplamente discutida, uma vez que um empreendimento desse porte trazia consigo a preocupante possibilidade de aumento da poluição em grandes proporções, prejudicando a região em que fosse instalado. Diversos deputados demonstraram o seu receio em relação a essa questão, utilizando inclusive exemplos de outras empresas que haviam se instalado nos mais diversos pontos, e, em pouco tempo, o mau cheiro, bem como os níveis de poluição, afetavam toda a comunidade da região. Roberto Cardona, ao fazer um relato sobre as obras do Pólo Petroquímico, comentou que o Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico (CONPETRO) estaria tendo muito cuidado no que se referia à questão ambiental envolvida no processo de instalação do Pólo.

Mas, além da questão ambiental, certamente havia interesses econômicos envolvidos na disputa pelo local do Rio Grande do Sul onde seria instalado o Pólo. Houve manifestações de deputados que defendiam a instalação no litoral norte, de outros que defendiam a instalação em Rio Grande, bem como dos que apoiavam a região de Triunfo para sediar esse empreendimento. Nesse sentido, os mais diversos argumentos foram utilizados para conseguir êxito: a oportunidade de gerar grande desenvolvimento para o litoral norte, a facilidade de escoamento dos produtos, caso fosse instalado em Rio Grande, a proximidade com a Refinaria Alberto Pasqualini, justificando a instalação em Triunfo, entre outros. Nesse sentido, Rubi Matias Diehl (ARENA) sustentou que estava sendo inoportuno continuar insistindo na mudança do local de instalação do Pólo, pois já estava definido que ele seria construído em Triunfo. Além do mais, essa “disputa bairrista de localização” estaria provocando reações na opinião pública, o que poderia colocar em risco o bom andamento dos trabalhos (AALRS, agosto de 1976).

PACOTE DE ABRIL

As medidas lançadas em 1977, que ficaram conhecidas como “Pacote de Abril”, foram implementadas por Geisel já visando as eleições para governador que se realizariam no ano de 1978. A Constituição estipulava que estas eleições deveriam ser diretas, e, sendo dessa maneira, o governo já previa sua possível derrota em importantes estados. Buscou-se então uma maneira de transformar estas eleições em indiretas, para evitar a vitória do MDB em 1978. Para viabilizar o Pacote de Abril, Geisel propôs uma emenda constitucional, que estava amparada no AI-5, e fechou o Congresso Nacional. Entre as medidas impostas estava a eleição indireta dos governadores e de um terço dos senadores (os “senadores biônicos”), sendo que essa escolha seria feita por colégios eleitorais estaduais que incluiriam também os vereadores, o que, somado com a manutenção da exigência da fidelidade partidária, facilitaria o bom desempenho da ARENA.

Estas novas medidas foram energicamente reprovadas pelo MDB, que viu cair por terra as suas reivindicações no sentido de promover uma gradual reformulação partidária. Na Assembléia Legislativa, os deputados protestaram pelo fechamento do Congresso Nacional, denunciando o autoritarismo presente nas medidas tomadas. A mudança nas eleições, instituindo o Colégio Eleitoral, da mesma forma, foi criticada pela bancada do MDB, pois se o governador fosse eleito somente por deputados estaduais, o governo não elegeria seus candidatos em algumas das Assembléias Legislativas. Pedro Simon fez um longo discurso tecendo considerações sobre essas medidas, destacando que o MDB fora duramente atingido com as reformas e a ARENA, por sua vez, fora presenteada, pois o seu sucesso eleitoral em 1978 havia sido garantido (AALRS, abril de 1979, p. 199). Nesse período, diversos deputados teceram críticas a essas novas normas, que tiravam da oposição a possibilidade de vitórias eleitorais. Já os membros da ARENA rebatiam as acusações que lhes eram feitas, enfatizando que as medidas tomadas eram legítimas. Rubi Diehl fez um pronunciamento no qual teceu críticas ao MDB, mencionando a atuação de elementos radicais no partido. Este grupo representaria uma minoria, mas poderia vir a se tornar mais influente. Relativizou ainda o papel da política partidária no contexto que se estava vivendo. Diehl assegurou que “o povo quer soluções para os problemas”. Desse modo, as disputas político-partidárias em torno das reformas não estariam em primeiro plano nas preocupações do povo, que ansiava primeiramente por medidas capazes de promover o seu bem-estar (AALRS, abril de 1979, p. 319).

Em 1978, no mês de novembro, o seqüestro - e posterior entrega às autoridades uruguaias - de dois jovens ativistas políticos, Lilian Celiberti e Universindo Diaz, em Porto Alegre, ato perpetrado por policiais gaúchos e flagrado por dois jornalistas, teria efeito bombástico na opinião pública e nas relações da imprensa e dos movimentos de defesa dos direitos humanos com o Estado. A Assembléia não estaria ausente desta questão e no Palácio Farroupilha ecoariam, por quase um ano, as vozes que transfor-

mariam o acontecimento num processo maior, num teste sobre quais seriam os limites que a sociedade entendia impor aos excessos autoritários dos órgãos repressivos e ao seu acobertamento.

Vinte e seis deputados do MDB formularam o requerimento para instaurar a Comissão Parlamentar de Inquérito, indicando para compô-la os deputados Nivaldo Soares (presidente), Ivo Mainardi, Carlos Augusto de Souza e Romildo Bolzan. A ARENA, que relutara na formação da CPI, indicou os deputados Romeu Martinelli, Jarbas Lima (relator) e Cícero Viana, este último ex-delegado e ex-chefe de polícia do Estado.

O episódio conhecido como o “seqüestro dos uruguaios” forneceria o enredo de um dos últimos embates de fundo que a Assembléia vivenciou sob o sistema bipartidário, em um caso que ameaçou arranhar a imagem do Legislativo junto à opinião pública, em pleno período de reconquista da liberdade de expressão e de imprensa. A CPI, instalada em 24 de março de 1979, tornou-se o epicentro de uma das derradeiras batalhas políticas entre os que sustentavam o patrimônio político-autoritário remanescente dos tempos mais difíceis da ditadura e uma oposição que não mais se constringia face à multiplicação de versões improváveis e ao acobertamento de expedientes autoritários.

Por um lado, alguns deputados ligados à ARENA tenderam a proteger a rede de solidariedade que unia o partido do governo aos órgãos policiais e a indivíduos vinculados ao sistema repressivo, sistema cuja estrutura não fora ainda desmontada. Estes deputados, com maior (como o deputado Cícero Viana) ou menor grau de convicção, buscaram negar a existência de seqüestro e sua tática mais freqüente foi a de atacar organizações e pessoas que publicamente exigiam o esclarecimento total do caso e a punição dos responsáveis, transferindo, em última instância, a culpa do desaparecimento do casal às próprias vítimas.

Nesta perspectiva, de reversão de responsabilidades às vítimas e de desqualificação dos acusadores, é que parece ter sido fundamentado o relatório da CPI, de autoria do deputado Jarbas Lima (ARENA), apresentado em 17 de setembro de 1979. O relatório de Jarbas Lima simplesmente negava fatos que eram de amplo conhecimento e suas conclusões iam de encontro às apurações levadas a cabo pelos órgãos de defesa dos direitos humanos e pela imprensa regional e nacional, situando a posição oficial do parlamento gaúcho na contramão da opinião pública. Frente à inconformidade geral dos formadores de opinião, dos órgãos de imprensa e da base emedebista na Assembléia, a Comissão recusaria, em 1º de outubro, o relatório, e indicaria o deputado Ivo Mainardi (MDB) para novo relator. O novo relatório viria a definir a responsabilidade dos policiais e recolocaria a palavra oficial da instituição em consonância com a opinião pública e com os fatos.

10. DA ANISTIA À REORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

As manifestações de apoio à anistia ocorreram em diferentes ocasiões ao longo do andamento dos trabalhos na Assembléia. Em 1971, o deputado Lino Zardo (MDB) enfatizava que “no Brasil só poderá haver o desenvolvimento de todas as áreas, num trabalho de pacificação e harmonia (...) se o Governo da República conceder anistia ampla a todos os políticos banidos pela Revolução de 1964”. Waldir Walter (MDB), igualmente, anunciava que “não poderemos jamais falar em democracia neste País, enquanto tivermos brasileiros exilados. A palavra exílio de ‘per si’ é incompatível com a palavra democracia” (AALRS, setembro de 1971, p. 388-389).

Este debate estendeu-se por longos anos. Mas, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1970, o tema da anistia foi abordado de forma mais insistente nos meios políticos. Pregava-se a necessidade do retorno dos políticos exilados para que, assim, eles pudessem participar das mudanças que urgia implementar no cenário nacional.

A morte de Juscelino Kubitschek, em 1976, provocou novos apelos para a concessão da anistia. Romildo Bolzan (MDB) mencionou o fato de que Juscelino “morreu cassado em seus direitos políticos pelos mesmos grupos que anistiara”. Ele destacou ainda que a anistia era necessária para garantir a manutenção da ordem no Brasil, pois ela era “a consagração de uma medida já aplicada no Brasil, por mais de 50 vezes, sendo tal costume interrompido somente após 1964” (AALRS, setembro de 1976, p. 420-422)

Ao longo do ano de 1979, quando o governo já sinalizava com algumas propostas em relação à anistia, a grande polêmica que surgiu foi a maneira como esta seria concedida. Muitos deputados do MDB defendiam a anistia ampla, geral e irrestrita. Em abril de 1979, Carlos Augusto de Souza destacou essa necessidade, ao mesmo tempo em que divulgava a campanha pública que estava sendo veiculada, com listas de abaixo-assinado pedindo a libertação dos gaúchos Flávio Koutzii e Flávia Schilling, presos respectivamente na Argentina e no Uruguai. Esse tipo de intervenção ocorria periodicamente na Assembléia, uma vez que diversos brasileiros sofriam perseguições não só no Brasil, mas também no exterior.

O deputado Porfírio Peixoto, não satisfeito com o governo de João Batista Figueiredo, manifestou sua reprovação face à demora deste governo, que havia colocado a abertura política como uma de suas prioridades, e, até abril de 1979, não havia apresentado nada de concreto nesse sentido. A concessão da anistia dependeria exclusivamente do governo, “que detém em suas mãos toda a autoridade para a concessão desta prerrogativa àqueles que foram atingidos pelos atos de exceção” (AALRS, abril de 1979, p. 291). Já o deputado Aldo Pinto enfatizou a necessidade de reconciliação nacional, para que, a partir daí, pudesse ser efetivada a tão desejada reformulação partidária.

Diversos membros da ARENA apresentavam restrições à proposta de anistia defendida pelo MDB, alegando que não se poderia conceder liberdade a terroristas, pois isto seria o mesmo que simplesmente abrir as portas das prisões. Eles defendiam que o projeto de anistia deveria partir do Executivo e só deveria contemplar os envolvidos em delitos políticos, ficando excluídos, portanto, os presos e exilados que tivessem participado das conhecidas guerrilhas rurais e urbanas ou promovido assaltos a bancos para angariar fundos para sua existência, bem como seqüestros de personalidades importantes para ter poder de barganha com os dirigentes militares, podendo assim conseguir a libertação de membros desses grupos que estavam presos. Nesse sentido, em março de 1979, Rubi Diehl (ARENA) fez um pronunciamento ressaltando a sua posição no sentido de conceder anistia somente aos envolvidos em questões de natureza política. Romeu Martinelli (ARENA), igualmente, ponderou que “a anistia que a Revolução vai ditar ao País é a anistia possível. É a anistia para os crimes políticos. Não é a anistia para os seqüestradores, para os terroristas, que o MDB deseja, porque esta anistia que o MDB quer não é nada mais nada menos do que a volta ao caos, à desordem e à anarquia que imperava antes de 1964” (AALRS, fevereiro a março de 1979, p. 652).

Em contrapartida, o MDB denunciava a grande injustiça que seria cometida caso se concedesse anistia aos colaboradores do regime militar que haviam tido comprovada participação na aplicação de torturas em presos políticos após 1964. Esse debate foi polêmico, gerou inúmeras manifestações de ambas as partes e certamente foi o ponto de maior amplitude analisado na esfera política ao longo do primeiro semestre de 1979.

Em agosto do mesmo ano, no governo Figueiredo, finalmente foi concedida a anistia, que, no entanto, não estava nos moldes desejados pelo MDB, pois não incluía os culpados por atos de terrorismo e de resistência armada ao governo. Posteriormente, o decreto que determinava a aplicação da anistia incluiu todos os grupos, tendo resultado de uma negociação política. Portanto, se, por um lado, foram anistiados os que haviam participado de reações armadas contra o regime militar, por outro, os torturadores também se livraram da possibilidade de virem a responder processos por seus atos.

REORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Paralelamente à campanha pela decretação da anistia, também se cogitava a necessidade de promover uma reorganização partidária no Brasil. A questão da implantação do voto distrital, bem como a necessidade de elaboração de uma nova Constituição, também foram temas debatidos juntamente com as mudanças partidárias a serem implementadas. Diversos grupos políticos reivindicavam urgência no sentido de repensar o sistema partidário, permitindo a criação de novos partidos,

que contemplassem diferentes ideologias e diferentes segmentos da sociedade. Nesse sentido, Adylson Martins Motta (ARENA) declarou-se favorável à reforma partidária, uma vez que, pelo fato de os partidos terem sido criados por um ciclo revolucionário, estruturavam-se de forma artificial. Para ele, a existência da democracia só seria possível “se fundada em partidos sérios, em partidos com ideologias, em partidos com filosofia e não em agremiações vazias como as duas que existem hoje” (AALRS, maio de 1979, p. 587). Também em maio de 1979, Rodolfo Rospide Netto (MDB) teceu críticas à atuação da ARENA e ao fato de ela querer se auto-extinguir. Para ele, o erro mais grave desse partido “foi o de ter, ao longo destes anos, defendido os interesses do Estado, reforçado pelo poder das armas, contra os interesses da Nação desarmada” (AALRS, maio de 1979, p. 641).

Com a concessão da anistia, voltaram ao Brasil políticos que haviam tido projeção nacional no pré-64, tais como Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes, entre outros. Essas lideranças uniram-se à luta pela reformulação partidária, visto que haviam recuperado os seus direitos políticos. No final de 1979, com a extinção da ARENA e do MDB, o meio político agitou-se em torno da organização dos novos partidos. Em janeiro de 1980, a Assembléia estava constituída por três blocos partidários: o bloco do PDS, o do PTB e o do PMDB. No entanto, a sigla do PTB passou a ser disputada por dois grupos, um deles liderado por Leonel Brizola e o outro, por Ivete Vargas. A disputa foi encerrada quando o Tribunal Superior Eleitoral concedeu o registro da sigla do PTB ao grupo encabeçado por Ivete Vargas.

Essa decisão foi muito criticada no plenário da Assembléia, uma vez que o grupo articulado por Leonel Brizola reunia um número muito maior de políticos, que inclusive haviam militado no PTB antes de 1964, tendo, portanto, maior legitimidade para obterem essa legenda. Sobre esse assunto, Lélvio Souza (PMDB) destacou que o governo, com essa medida, pretendia promover “o desbaratamento das forças oposicionistas, a desarregimentação e, sobretudo, a instauração entre elas de uma disputa estéril” (AALRS, maio de 1980, p. 182). Algir Lorenzon, por sua vez, solidarizou-se com o grupo de Leonel Brizola, manifestando sua surpresa em relação a tal decisão. Porfirio Peixoto, igualmente, mencionou que o grupo que obteve a legenda do PTB não possuía representatividade. Já o grupo de Leonel Brizola possuía diversos deputados estaduais e federais, um senador, além de um significativo número de prefeitos e vereadores. E acrescentou: “Nos sentimos roubados nos nossos direitos e, doravante, não poderemos mais confiar naquilo que sempre confiamos e exaltamos, que é a justiça brasileira.” (AALRS, maio de 1980, p. 185-186).

Dessa forma, o grupo de Leonel Brizola começou a trabalhar na organização de uma nova legenda partidária. Em um encontro nacional dos trabalhistas, realizado no mês de maio de 1980, foi constituído o Bloco Parlamentar do Partido do Trabalho Democrático (PTD). Mas essa sigla logo foi substituída, sendo fundado então o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

No período de reestruturação partidária, os debates na Assembléia foram bastante acirrados, e houve muitas trocas de acusações entre os membros dos recém-criados PDS, PMDB e PDT. O PDS criticava a oposição, que estaria sem um papel definido, não sabendo apresentar alternativas para participar do governo. Jesus Linhares Guimarães comentou que, como o governo havia extinto o AI-5 e os senadores biônicos e já havia concedido a anistia, as reivindicações da oposição não se justificavam mais. Portanto, “as oposições têm que se reservar o direito de recolherem-se a sua insignificância política” (AALRS, março de 1980, p. 139).

Por outro lado, os partidos que representavam a oposição eram muito críticos do papel do PDS. Cezar Schirmer argumentou que “a Oposição não quer participar deste Governo e deste regime. Nós não queremos ser colaboracionistas desta ditadura, deste regime que foi implantado no País, em 1964, pelas vias das armas, sem respaldo popular”. ARENA e PDS “arcam com o ônus de defender este governo impopular” (AALRS, janeiro e fevereiro de 1980, p. 61). Antenor Ferrari, igualmente, enfatizou que o PDS caracterizava-se como “o partido dos sonhos de Figueiredo” e continuava seguindo a mesma linha da ARENA, só teria havido uma “troca de rótulo” (AALRS, janeiro e fevereiro de 1980, p. 201-202).

A reorganização dos novos partidos políticos no início dos anos 1980 configurou-se pela divisão do antigo MDB e conseqüente criação dos seguintes partidos de oposição: PMDB, PDT, PT e PP, sendo que este último teve curta atuação. Já o PDS foi criado por membros da ARENA e continuou representando o partido da situação, já no contexto do final do regime militar.

A eleição para o governo do Estado em 1982 deu a vitória ao candidato do PDS, Jair Soares. A oposição apresentou mais de um candidato para disputar a eleição, o que acabou dividindo seus votos. Dessa forma, o Rio Grande do Sul foi governado por políticos que faziam parte da base de sustentação do regime militar por mais quatro anos. Essa hegemonia da ARENA e, posteriormente, do PDS perdurou até 1986, quando Pedro Simon, candidato do PMDB ao governo do Estado, venceu as eleições.

2ª PARTE

UM PERFIL BIOGRÁFICO COLETIVO DOS DEPUTADOS GAÚCHOS

APRESENTAÇÃO

Nas páginas seguintes apresenta-se um breve perfil dos deputados estaduais gaúchos no período de 1947-1982. Trata-se de um perfil de tipo prosopográfico, isto é, que resgata as características biográficas coletivas dos deputados. O objetivo aqui é oferecer uma idéia geral da representação parlamentar através de alguns indicadores, como idade, origem regional, formação universitária e ocupação profissional. Quem são os representantes com assento no parlamento gaúcho, o que os caracteriza enquanto membros de partidos políticos, o que os aproxima e os afasta são algumas das questões que orientam as reflexões presentes nas próximas páginas.

Os dados aqui apresentados foram recuperados de biografias de parlamentares, dicionários biográficos e material de imprensa, depois padronizados e incluídos em uma base de dados onde foram cotejados, comparados e calculados. O resultado é um painel amplo e diversificado, que oferece uma visão sociológica ímpar dos deputados gaúchos no pós-guerra. Por fim, trata-se de oferecer, para além dos discursos políticos e das intenções partidárias, indícios que permitam perceber algumas características sociais mais gerais dos partidos atuantes no período.

a) Reeleição

Um elemento interessante que se destaca da análise comparativa das nominatas de duas Legislaturas consecutivas é a presença mais ou menos acentuada de deputados reeleitos. Este dado, que poderíamos perceber como um indicador de certo grau de aprovação parlamentar, oferece números surpreendentes.

Assim, da 1ª Legislatura, do período de 1947-51, para a Legislatura seguinte, 1951-1955 apenas 10 deputados se reelegeram para uma das 55 cadeiras do parlamento estadual.

Da 2ª (1951-1955) para a 3ª (1955-1959), 24 deputados se reelegeram, o que significa um expressivo crescimento se comparado com os níveis de reeleição da Legislatura anterior. Entre a 3ª e a 4ª, foram novamente 24 os reeleitos, número que sobe em 1 deputado (25) na passagem para a Legislatura seguinte, a 5ª (1963-1967).

Esta tendência de permanência de quase metade dos deputados de uma Legislatura a outra, iniciada em 1951, é bruscamente interrompida na passagem para a 6ª Legislatura (1967-1971), quando apenas 16 deputados obtiveram a renovação de seus mandatos. Esta queda reflete de forma óbvia a interferência do processo político de-

sencadeado com o golpe militar e a instauração da ditadura nos rumos da Assembléia gaúcha: um número elevado de políticos cassados e, sobretudo, a desorganização de estruturas partidárias já consolidadas e o constrangimento e intimidação políticos levam a uma situação de ‘refundação’ parcial do parlamento gaúcho, processo que acabaria favorecendo os grupos que, compondo aquilo que Héglio Trindade e Maria Izabel Noll chamaram os “anti-PTB” (PSD, UDN, PL e PRP), em sua esmagadora maioria, migrariam após a extinção dos partidos políticos, em outubro de 1966, para compor as hostes da ARENA.

Reestruturado o sistema partidário, inverte-se rapidamente o processo verificado em 1963. Agora, na passagem da 6a para a 7a Legislatura (1971-1974), são 34 os parlamentares a obter a reeleição, e isso num universo de uma Assembléia “encolhida” a 50 cadeiras, isto é, uma recondução de quase 70% dos deputados. Embora este alto índice de recondução não volte a ser alcançado, ele permanece bastante elevado nas passagens seguintes, com 29 se reelegendo para a 8a (ou 44a) Legislatura (agora com 56 cadeiras) e 35 quatro anos depois, na passagem para a 45a Legislatura (1979-1982).

As primeiras eleições após o golpe de 1964 revelam uma queda no índice de reeleições refletindo o impacto das cassações. Além disso, inauguram um período de pouca renovação parlamentar quando o índice de reeleição ultrapassa os 60% (até 1982). Tanto a ARENA, quanto o MDB evidenciaram o que se poderia chamar de “um partido pouco aberto à renovação do seu quadro de deputados”. Por exemplo, no início da 7a Legislatura, 21 deputados da ARENA e 13 do MDB haviam sido reeleitos. Contudo, na passagem para a 8a Legislatura (ou 44a segundo a nova contagem que passa a vigorar), ocorreu uma inversão: 13 deputados da ARENA contra 16 do MDB se reelegeram. Na passagem para a 45a Legislatura, o MDB reelegeu 21 contra 14 da ARENA. Há praticamente um equilíbrio, mas os números indicam que nas últimas duas Legislaturas o MDB foi mais “conservador” que a ARENA no tocante à renovação.

Na Legislatura que conheceria o fim do bipartidarismo e a lenta agonia do Regime Militar, a ARENA conquistou 24 cadeiras (com 14 reeleitos, ou 58,3% da bancada) contra 32 (com 21 reeleitos ou 65,6% da bancada) do MDB.

Quatro anos depois, as eleições de 1982, já com um quadro partidário radicalmente modificado, onde pontificavam o PMDB, o PDS e o PDT, continuariam mostrando certo potencial de aprovação dos deputados estaduais gaúchos, com 27 reeleitos - 14 remanescentes do MDB e 13 da ARENA - entre os 56 parlamentares.

b) Idade

Quadro 1
FAIXA ETÁRIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS NO DIA DA POSSE

	1947-51	1951-55	1955-59	1959-62	1963-67	1967-70	1971-75	1975-79	1979-82
Até 30 anos	<i>06</i>	<i>08</i>	<i>08</i>	<i>03</i>	-	02	01	02	03
31 a 40 anos	<i>16</i>	<i>22</i>	<i>22</i>	<i>23</i>	<i>31</i>	17	18	14	16
41 a 50 anos	18	20	18	17	17	21	17	25	22
51 a 60 anos	07	01	03	07	05	08	09	11	14
61 a 70 anos	-	-	-	-	-	04	04	03	-
Não localizada	08	04	04	05	02	02	01	01	01
Média	40,76	38,21	38,98	41,06	40,50	43,88	45,48	45,18	44,41
Total	100,00 (N=55)	100,00 (N=55)	100,00 (N=55)	100,00 (N=55)	100,00 (N=55)	100,00 (N=55)	100,00 (N=50)	100,00 (N=56)	100,00 (N=56)

Os números em *itálico* sugerem ter havido um espaço favorável aos mais jovens para eleição e reeleição no período anterior a 1967. O ápice desta fase foi a Legislatura de 1963-1967, em que 56,36% dos parlamentares encontravam-se na casa dos 30 anos, indicador de forte renovação no recrutamento dos deputados. Coincidentemente, esta foi também a Legislatura que apresentou o maior número de cassações.

Na primeira Legislatura eleita após o golpe militar de 1964, pela primeira vez, deputados na casa dos 60 anos se elegeram. A média de idade destes deputados também é maior que a das Legislaturas anteriores a 1967. Isto reforça a idéia que já expusemos em outro quadro, ou seja, de que as Legislaturas durante o Regime Militar apresentaram um índice menor de renovação parlamentar. Neste período, ainda de acordo com o quadro citado, os deputados, além de mais velhos, conseguiram acumular mandatos com maior facilidade, divergindo da situação anterior (1947-1966), quando a renovação parlamentar foi mais intensa, abrindo, conseqüentemente, maiores espaços para a eleição dos mais “jovens”.

Quadro 2
MÉDIA DE IDADE DOS DEPUTADOS ESTADUAIS NO DIA DA POSSE
(1947-1967)

	1947-51	1951-55	1955-59	1959-62	1963-67
PTB	40,47 ¹ (23)	36,05 (20)	38,00 (22)	41,77 (22)	39,50 ² (28)
“Anti-PTB”	41,04 (24)	39,61 (31)	39,72 (29)	40,50 (28)	41,64 (25)
Não localizados	08	04	04	05	02
Total	100,00 (N=55)	100,00 (N=55)	100,00 (N=55)	100,00 (N=55)	100,00 (N=55)

Tomando como categoria de análise a expressão utilizada por Trindade & Noll para definir os partidos que, num quadro de histórica polarização política no Rio Grande do Sul, se opuseram de forma mais ou menos sistemática ao Partido Trabalhista Brasileiro e às demais correntes trabalhistas, sugerimos na tabela seguinte uma análise comparativa de deputados do PTB e dos partidos “anti-PTB”. Este último grupo seria composto pelo PSD, principal adversário eleitoral do PTB no Rio Grande do Sul, a UDN, o PL e o PRP.

Não obstante as diferenças reivindicadas pelos grupos que se enfrentam no cenário político a partir de 1947, o Quadro 2 expõe uma situação de marcada semelhança em termos da média de idade dos deputados no dia da posse, sugerindo uma situação de estabilidade no recrutamento dos representantes no conjunto do polarizado quadro partidário estadual.

Quadro 3
MÉDIA DE IDADE DOS DEPUTADOS ESTADUAIS NO DIA DA POSSE
(1967-1982)

	1967-70	1971-75	1975-79	1979-82
MDB	44,25 (27)	44,39 (23)	42,72 (33)	42,93 (31)
ARENA	43,50 (26)	46,46 (26)	48,86 (22)	46,33 (24)
Não localizados	02	01	01	01
Total	100,00 (N=55)	100,00 (N=50)	100,00 (N=56)	100,00 (N=56)

Analisados os dois últimos quadros, algumas conclusões se impõem. Após a primeira Legislatura – a da Constituinte Estadual de 1947 – a média de idade dos deputados sofre uma leve queda. Se cruzarmos esta informação com aquela relativa ao índice de reeleição do período (1947-51 para 1951-55), constataremos que uma enorme renovação (apenas 10 dos 55 reelegeram-se) trouxe deputados mais jovens

para o cenário político parlamentar. A partir deste indicador, é possível afirmar que a Constituição Estadual de 1947 foi elaborada por um grupo de políticos ligados ao período do Estado Novo e até mesmo anterior, mas que teve sua carreira no parlamento gaúcho rapidamente encerrada e substituída por uma nova geração. Em 1955, apenas dois deputados daquela geração de 1947 reelegeram-se. Na Legislatura posterior, nenhum atuava mais. A idade média de 40 anos daqueles deputados de 1947 sugere que os mesmos foram repelidos do círculo parlamentar antes por motivos estruturais do que por sua idade.

Uma outra ruptura ainda mais marcante foi estabelecida pelo golpe militar de 1964. Deputados na casa dos 30 anos foram tornando-se cada vez mais escassos, sendo que o expurgo dos parlamentares eleitos em 1963 foi fruto da conjuntura repressiva que renovou o quadro político profundamente.

ARENA e MDB só apresentaram certas diferenciações na média de idade nas duas últimas legislaturas, com destaque para a de 1975-79, em que a média dos deputados da ARENA atinge quase os 50 anos. Apenas a título de comparação, tanto a média dos deputados do PTB para 1951-55 (36 anos) quanto a média dos deputados da ARENA para 1975-79 (48 anos) podem ser vistas como indicadores da conjuntura política de suas épocas.

c) Origem

Quadro 4
DEPUTADOS ESTADUAIS DIVIDIDOS POR MESORREGIÕES
DE ORIGEM

Mesorregião	1947-51	1951-55	1955-59	1959-62	1963-67	1967-70	1971-75	1975-79	1979-82
1ª	02	05	03	06	08	04	04	01	-
2ª	10	08	06	04	03	08	07	10	11
3ª	16	15	15	12	10	07 ³	05	05	09
4ª	06	04	06	04	06	09	08	10	07
5ª	07	08	10	09	12	11	12	13	12
6ª	04	08	05	05	06	08	07	08	07
7ª	05	05	09	13 ⁴	09	05	05	05	06
Exterior	01	02	01	02	01	01	01	02	02
Não loc.	04	-	-	-	-	02	01	02	02
TOTAL	100,00 (N=55)	100,00 (N=55)	100,00 (N=55)	100,00 (N=55)	100,00 (N=55)	100,00 (N=55)	100,00 (N=50)	100,00 (N=36)	100,00 (N=36)

³ Nenhum porto-alegrense.

⁴ Topo – coincidência – maior representação do PL durante o período.

Legenda: Divisão do RS por mesorregiões

1ª Mesorregião Centro-Occidental Rio-Grandense:

Microrregião Santiago, Microrregião Santa Maria e Microrregião Restinga Seca.

2ª Mesorregião Centro-Oriental Rio-Grandense:

Microrregião Santa Cruz do Sul, Microrregião Lajeado-Estrela e Microrregião Cachoeira do Sul.

3ª Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre:

Microrregião Montenegro, Microrregião Gramado-Canela, Microrregião São Jerônimo, Microrregião Porto Alegre, Microrregião Osório e Microrregião Camaquã.

4ª Mesorregião Nordeste Rio-Grandense:

Microrregião Guaporé, Microrregião Vacaria e Microrregião Caxias do Sul.

5ª Mesorregião Noroeste Rio-Grandense:

Microrregião Santa Rosa, Microrregião Três Passos, Microrregião Frederico Westphalen, Microrregião Erechim, Microrregião Sananduva, Microrregião Cerro Largo, Microrregião Santo Ângelo, Microrregião Ijuí, Microrregião Carazinho, Microrregião Passo Fundo, Microrregião Cruz Alta, Microrregião Não-me-Toque e Microrregião Soledade.

6ª Mesorregião Sudeste Rio-Grandense:

Microrregião Serras do Sudeste, Microrregião Pelotas, Microrregião Jaguarão e Microrregião Litoral Lagunar.

7ª Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense:

Microrregião Campanha Occidental, Microrregião Campanha Central e Microrregião Campanha Meridional.

As mesorregiões selecionadas referem-se ao local de nascimento dos parlamentares, não nos tendo sido possível identificar em que medida os deputados efetivamente permaneceram vinculados a elas durante sua trajetória política. Em outras palavras, nem sempre o local de nascimento corresponde ao local onde carreiras políticas foram

desenvolvidas e onde se encontrava sua base eleitoral. Pesquisas futuras podem, portanto, vir a relativizar e aprimorar nossas conclusões.

Feita esta importante ressalva metodológica, podemos perceber que se no período anterior ao golpe militar de 1964, a mesorregião da Campanha Meridional (7ª) apresentava expressivo crescimento na sua representação, nas Legislaturas posteriores ela sofreu uma queda significativa. As mesorregiões Nordeste (4ª) e Noroeste (5ª) apresentam um grande crescimento, com destaque para a região Noroeste, a qual, após o golpe, será a mesorregião mais representada na Assembléia Legislativa em todas as Legislaturas. O contraste acima apontado talvez possa ser compreendido no âmbito no crescimento econômico da metade norte do Estado – e do empobrecimento relativo da metade sul - durante toda a segunda metade do século XX. Assim, o declínio da representação da Campanha parece estar associado ao declínio econômico da região. Podemos sugerir, como hipótese de trabalho, que o menor número de representantes na Assembléia tenha provavelmente contribuído para diminuir as oportunidades para a captação de recursos visando a recuperação econômica da região, ao contrário do que ocorria nas mesorregiões Nordeste/Noroeste.

A curva decrescente da representação da 1ª e da 3ª mesorregiões também se apresenta interessante. A mesorregião metropolitana de Porto alegre foi perdendo a hegemonia ao longo dos anos, com uma leve recuperação no final da década de 1970. Mas nenhum decréscimo compara-se ao da Mesorregião de Santa Maria e Santiago (1ª), que, após a década de 1960, viu sua representação declinar até a última Legislatura, quando não se fez representar por nenhum deputado na Assembléia.

Quadro 5
DEPUTADOS ESTADUAIS SEGUNDO MESORREGIÃO
DE ORIGEM E PARTIDO (ARENA e MDB)

Mesorregião	ARENA	MDB
1ª	04	02
2ª	08	10
3ª	05	11
4ª	07	10
5ª	12	12
6ª	10	07
7ª	04	10
Exterior	01	02
Não localizados	02	02
TOTAL	100,00 (N=53)	100,00 (N=66)

O quadro acima demonstra um certo equilíbrio nos números, com exceção da mesorregião porto-alegrense (3^a), que apresenta um predomínio bastante evidente do MDB (dos 5 porto-alegrenses eleitos durante o período 1967-1982, 4 foram pelo MDB), e da mesorregião da Campanha sul (7^a). A hegemonia da quinta mesorregião torna-se evidente em ambos os partidos. Pode-se sugerir que essa região desenvolveu-se econômica e socialmente (nas décadas anteriores) a ponto de possibilitar que “seus filhos” penetrassem no cenário político regional de maneira significativa, compondo 1/5 da elite política gaúcha (no que diz respeito ao parlamento estadual).

Contudo, tais conclusões podem ser perigosas, uma vez que é preciso identificar a representatividade em termos populacionais de cada região apontada. Isto porque a 1^a mesorregião (que abarca as microrregiões de Santa Maria, Santiago e Restinga Seca) com certeza possui população inferior à 5^a mesorregião (que abarca as microrregiões de Santa Rosa, Três Passos, Frederico Westphalen, Erechim, Sananduva, Cerro Largo, Santo Ângelo, Ijuí, Carazinho, Passo Fundo, Cruz Alta, Não-me-Toque e Soledade). Essa diferença populacional pode ter induzido às discrepâncias na representação de ambas as regiões no quadro acima. Contudo, os números ainda são válidos, uma vez que se a compararmos com o contingente populacional da 3^a mesorregião (Porto Alegre e região metropolitana), que possui uma população bastante numerosa, ainda assim a 5^a mesorregião permanece na dianteira.

d) Formação Universitária

Quadro 6
NÍVEL DE DIPLOMAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS
TITULARES E SUPLENTES POR LEGISLATURA (%)

	1947-51	1951-55	1955-59	1959-62	1963-67	1967-70	1971-75	1975-79	1979-82
Com formação superior	41,57	56,80	60,19	50,86	47,45	54,38	50,94	58,93	58,33
Sem formação superior	03,38	40,74	35,93	43,11	48,31	43,86	47,17	39,28	41,67
Informação não localizada	55,05	02,46	03,88	06,03	04,24	01,76	01,89	01,79	00,00
Total	100,00 (N=89)	100,00 (N=81)	100,00 (N=103)	100,00 (N=116)	100,00 (N=118)	100,00 (N=57)	100,00 (N=53)	100,00 (N=56)	100,00 (N=60)

Foram considerados com curso superior:

Advogados, Médicos, Psicólogos, Arquitetos, Economistas, Engenheiros, Dentistas, Veterinários, Promotores Públicos, Botânicos, Farmacêuticos, Químicos, Professores Universitários e Agrônomos.

Foram considerados sem curso superior:

Jornalistas, Contadores, Magistério estadual, Funcionários Públicos, Militares, Comerciantes, Industrialistas, além de outros pouco representativos.

Os percentuais relativos à formação universitária entre os deputados estaduais oscilam entre 40 e 60% no período estudado.

O percentual de diplomados universitários sobe de 47,5% na primeira Legislatura para 56,8% e 60,1% na segunda e terceira Legislaturas, respectivamente. Este percentual começa a cair em seguida: na 4ª Legislatura, isto é, entre 1959 e 1962, para 50,8% e, em seguida, para 47,4%. Este último percentual, relativo à Legislatura que foi marcada pelo golpe militar de 31 de março de 1964 e pelas cassações que se seguiram, mostra o impacto significativo da presença de suplentes nos totais. Com efeito, os dados sugerem que o nível de formação difere entre titulares e suplentes e que um número maior de suplentes entre os deputados, como ocorreu na 4ª e na 5ª Legislaturas, tende a fazer cair o percentual de deputados com formação universitária.

Assim, o percentual de diplomados é sensivelmente superior entre os titulares, o que sugere a maior e mais longa preparação para a carreira política daqueles melhor sucedidos na competição eleitoral.

Quadro 7
CURSO UNIVERSITÁRIO ENTRE OS DEPUTADOS
ESTADUAIS COM EDUCAÇÃO SUPERIOR (%)

Curso	1947-51	1951-55	1955-59	1959-62	1963-67	1967-70	1971-75	1975-79	1979-82
Direito	21 63,64	25 75,76	29 78,37	33 91,68	29 80,59	29 87,88	24 82,79	26 72,26	24 66,71
Arquitetura	-	-	-	-	-	-	1 03,44	1 02,77	-
Engenharia	2 06,06	3 09,09	2 05,41	2 05,55	1 02,77	1 03,03	1 03,44	1 02,77	2 05,55
Economia	-	2 06,06	2 05,41	1 02,77	2 05,55	1 03,03	2 06,89	3 08,33	2 05,55
Agronomia	2 06,06	-	-	-	-	-	-	-	-
Medicina	6 18,18	1 03,03	4 10,81	-	2 05,55	2 06,06	-	2 05,55	2 05,55
Odontologia	-	1 03,03	-	-	-	-	-	2 05,55	2 05,55
Veterinária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Psicologia	-	-	-	-	-	-	1 03,44	1 02,77	1 02,77
Química	1 03,03	-	-	-	1 02,77	-	-	-	-
Educação Física	-	-	-	-	-	-	-	-	1 02,77
Formação Desconhecida	1 03,03	1 03,03	-	-	1 02,77	-	-	-	2 05,55
Total	100,00 (N=33)	100,00 (N=33)	100,00 (N=37)	100,00 (N=36)	100,00 (N=36)	100,00 (N=33)	100,00 (N=29)	100,00 (N=36)	100,00 (N=36)

e) Ocupação profissional

Quadro 8
OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS DEPUTADOS
ESTADUAIS TITULARES POR LEGISLATURA

	1947- 1951	1951- 1955	1955- 1959	1959- 1962	1963- 1967	1967- 1970	1971- 1975	1975- 1979	1979- 1982
Advogado	19	26	28	31	27	26	23	23	20
Engenheiro	1	3	2	2	1	1	1	1	2
Arquiteto							1	1	
Professor Universitário	3	1			1			1	6
Médico	6	1	4		2	2		2	2
Dentista		1						2	2
Veterinário									
Farmacêutico			1	1					
Jornalista		2	2	1	1	1			
Economista	1	1	2	1	2	1	2	3	2
Contador	1	4	2	3	2	3	3		
Bancário		1		1	2			1	1
Agrônomo	1								
Químico					1				
Ferrovário			1						
Técnico		1						1	2
Marceneiro		1							
Telegrafista		1							
Empregados Público				2	5	6	7	7	6
Magistério estadual		2	1	1	1	2	1		
Promotor	1		1	2	1	2	1	1	
Militar	1	2	2	1	1		1	1	2
Industrial	1	2	1	2	1	2	2	3	4
Comerciante	1	5	5	4	4	5	4	4	3
Agro-pecuarista		1	2	2	3	3	3	3	3
Estudante								1	1
Sem informação	19		1	1		1	1	1	
Total	55	55	55	55	55	55	50	56	56

Quadro 9
OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DOS 5
PARTIDOS COM MAIOR REPRESENTAÇÃO ENTRE 1947 E 1967

	PTB	PSD	PL	PRP	UDN
Advogado	37	25	10	02	05
Médico/Dentista	06	01	02	02	01
Engenheiros/Agrônomo/ Químico	06	02			
Economista/Contador	04	01	01	02	
Jornalista	01	01			
Professor Universitário			01		
Magistério estadual	02				
Funcionário Público	05				
Funcionário da Justiça	01	01	01		
Militar	02	02			
Agro-pecuarista	01	02			
Comércio/Indústria	09	05		05	
Bancário		01	01		
Outros ¹	04			01	01
Desconhece-se	08	09	01	01	02
Subtotal	86	50	17	13	09
Total	175				

Quarenta e quatro (44) dos 175 deputados selecionados apresentaram mais de uma ocupação profissional. O número com certeza é maior, mas um levantamento rigoroso de outras ocupações não foi possível no quadro de tempo restrito desta pesquisa. Procurou-se indicar a profissão do deputado antes do seu primeiro mandato para a Assembléia Legislativa, ou seja, aquela que lhe ofereceu um potencial eleitoral para o ingresso na carreira parlamentar. Também se priorizou considerar como a profissão principal (entre aqueles que possuíam mais de uma) aquela oriunda de formação superior, isto é, advogados, médicos, engenheiros, dentistas e economistas. Devido ao problema da acumulação de ocupações, comum quando se busca aplicar este tipo de metodologia, algumas distorções são difíceis de resolver, como por exemplo, o fato de muitos deputados terem também atuado como professores universitários e não apenas o único indicado no Quadro 8.

Com efeito, não era raro que médicos e advogados dedicassem parte do seu tempo à docência universitária. No caso da presença, na biografia de um parlamentar, de duas profissões de curso superior, optou-se por colocar a docência universitária em segundo plano, privilegiando sempre a advocacia e a medicina.

O campo “funcionários públicos” também deve ser analisado com cautela. Nele podem ser incluídos os “funcionários da Justiça”, o “magistério estadual” e os “militares”, discriminados na tabela acima de maneira separada. Assim, quando agrupamos estas categorias numa categoria mais abrangente como funcionalismo/burocracia (ver Quadro 10), o número de funcionários cresce bastante entre os deputados.

É preciso ainda levar em conta que muitos médicos, advogados, professores e engenheiros exerceram em algum momento, e eventualmente ainda exerciam por ocasião de sua diplomação como deputado; atividades no serviço público. O fato de em suas fichas aparecerem as profissões – a apresentação como diplomado universitário é quase sempre um indicador de prestígio social e é invariavelmente preferida à identificação como servidor público não exclui a hipótese dos mesmos as terem exercido como funcionários públicos, o que de fato aconteceu em muitas ocasiões.

Outro problema comum é o da ligação com o setor agro-pecuário e o da indústria e comércio. Muitos deputados apresentam-se apenas com estas ocupações, mas muitos outros são advogados/pecuaristas, engenheiros/pecuaristas ou médicos/industriais. Optou-se, por razões de natureza técnica, por manter sempre a ocupação ligada à formação superior.

O número acima evidencia que o domínio dos advogados no parlamento estadual, tendência iniciada no século XIX, manteve-se forte. Mais de 50% dos representantes eleitos pelo PL, pela UDN e pelo PSD eram advogados. O PTB apresentou 43%. A exceção foi o PRP, cujo índice de advogados é de apenas 15%. Aliás, este partido é também o que apresentou o menor número de deputados com curso superior, atingindo apenas 30%, conforme o quadro abaixo:

Quadro 10
NÍVEL DE DIPLOMAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS
DOS 5 PARTIDOS COM MAIOR REPRESENTAÇÃO
NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (1947-1967)

	PTB	PSD	PL	PRP	UDN
Com formação superior	53 (61,62)	28 (56,00)	14 (82,35)	04 (30,77)	06 (66,66)
Sem formação superior	25 (29,07)	13 (26,00)	02 (11,77)	08 (61,54)	01 (11,12)
Desconhece-se	08 (09,31)	09 (18,00)	01 (05,88)	01 (07,69)	02 (22,22)
TOTAL	86	50	17	13	09

Dos partidos com bancada na Assembléia gaúcha durante o chamado período democrático, o PL é de longe aquele que apresenta o maior índice de titulação de seus deputados, com mais de 82% do total. O PRP ocupa a posição inversa: é o partido com menor número de diplomados universitários. Sociologicamente, este é entre todos o dado mais interessante, posto que é aquele que apresenta o resultado “desviante” em relação aos demais partidos. Que razões explicam que 3 em cada 5 deputados do PRP não possuam diploma de curso superior num meio em que este diploma aparece quase como pré-requisito para alavancar uma carreira? Talvez uma explicação se encontre na implantação do PRP em áreas rurais afastadas dos tradicionais centros de formação superior do Estado ou, ainda, na atração que o partido oferecia a setores de classe média baixa urbana que não dispunham de acesso fácil ao ensino superior. De qualquer forma, uma investigação prosopográfica das lideranças do PRP e de seu eleitorado permitiria dirimir tal dúvida.

Entre os demais partidos, verifica-se pouca oscilação, aproximando-se a proporção de diplomados aproximando-se dos dois terços entre os deputados cujos níveis de escolarização eram conhecidos. De qualquer forma, estes números deixam claro que a diplomação universitária parece constituir um atributo necessário para o sucesso numa trajetória política no parlamento estadual, isso para uma maioria de partidos com bancada na Assembléia.

Quadro 11
OCUPAÇÃO PROFISSIONAL POR PARTIDO POLÍTICO (1967-1982)

Profissão/Ocupação	ARENA	MDB
Advogado	20	28
Arquiteto	-	01
Engenheiro	02	01
Professor Universitário	03	03
Magistério estadual	-	02
Médico	03	03
Empregado Público	07	07
Promotor	01	02
Contador	03	-
Bancário	-	01
Economista	01	03
Comerciante	04	03
Industrial	01	05
Agro-pecuarista	02	04
Militar	02	-
Dentista	01	01
Estudante	01	-
Técnico	02	-
Radialista	-	01

Quadro 12
NÍVEL DE DIPLOMAÇÃO POR PARTIDO POLÍTICO (1967-1982)

	ARENA	MDB	Total
Com formação superior	33 (62,26%)	43 (65,15%)	76
Sem formação superior	20 (37,74%)	22 (33,33%)	42
Não identificado	-	1 (01,52%)	1
Total deputados	53 (100,00%)	66 (100,00%)	119

Quadro 13
NÚMERO DE DEPUTADOS ESTADUAIS POR PARTIDO (1947-1967) – (%)

Partido	Parlamentares
ARS	01 (00,52)
MTR	02 (01,06)
PCB	03 (01,57)
PDC	05 (02,63)
PL	17 (08,95)
PR	01 (00,52)
PRP	13 (06,85)
PSB	01 (00,52)
PSD	50 (26,32)
PSP	02 (01,06)
PTB	86 (45,27)
UDN	09 (04,74)
Total	190 (100,00)

OBS.: Alguns deputados elegeram-se por diferentes legendas, como foi o caso de Candido Norberto (PSB/PL/MTR). Neste quadro optamos por colocar apenas o primeiro partido do deputado a fim de não alterar o número total de parlamentares (190). Acreditamos que o pequeno número de casos e de partidos envolvidos não altere significativamente os percentuais indicados acima.

O Quadro 13 mostra o número de deputados atuantes por partido durante a vigência do multipartidarismo. Trata-se de um levantamento nominal, que atravessa várias legislaturas e inclui deputados que foram reeleitos várias vezes e deputados eleitos uma só vez. Os dados ilustram a presença marcante do PTB, que, sozinho, teve em seus quadros 45% do total de deputados que atuaram na Assembléia durante o período!

NOMINATA GERAL DE DEPUTADOS (1947-1982)

DEPUTADOS ESTADUAIS NA 1.ª LEGISLATURA (1947-1951)

TITULARES		
01	Antônio Maria da Silva Filho	PL
02	Carlos Maurício Werlang	PRP
03	Albano José Wolkmer	PSD
04	Antônio Jose Campani	PSD
05	Asterio de Mello	PSD
06	Francisco Brochado da Rocha	PSD
07	Frederico Guilherme Schimdt	PSD
08	Guilherme Alfredo Oscar Hildebrand	PSD
09	Nicanor da Luz	PSD
10	Reinaldo Roesch	PSD
11	Affonso de Assumpção Vianna	PTB
12	Álvaro Ribeiro Pereira	PTB
13	Floriane Neves da Fontoura	PTB
14	Guilherme Mariante	PTB
15	João Nunes de Campos	PTB
16	Odilio Martins de Araújo	PTB
17	Raymundo Fiorelo Zanin	PTB
18	Daniel Krieger	UDN
19	Oswaldo Bastos	UDN
20	Antônio Ribas Pinheiro Machado Netto	PCB
21	Américo Godoy Ilha	PSD
22	Jacinto Marinho Fernandes da Rosa	PSD
23	Tarso de Moraes Dutra	PSD
24	Aquiles Mincarone	PTB
25	Jorge Germano Sperb	PTB
26	Rodrigo Magalhães dos Santos	PTB
27	Unirio Carrera Machado	PTB
28	Victor Oscar Graeff	UDN
29	Nestor Jost	PSD
30	Egydio Michaelson	PTB
31	Hermes Pereira de Souza	PSD
32	Paulo Costa da Silva Couto	PTB
33	Edgar Luiz Schneider	PL
34	Luciano Corrêa Machado	PSD
35	João Belchior Marques Goulart	PTB
36	Joaquim Duval	PSD
37	João Lino Braun	PTB
38	Luiz Alexandre Compagnoni	PRP
39	Celeste Gobbato	PTB
40	Humberto Gobbi	PTB
41	Helmuth Closs	PRP
42	Fernando Ferrari	PTB

43	Leonel de Moura Brizola	PTB
44	Guido Giacomazzi	PTB
45	Dionélio Machado	PCB
46	Bruno Born	UDN
47	Wolfran Metzler	PRP
48	Oscar Carneiro da Fontoura	PSD
49	Carlos de Brito Velho	PL
50	César José dos Santos	PTB
51	José Diogo Brochado da Rocha	PTB
52	Ataliba Figueiredo Paz	PTB
53	Mem de Sá Azambuja	PL
54	Otto Alcides Ohlweiler	PCB
55	Henrique Fonseca de Araújo	PL
SUPLENTE		
01	Adão Paulo de Brum Viana	PTB
02	Alcides Flores Soares Júnior	UDN
03	Alvaro Batista Magalhães	PL
04	Andrino Braga	PRP
05	Athos de Moraes Fortes	PSD
06	Breno Ritter	PL
07	Caio Gracho Serrano	PSD
08	Cândido Machado Carrion	PSD
09	Carlos da Silva Santos	PSD
10	Erico Lourenço Lima	PTB
11	Ernani A. Cardoso	
12	Gabriel Miranda Obino	PSD
13	Hugo di Primio Paz	PRP
14	Idefonso Carvalho	PTB
15	Jeronimo Mércio Silveira	PSD
16	João Macedo Linhares	PSD
17	Julio Teixeira	PCB
18	Leopoldo Machado Soares	PTB
19	Lucídio Ramos	PL
20	Manoel Jover Telles	PCB
21	Manoel Rodrigues de Athayde	UDN
22	Marcial Gonçalves Terra	PSD
23	Moacir Dorneles	PSD
24	Ney Câmara	PRP
25	Nilo Ruschel	PTB
26	Norival Paranaguá de Andrade	PTB
27	Oibrecy Verney da Silva	PTB
28	Oscar da Costa Karnal	UDN
29	Roque Aita Júnior	PSD
30	Saul Irineu Farina	PTB
31	Sezefredo A. Vieira	PRP
32	Ulisses Rodrigues	PSD
33	Ulrich	PSD
34	Walter Peracchi Barcellos	PSD

DEPUTADOS ESTADUAIS NA 2.^a LEGISLATURA (1951-1955)

TITULARES		
01	Adalmiro Bandeira de Moura	PSP
02	Adílio Martins Vianna	PTB
03	Alberto Hoffman	PRP
04	Alcides Flores Soares Júnior	UDN
05	Aldo Angelo Arioli	PSD
06	Alfredo Leandro Carlson	PTB
07	Ariosto Jaeger	PSD
08	Arthur Bachini	UDN
09	Cândido Norberto dos Santos	PSB
10	Croacy Cavalheiro de Oliveira	PTB
11	Daniel Dipp	PTB
12	Derly de Azevedo Chaves	PSP
13	Francisco Solano Borges	PL
14	Guido Fernando Mondin	PRP
15	Heitor Galant	PL
16	Hélio Alves de Oliveira	PL
17	Hélio Cartomagno	PSD
18	Helmuth Closs	PRP
19	Jacinto Marinho Fernandes da Rosa	PSD
20	João Batista Marchese	PSD
21	João Caruso Scuderi	PTB
22	João Lino Braun	PTB
23	José Marques da Rocha	PSD
24	Leodegário Adail de Moraes	PSD
25	Leonel de Moura Brizola	PTB
26	Leonel Mantovani	UDN
27	Liberato Salzano Vieira da Cunha	PSD
28	Mário Carlos de Bem Osório	PTB
29	Mario de Lima Beck	PL
30	Mário Lampert	PSD
31	Mem de Sá Azambuja	PL
32	Miguel de Castro Moreira	PSD
33	Miguel Olive Leite	PTB
34	Nestor Pereira	PRP
35	Norberto Harald Schmidt	PL
36	Odalgiro Gomes Corrêa	PSD
37	Osmar da Rocha Grafulha	PTB
38	Pio Müller da Fontoura	PSD
39	Pompílio Gomes Sobrinho	PSD
40	Porcínio Borges Pinto	PSD
41	Procópio Duval Gomes Freitas	PSD
42	Raul Antônio Armando Pereira	PTB

43	Romeu Roeze Scheibe	PSD
44	Rubem Bento Alves	PTB
45	Ruy Rocha Noronha de Mello	PTB
46	Siegfried Emanuel Heuser	PTB
47	Suely Gomes de Oliveira	PTB
48	Sylvio Umberto Ulderico Sanson	PTB
49	Theobaldo Neumann	PTB
50	Unirio Carrera Machado	PTB
51	Victor Oscar Graeff	UDN
52	Waldomiro Vasconcelos Domingues	PTB
53	Walter Peracchi Barcellos	PSD
54	Wilson Vargas da Silveira	PTB
55	Zacarias Albuquerque de Azevedo	PTB
SUPLENTE		
01	Alcíbio Nunes	PTB
02	Alter Cintra de Oliveira	PTB
03	Beno Kaefffer	PRP
04	Eduardo Zasso	PRP
05	Ernani Corrêa Reichmann	PRP
06	Ernesto Wunderlich	PSD
07	Flávio Menna Barreto Mattos	PSD
08	Geraldo Octavio Brochado da Rocha	PTB
09	Gilberto Almeida de Morais	PRP
10	Gregorio Beheregaray Filho	UDN
11	Henrique de Souza Gomes	PTB
12	Iris Ferrari Valls	PTB
13	Jorge Germano Sperb	PTB
14	Jorge Penia Rodrigues	PSB
15	Josué Favaro	PRP
16	Leopoldo Westendorff	PSP
17	Luiz Soares Sarmiento Barata	PTB
18	Manoel Ramos de Castilhos	PL
19	Marcus Melzer	UDN
20	Marcus Soilbelmann Melzer	UDN
21	Mário Sperb	UDN
22	Milton Rosa	PTB
23	Othon Blessman	PL
24	Pedro Rossi	PRP
25	Tristão Sucupira Vianna	PTB
26	Werner Bruno Fritz	PRP
27	Alcíbio Nunes	PTB

DEPUTADOS ESTADUAIS NA 3.^a LEGISLATURA (1955-1959)

TITULARES		
01	Abelardo José Nácul	PSD
02	Adalmiro Bandeira de Moura	PSP
03	Alberto Elias Carneiro	PTB
04	Alberto Hoffman	PRP
05	Alcides Flores Soares Júnior	UDN
06	Amadeu Ferreira Weimann	PL
07	Ariosto Jaeger	PSD
08	Armando Temperani Pereira	PTB
09	Arno Fernando Arnt	PRP
10	Arthur Bachini	UDN
11	Augusto Nascimento e Silva	PSD
12	Ayrton d'Avila Barnasque	PTB
13	Camilo Alves Gisler	PTB
14	Cândido Norberto dos Santos	PSB
15	Daniel Barnewitz Ribeiro	PTB
16	Domingos Francisco Spolidoro	PTB
17	Francisco Solano Borges	PL
18	Heitor Galant	PL
19	Heitor Silveira Campos	PTB
20	Hélio Carlomagno	PSD
21	Henrique Fonseca de Araújo	PL
22	Hipólito Jesus do Amaral Ribeiro	PSD
23	Jethro Jairo de Macedo Brum	PTB
24	João Batista Marchese	PSD
25	Joaquim de Deus Nunes	PSD
26	José Arlindo Kunzler	PSD
27	José Lamaison Porto	PSP
28	José Mariano de Freitas Beck	PTB
29	Justino da Costa Quintana	PTB
30	Lauro Franco Leitão	PSD
31	Liberato Salzano Vieira da Cunha	PSD
32	Manoel Braga Gastal	PL
33	Mário Vieira Marques	PTB
34	Múcio de Castro	PTB
35	Norberto Harald Schmidt	PL
36	Olintho Aramy Silva	PTB
37	Onil Xavier dos Santos	PRP
38	Osmar da Rocha Grafulha	PTB
39	Paulo Brossard de Souza Pinto	PL
40	Paulo Mincarone	PTB
41	Pedro Affonso Anschau	PRP
42	Plauto de Abreu	PSD

43	Pompílio Gomes Sobrinho	PSD
44	Porcínio Borges Pinto	PSD
45	Raul Antônio Armando Pereira	PTB
46	Romeu Roeze Scheibe	PSD
47	Rubem Bento Alves	PTB
48	Siegfried Emanuel Heuser	PTB
49	Suely Gomes de Oliveira	PTB
50	Theobaldo Neumann	PTB
51	Victor Oscar Graeff	UDN
52	Waldemar Rodrigues da Silva	PTB
53	Walter Giordano Alves	PTB
54	Walter Peracchi Barcellos	PSD
55	Wilson Vargas da Silveira	PTB
SUPLENTE		
01	Abilio Arno Artemink	PRP
02	Affonso Teixeira Netto	PSD
03	Alberto André	PL
04	Albino Spohr	PRP
05	Alcides Costa	PTB
06	Aldo Angelo Arioli	PSD
07	Antonino Fornari	PSD
08	Antônio Chiarello	PTB
09	Antônio Manica	PTB
10	Aristides Basílio de Campos	PTB
11	Armando Scaglia Barleze	PSP
12	Arry Ruy Ritter	PRP
13	Carlos de Souza Moraes	PSD
14	Carlos Fernando Bertola	PSD
15	Dalton de Bem Stumpf	PSD
16	Darcy Berbigier	PSD
17	Elpídio Fialho	PSD
18	Eraldo Staub	PRP
19	Fernando Jorge Schneider	PL
20	Fernando Sinotti	PSP
21	Guilherme Groisman	PTB
22	Gustavo Langsch	PSD
23	Hélio Helbert dos Santos	PSD
24	Hugo Berta	PRP
25	João Caruso Scuderi	PTB
26	Joaquim Porto Vilanova	PTB
27	José de Oliveira Rosa	PL
28	José Saling Filho	PRP
29	Josino Assis	PTB
30	Juracy de Assis Machado	PRP
31	Luiz Marcantônio Grezzana	PSD
32	Mario de Lima Beck	PL
33	Milton Garcia Dutra	PTB
34	Milton Serres Rodrigues	PTB
35	Olimpio Oltramari	PSD

36	Othon Blessman	PL
37	Pedro Camrgo de Azevedo	PSD
38	Pedro de Arbues Martins Alvarez	PSB
39	Plauto de Almeida	PL
40	Plauto Tuyuti da Rocha	PTB
41	Poty Irineu de Medeiros	UDN
42	Raul Gudolle	PSD
43	Rubaldo José Schuch	PRP
44	Ruy Piegas Silveira	PL
45	Sacrovir do Canto Lisboa	PTB
46	Sebastião Vasconcellos	PSD
47	Sereno Chaise	PTB
48	Wilson Watson Weber	PSP

DEPUTADOS ESTADUAIS NA 4.^a LEGISLATURA (1959-1963)

TITULARES		
01	Adalmiro Bandeira de Moura	PSP
02	Alcides Costa	PTB
03	Ariosto Jaeger	PSD
04	Arthur Bachini	UDN
05	Ary da Silva Delgado	PSD
06	Athayde Pacheco Martins	PTB
07	Ayrton d'Avila Barnasque	PTB
08	Cândido Norberto dos Santos	PL
09	Carlos da Silva Santos	PTB
10	Daniel Barnewitz Ribeiro	PTB
11	Domingos Francisco Spolidoro	PTB
12	Egon Renner	PRP
13	Euclides Nicolau Kliemann	PSD
14	Francisco Solano Borges	PL
15	Getúlio Marcantônio	PL
16	Gudbem Borges Castanheira	PL
17	Gustavo Langsch	PSD
18	Harry Alziro Sauer	PTB
19	Heitor Galant	PL
20	Hélio Carlomagno	PSD
21	Hélvio Jobim	PSD
22	Jethro Jairo de Macedo Brum	PTB
23	João Carlos Gastal	PTB
24	João Caruso Scuderi	PTB
25	José Alexandre Zachia	PDC
26	José Arlindo Kunzler	PSD
27	José Lamaison Porto	PSP
28	José Vecchio	PTB
29	Justino da Costa Quintana	PTB
30	Lauro Franco Leitão	PSD
31	Leocádio de Almeida Antunes	PTB

32	Luciano Corrêa Machado	PSD
33	Manoel Braga Gastal	PL
34	Marcírio Goulart Loureiro	PTB
35	Mario Mondino	PDC
36	Mário Vieira Marques	PTB
37	Milton Garcia Dutra	PTB
38	Moab Caldas	PSD
39	Naio Lopes de Almeida	PSD
40	Ney Ortiz Borges	PTB
41	Onil Xavier dos Santos	PRP
42	Paulo Brossard de Souza Pinto	PL
43	Paulo Costa da Silva Couto	PTB
44	Pedro Affonso Anschau	PRP
45	Pedro Alvarez	PR
46	Pedro Gonzales Tassis	PTB
47	Porcínio Borges Pinto	PSD
48	Poty Irineu de Medeiros	UDN
49	Romeu Roeze Scheibe	PSD
50	Seno Fredeico Ludwig	PTB
51	Sereno Chaise	PTB
52	Siegfried Emanuel Heuser	PTB
53	Suely Gomes de Oliveira	PTB
54	Synval Sebastião Duarte Guazzeli	UDN
55	Zaire Nunes Pereira	PTB
SUPLENTE		
01	Abilio Arno Artemink	PRP
02	Adão Henrique Fett	PL
03	Adaury Pinto Filipp	PSP
04	Alberto Almeida de Godoy	PL
05	Aldo Menotti Sirangelo	PTB
06	Alexandre Aurélio Pedron	UDN
07	Alfredo Augusto Hoffmeister	PSD
08	Alvaro Novaes Filho	PSD
09	Anibaldo Renck	PL
10	Antenor Pereira	PTB
11	Antero Simões	PL
12	Antonino Fornari	PSD
13	Antônio Bresolin	PTB
14	Antônio Chiarello	PTB
15	Antônio de Pádua Ferreira da Silva	PTB
16	Aristides Milano	PRP
17	Armando Hipólito dos Santos	PL
18	Armando Prates Dias	UDN
19	Arnoldo Schiphorst Júnior	PSP
20	Athaydes Rodrigues	PR

21	Delmar de Araújo Ribeiro	UDN
22	Dionísio R. Domingos Peretti	PL
23	Domingos Rosa de Oliveira	PL
24	Elbio Vieira Vargas	PTB
25	Enio Joaquim Beltrami	PL
26	Enio Peixoto Espellet	PL
27	Epitácio Jacques de Queiroz	PTB
28	Ernesto Lavratti	PTB
29	Favorino Bastos Mércio	PSD
30	Fernando Gay da Fonseca	PDC
31	Fernando Wunderlich	PSP
32	Guido Lermen	PDC
33	Guilherme do Valle Tönniges	PTB
34	Heitor Silveira Campos	PTB
35	Jorge Alberto Campezzato	PR
36	José Cavalli	PTB
37	José Gomes de Souza	UDN
38	José Lindolpho Hummes	PSD
39	José Mariano de Freitas Beck	PTB
40	Lauro Pereira Rodrigues	PTB
41	Libório Fregapani	PL
42	Manoel Corrêa Soares	PTB
43	Mauro da Silva Motta	PSD
44	Nicomendes de Freitas Becon	PSD
45	Osmany Martins Veras	PTB
46	Pedro Azevedo Pereira	PL
47	Pedro José Dreon Fogliatto	PL
48	Pedro Prolo	PSD
49	Pio Müller da Fontoura	PSD
50	Reinholdo Kommers	PRP
51	Remigio Nodari	PTB
52	Renato Alves de Oliveira	PTB
53	Romeu Barleze	PTB
54	Ruy Adolfo Kaercher	PL
55	Solon Andrade Silveira	PL
56	Telmo Miranda de Oliveira	PL
57	Thales Faria Brenner	PTB
58	Túlio Fontoura	PSD
59	Vicente Martins Real	PR
60	Vitor Hugo Soares Leal	PTB
61	Wenceslau Braga	PL

DEPUTADOS ESTADUAIS NA 5.^a LEGISLATURA (1963-1967)

TITULARES		
01	Adolpho Puggina	PDC
02	Alberto Hoffman	PRP
03	Aldo da Silva Fagundes	PTB
04	Alexandre Machado da Silva	PDS
05	Álvaro Petracco da Cunha	PTB
06	Antonino Fornari	PSD
07	Antônio Setembrino Mesquita	PRP
08	Antônio Visintainer	PTB
09	Ariosto Jaeger	PSD
10	Arthur Bachini	UDN
11	Ary da Silva Delgado	PSD
12	Ayrton d'Avila Barnasque	PTB
13	Beno Orlando Burmann	PTB
14	Cândido Norberto dos Santos	MTR
15	Dario Beltrão	PL
16	Euclydes Nicolau Kliemann	PSD
17	Flávio Antônio Lopes Ramos	MTR
18	Francisco Solano Borges	PL
19	Getúlio Marcantônio	PL
20	Gudbem Borges Castanheira	PL
21	Gustavo Langsch	PSD
22	Harry Alziro Sauer	PTB
23	Hed Santos Borges	PSD
24	Heitor Silveira Campos	MTR
25	Hélio Ricardo Carneiro da Fontoura	PTB
26	Henrique Henkin	PTB
27	Honório Pereira Severo	PL
28	João Brusa Netto	PTB
29	João Caruso Scuderi	PTB
30	José Arlindo Kunzler	PDS
31	José Augusto Amaral de Souza	PDS
32	José Fidelis Ramos Coelho	PTB
33	José Lamaison Porto	PTB
34	José Sperb Sanseverino	PDC
35	Justino da Costa Quintana	PTB
36	Marcício Goulart Loureiro	PTB
37	Marino Rodrigues dos Santos	ARS
38	Mario Mondino	PDC
39	Nelson Marchezan	PDC
40	Oscar Badrig Westendorff	PRP
41	Osmar Lautenschleiger	MTR
42	Paulo Brossard de Souza Pinto	PL

43	Pedro Jorge Simon	PTB
44	Porcínio Borges Pinto	PSD
45	Poty Irineu de Medeiros	UDN
46	Reinaldo Cherubini	PSD
47	Rubens Dario Porciuncula	PTB
48	Seno Fredeico Ludwig	PTB
49	Sereno Chaise	PTB
50	Siegfried Emanuel Heuser	PTB
51	Suely Gomes de Oliveira	PTB
52	Synval Sebastião Duarte Guazzeli	UDN
53	Walter Bertolucci	PTB
54	Wilmar Corrêa Taborda	PTB
55	Wilson Vargas da Silveira	PTB
SUPLENTE		
01	Adauto Amorim dos Santos	PTB
02	Adriano Dias	PRP
03	Adroaldo Streck	MTR
04	Aduci João Thomaz	UDN
05	Alcides Costa	PTB
06	Alfredo Augusto Hoffmeister	PSD
07	Alino Dorenzini	PDC
08	Aloysio Alcides Friedrich	MTR
09	Anildo José Sarturi	PDC
10	Antônio José de Assis Brasil	PL
11	Antônio Olinto Meurer	PRP
12	Aristides Dias Macedo	PL
13	Atila Simões Duarte	PTB
14	Augusto Muniz Reis	PSD
15	Benjamin da Silva Osório	PTB
16	Bruno Segalla	ARS
17	Carlos da Silva Marques	PTB
18	Carlos da Silva Santos	PTB
19	Danton Gentil Hartmann	PRP
20	Darcilio Ivo Giacomazzi	PTB
21	Darcy Conceição	PSD
22	Dario Antônio Martins Furtado	PTB
23	Enilton Grill	PTB
24	Feliciano Hamerski	UDN
25	Guilherme Dorfey	PRP
26	Hélio de Souza Santos	PL
27	Hélio Rosa Filho	PDC
28	Henrique Domingos Faillace	UDN
29	Hilson Scherer Dias	PTB
30	Ivo Sprandel	PTB
31	Jaime Medeiros Pinto	PTB
32	Jorge Alberto Beck Mendes Ribeiro	UDN

33	Jorge André Prates Avelin e	PTB
34	José Bacchieri Duarte	PSD
35	José Barcellos Garcia	PDC
36	José do Patrocínio Motta	PL
37	José Westphalen Corrêa	PSD
38	Julio Brunelli	UDN
39	Larry Pinto de Faria	UDN
40	Lauro Navegantes Gomes	PRP
41	Lidovino Antônio Fanton	PTB
42	Luiz Augusto Sommer de Azambuja	PDC
43	Maria Else Iris Potthoff Corrêa Lopes	PDC
44	Marino Job Abrahão	MTR
45	Mauro da Silva Motta	PSD
46	Miguel Francisco Szostkiewicz	PRP
47	Miguel Francisco Xavier da Costa	MTR
48	Moab Caldas	PTB
49	Noly Joner	PTB
50	Octávio Omar Cardoso	PL
51	Omar Ferri	PTB
52	Oscar Luiz Osório Rheingantz	PDC
53	Osmany Martins Veras	PTB
54	Raul Dias Leal	PTB
55	Raul Rosalino Bigarella	PRP
56	Romeu Roeze Scheibe	PSD
57	Rudolfo Arno Goldhardt	PRP
58	Santiago Gusmão	PTB
59	Seno Fredeico Ludwig	PTB
60	Valdir Antônio Lopes	PTB
61	Vicente Gomes de Campos	PSD
62	Waldyr Ramos Borges	PTB
63	Walmir Gomes de Melo	PTB
64	Zaira de Siqueira Folly	MTR
65	Adauto Amorim dos Santos	PTB

DEPUTADOS ESTADUAIS NA 6.^a LEGISLATURA (1967-1970)

TITULARES		
01	Adolpho Puggina	Arena
02	Alcides Costa	MDB
03	Alexandre Machado da Silva	Arena
04	Alfredo Augusto Hoffmeister	Arena
05	Antonino Fornari	Arena
06	Antônio Carlos Rosa Flores	MDB
07	Antônio Setembrino Mesquita	Arena
08	Ariosto Jaeger	Arena
09	Aristides Bertuol	MDB
10	Ary da Silva Delgado	Arena
11	Ayrton d'Avila Barnasque	MDB
12	Carlos da Silva Santos	MDB
13	Celestino Granato Goulart	Arena
14	Celso Testa	MDB
15	Darcilio Ivo Giacomazzi	MDB
16	Elizio Telli	Arena
17	Fernando Gonçalves	Arena
18	Flávio Antônio Lopes Ramos	MDB
19	Francisco Solano Borges	Arena
20	Getúlio Marcantônio	Arena
21	Harry Alziro Sauer	MDB
22	Hed Santos Borges	Arena
23	Ivo Sprandel	MDB
24	João Brusa Netto	MDB
25	José Hugo Mardini	Arena
26	José Pederzolli Sobrinho	Arena
27	José Sanfelice Neto	MDB
28	Julio Brunelli	Arena
29	Lauro Hagemann	MDB
30	Lidovino Antônio Fanton	MDB
31	Lino Augustinho Zardo	MDB
32	Martins Avelino Santini	Arena
33	Moisés Velasquez	MDB
34	Mozart Bianchi Rocha	MDB
35	Noly Joner	MDB
36	Octávio Badui Germano	Arena
37	Octávio Omar Cardoso	Arena
38	Oscar Badrig Westendorff	Arena
39	Osmany Martins Veras	MDB
40	Osvaldo Miller Barlém	MDB
41	Pedro Affonso Anschau	Arena
42	Pedro Gomes Nunes	MDB
43	Pedro Jorge Simon	MDB
44	Plínio Pereira Dutra	MDB

45	Renato Souza	MDB
46	Romeu Roeze Scheibe	Arena
47	Rubem Machado Lang	MDB
48	Rubens Scheid	Arena
49	Silvérius Kist	Arena
50	Suely Gomes de Oliveira	MDB
51	Terezinha Gisela Irigaray Chaise	MDB
52	Urbano Alves de Moraes	Arena
53	Valdir Antônio Lopes	MDB
54	Victor José Faccioni	Arena
55	Walter Müller	Arena
SUPLENTE		
01	Moab Caldas	MDB
02	Walter Bertolucci	MDB

DEPUTADOS ESTADUAIS NA 7.^a LEGISLATURA (1971-1974)

TITULARES		
01	Adolpho Puggina	Arena
02	Afonso dos Santos Taques	Arena
03	Alcides Costa	MDB
04	Alexandre Machado da Silva	Arena
05	Aluizio Paraguassu Ferreira	MDB
06	Amarílio Borges Moreira	MDB
07	André Nivaldo Soares	MDB
08	Antonino Fornari	Arena
09	Antônio Carlos Rosa Flores	MDB
10	Aristides Bertuol	MDB
11	Carlos da Silva Santos	MDB
12	Carlos Loreno Giacomazzi	MDB
13	Celestino Granato Goulart	Arena
14	Celso Testa	MDB
15	Edgar Marques de Mattos	MDB
16	Elton Fensterseifer	MDB
17	Fernando Gonçalves	Arena
18	Firmino Girardello	Arena
19	Francisco Solano Borges	Arena
20	Getúlio Marcantônio	Arena
21	Hed Santos Borges	Arena
22	Ivo Sprandel	MDB
23	João Alves Osório	Arena
24	João Carlos Gastal	MDB
25	José Hugo Mardini	Arena
26	José Pederzoli Sobrinho	Arena
27	Julio Brunelli	Arena

28	Justiniano Augusto de Araújo Trein	Arena
29	Lélio Miguel Antunes de Souza	MDB
30	Lidovino Antônio Fanton	MDB
31	Lino Augustinho Zardo	MDB
32	Martins Avelino Santini	Arena
33	Moisés Velasquez	MDB
34	Nelson Marchezan	Arena
35	Noly Joner	MDB
36	Octávio Badui Germano	Arena
37	Oscar Badrig Westendorff	Arena
38	Pedro Affonso Anschau	Arena
39	Pedro Américo Leal	Arena
40	Pedro Jorge Simon	MDB
41	Rodolfo Rospide Netto	MDB
42	Romeu Roeze Scheibe	Arena
43	Rubens Scheid	Arena
44	Rubi Mathias Diehl	Arena
45	Silvérius Kist	Arena
46	Suely Gomes de Oliveira	MDB
47	Urbano Alves de Moraes	Arena
48	Valdir Antônio Lopes	MDB
49	Victor José Faccioni	Arena
50	Waldir Walter	MDB
SUPLENTEs		
01	Dalila Alves	Arena
02	Joaquim Fonseca Milano	Arena
03	Sérgio Medeiros Ilha Moreira	Arena

DEPUTADOS ESTADUAIS NA 8.^a (ou 44^a) LEGISLATURA (1975-1979)

TITULARES		
01	Valdir Antônio Lopes	MDB
02	Amarílio Borges Moreira	MDB
03	Algir Lorenzon	MDB
04	Américo Copetti	MDB
05	André Nivaldo Soares	MDB
06	Antonino Fornari	Arena
07	Carlos Augusto de Souza	MDB
08	Celestino Granato Goulart	Arena
09	Cezar Augusto Schirmer	MDB
10	Edgar Marques de Mattos	MDB
11	Elygio Albino Meneghetti	MDB
12	Guido Moesch	Arena
13	Hed Santos Borges	Arena
14	Jarbas de Mello e Lima	Arena
15	João Carlos Gastal	MDB
16	Jorge Alberto Pillar Bandarra	MDB
17	José Hugo Mardini	Arena
18	Júlio Costamillan	MDB
19	Lélio Miguel Antunes de Souza	MDB
20	Lino Augustinho Zardo	MDB
21	Moisés Velasquez	MDB
22	Pedro Jorge Simon	MDB
23	Rodolfo Rospide Netto	MDB
24	Romeu Martinelli	Arena
25	Romildo Bolzan	MDB
26	Rubens Scheid	Arena
27	Sérgio Medeiros Ilha Moreira	Arena
28	Adolpho Puggina	Arena
29	Elton Fensterseifer	MDB
30	Porfirio José Peixoto	MDB
31	Aldo Pinto da Silva	MDB
32	Fernando Guedes do Canto	MDB
33	Victor Bachieri	Arena
34	Carlos Loreno Giacomazzi	MDB
35	Afonso dos Santos Tacques	Arena
36	Celso Testa	MDB
37	Dercy Terezinha Furtado	Arena
38	Ivo Sprandel	MDB
39	João Antônio Satte	MDB
40	José Pederzolli Sobrinho	Arena
41	Julio Brunelli	Arena
42	Júlio de Oliveira Vianna	MDB
43	Loris Antônio Pasquali Realli	Arena

44	Noly Joner	MDB
45	Oscar Badrig Westendorff	Arena
46	Rubi Mathias Diehl	Arena
47	Sedenir Rodrigues Martins	MDB
48	Silvérius Kist	Arena
49	Urbano Alves de Moraes	Arena
50	Victório Trez	MDB
51	Waldir Walter	MDB
52	Walter Chaves Troina	MDB
53	Caetano Borges Peruchin	MDB
54	Geraldo Germano	Arena
55	Pedro Américo Leal	Arena
56	Cícero do Amaral Viana	Arena
SUPLENTE		
Não há		

DEPUTADOS ESTADUAIS NA 45ª LEGISLATURA (1979-1982)

TITULARES		
01	Adylson Martins Motta	Arena
02	Airton dos Santos Vargas	Arena
03	Alceu Martins da Rosa	Arena
04	Aldo Pinto da Silva	MDB
05	Algir Lorenzon	MDB
06	Américo Copetti	MDB
07	André Nivaldo Soares	MDB
08	Antenor Ferrari	MDB
09	Antonino Fornari	Arena
10	Antônio Carlos Azevedo	Arena
11	Caetano Borges Peruchin	MDB
12	Camilo Moreira	Arena
13	Carlos Augusto de Souza	MDB
14	Carlos Loreno Giacomazzi	MDB
15	Celso Testa	MDB
16	Cezar Augusto Schirmer	MDB
17	Cícero do Amaral Viana	Arena
18	Dercy Terezinha Furtado	Arena
19	Dorival Cândido Luz de Oliveira	MDB
20	Edgar Marques de Mattos	MDB
21	Élio Corbellini	MDB
22	Elygio Albino Meneghetti	MDB
23	Erasmo Chiapetta	MDB
24	Firmino Girardello	Arena
25	Francisco Spiandorello	Arena
26	Gabriel Malmann	MDB
27	Geraldo Germano	Arena

28	Gil Cunegatto Marques	MDB
29	Guido Moesch	Arena
30	Ibsen Valls Pinheiro	MDB
31	Ivo Orlindo Mainardi	MDB
32	Jarbas de Mello e Lima	Arena
33	Jesus Linhares Guimarães	Arena
34	João Antônio Satte	MDB
35	João Carlos da Silva Severiano	MDB
36	José Alberto Fogaça de Medeiros	MDB
37	José Antônio Albrecht	MDB
38	Júlio de Oliveira Vianna	MDB
39	Lélio Miguel Antunes de Souza	MDB
40	Loris Antônio Pasquali Realli	Arena
41	Oscar Badrig Westendorff	Arena
42	Pedro Américo Leal	Arena
43	Porfirio José Peixoto	MDB
44	Roberto Athayde Cardona	Arena
45	Rodolfo Rospide Netto	MDB
46	Romeu Martinelli	Arena
47	Romildo Bolzan	MDB
48	Rubens Ardenghi	Arena
49	Rubens Scheid	Arena
50	Rubi Mathias Diehl	Arena
51	Sedenir Rodrigues Martins	MDB
52	Sérgio Medeiros Ilha Moreira	Arena
53	Silvérius Kist	Arena
54	Vercedino Albarello	Arena
55	Victório Trez	MDB
56	Walter Chaves Troina	MDB
SUPLENTEs		
01	Erico André Pegoraro	Arena
02	Ricardo Leonidas Ribas	Arena
03	Valmir Antônio Susin	Arena
04	Rubens Emil Corrêa	Arena